

CIDADE: TRAJETÓRIAS, NARRATIVAS E PATRIMÔNIOS



© Dos Autores, 2023

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo dos trabalhos aqui publicados.

Editoração

Alex Antônio Vanin
Álison Wagner Gomes da Silva

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Capa

Alex Antônio Vanin

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Eduardo Knack (UFCEG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS)
João Vicente Ribas (UPF)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C568 Cidades [recurso eletrônico]: trajetórias, narrativas e patrimônios / organização Djiovan Vinícius Carvalho e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. – Passo Fundo: Acervus, 2023.
5 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-47-9.

1. Brasil - História. 2. Patrimônio cultural. 3. Cidades e vilas - História. 4. Pesquisa histórica. I. Carvalho, Djiovan Vinícius, org. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), org.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Conselho Editorial IHGRGS

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS)
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)
Eduardo Santos Neumann (UFRGS)
Ezequiel Abásolo (UCA)
Fábio Kuhn (UFRGS)
Gustavo Buzai (UNLu)
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ)
Heinrich Hasenack (UFRGS)
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ)
Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99686-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
 Parte 1. Cidades, narrativas e trajetórias	
A VIDA MAL VIVIDA/ RIO GRANDE: Lembranças da cidade de Rio Grande nos passeios de Isidoro Virgínio (1945-1954) <i>Carlos Perrone Jobim Júnior</i>	9
A SÁTIRA EM MINHA MORTE E OUTRAS VIDAS DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO <i>Gláucia Elisa Zinani Rodrigues</i>	25
“OS MEUS OLHOS DE POETA ROMÂNTICO SE ENCHERAM DE LÁGRIMAS”: Memória, saudade e melancolia na obra de Aquiles Porto Alegre <i>Henrique Perin</i>	41
O DISCURSO DAS MÍDIAS IMPRESSAS SOBRE SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO (1962-1964): O caso do jornal o Diário da Manhã <i>Milena Moretto</i>	67
ENTRE LETRAS E TRAÇADOS: o poeta, o cemitério e o planejamento urbano em Passo Fundo (década de 1950) <i>Alex Antônio Vanin Djiovan Vinícius Carvalho</i>	85

Parte 2. Cidades e patrimônios

- MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE** 105
Anti -Museu: memória e representatividade da cultura
de Matríz Africana na Capital do Rio Grande do Sul
Elza Vieira da Rosa
- O QUE É A ILHOTA?** 139
Origens desconhecidas de uma
história mal (ou não) contada
Betina da Rocha Gamalho
- UM ESTUDO TOPONÍMICO DOS NOMES DAS RUAS DO
BAIRRO CENTRO DA CIDADE DE SANTA MARIA/RS** 157
Tatiana Keller
- SOBRE OS AUTORES E AUTORAS** 177

APRESENTAÇÃO

Em 26 de março de 2022, a cidade de Porto Alegre completou 250 anos de sua elevação à condição de freguesia. Com o nome de São Francisco do Porto dos Casais, a elevação alterou o *status* da pequena vila denominada até então de Porto de Viamão.

A data em questão, evento fundador de Porto Alegre, foi escolhida por meio de uma pesquisa histórica promovida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Portanto, a atuação do IHGRGS o torna parte integrante das comemorações dessa trajetória.

Somando-se aos demais eventos que celebraram a data, o IHGRGS realizou, entre os dias 5 e 6 de maio de 2022, o 2º Colóquio de Pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, evento que tem por finalidade proporcionar um espaço para discussão e divulgação de pesquisas, além de promover o diálogo entre pesquisadores de diferentes campos do conhecimento das Ciências Humanas, Artes, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística e Letras, que utilizam fontes custodiadas pelo IHGRGS ou de outras instituições de custódia de acervos do Rio Grande do Sul.

Na edição de 2022, a partir da temática *Cidades: trajetórias, narrativas e patrimônios*, pesquisadores de diferentes instituições e níveis de formação apresentaram suas pesquisas e debateram as cidades. Afinal, são a síntese mais contundente da sociedade, espaço que expressa potencialidades e conflitos de diferentes grupos e comunidades, além de ser o lugar da construção de subjetividades, do contraditório, de apagamentos, dos silêncios, da luta por ser visto, de memórias, de narrativas e de tantas outras questões. A presente obra é fruto dessa atividade, já que reúne, em sua maioria, textos apresentados durante o Colóquio.

A obra está dividida em duas partes, a primeira, *Cidades, narrativas e trajetórias*, conta com o texto *A Vida Mal Vivida – Rio Grande: lembranças da cidade de Rio Grande nos passeios de Isidoro Virginio (1945-1954)*, de autoria de Carlos Perrone Jobim Júnior. O trabalho de Jobim Júnior procura mostrar que os cadernos *A Vida Mal Vivida – Rio Grande* oferecem um resgate memorialístico e histórico das ruas, das casas e, principalmente, dos antigos habitantes de Rio Grande.

O segundo texto, intitulado *A sátira em Minha Morte e Outras Vidas de Gladstone Osório Mársico*, da pesquisadora Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, analisa a sátira de personalidades públicas erechinenses, em forma de caricaturas humorísticas, na literatura pós-moderna produzida no livro de contos *Minha Morte e Outras Vidas*, de autoria do escritor erechinense Gladstone Osório Mársico (1927-1976). Em seguida, o terceiro texto, de autoria de Henrique Perin e denominado “*Os meus olhos de poeta romântico se encheram de lágrimas*”: memória, saudade e melancolia na Obra de Aquiles Porto Alegre, apresenta um vislumbre do olhar de Aquiles Porto Alegre sobre a religiosidade na capital do Rio Grande do Sul, entre os séculos XIX e XX.

O quarto texto da coletânea, *O discurso das mídias impressas sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1964): o caso do jornal o Diário da Manhã*, de Milena Moretto, analisa as matérias relacionadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo publicadas no jornal o *Diário da Manhã*, durante o período de janeiro de 1962 a março de 1964, compreendendo quais ações e atividades desenvolvidas pelo sindicato eram comunicadas e qual era o discurso empregado ao entregá-las à comunidade. E, para concluir a primeira parte, o texto *Entre letras e traçados: o poeta, o cemitério e o planejamento urbano em Passo Fundo (década de 1950)*, de autoria de Alex Antônio Vanin e Djiovan Vinícius Carvalho, explora alguns elementos constantes na produção de Gomercindo Reis, sobretudo em relação aos seus interesses imobiliários e a aspectos concernentes às mudanças ocorridas no planejamento urbano da cidade de Passo Fundo nos anos 1950.

A segunda parte da coletânea, *Cidades e patrimônios*, conta com o texto *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre Anti-Museu: memória e representatividade da cultura de Matriz Africana na Capital do Rio Grande do Sul*, de autoria de Elza Vieira da Rosa, que apresenta os territórios negros em Porto Alegre, bem como a constituição geopolítica e a ocupação da cidade por parte do povo negro, passando pelo respectivo processo de desterritorialização e branqueamento que ocorreu ao longo dos séculos. Além disso, mostra como o movimento negro articulado com as demais organizações da sociedade civil e esferas administrativas construíram uma importante pauta de reivindicações que desembocou no projeto do *Museu*, fruto da criatividade e inventividade do povo negro gaúcho.

Após, conta com o ensaio *O que é a Ilhota? Origens desconhecidas de uma história mal (ou não) contada*, de autoria de Betina da Rocha Gamalho, que aborda o território da Ilhota e a forma como

ele foi invisibilizado no mapa físico e mental da cidade de Porto Alegre. Por fim, o último texto da obra é de autoria de Tatiana Keller, intitulado *Um estudo toponímico dos nomes das ruas do bairro centro da cidade de Santa Maria/RS*. Em sua pesquisa, a autora faz um levantamento toponímico das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS e observa a motivação para a designação de tais lugares.

Boa leitura!

Djiovan Carvalho

Verão de 2023

**c
i
d
a
d
e
s**

**n
a
r
r
a
t
i
v
a
s**

**t
r
a
j
e
t
ó
r
i
a
s**

A VIDA MAL VIVIDA/ RIO GRANDE:

Lembranças da cidade de Rio Grande nos passeios
de Isidoro Virgínio (1945-1954)

Carlos Perrone Jobim Júnior

Em 1945, Isidoro Virgínio retornou para Rio Grande, após morar por mais de 40 anos no Rio de Janeiro. Estava muito doente e tinha sido aposentado como padeiro mercante. Após sua chegada, fica asilado na Santa Casa da Beneficência Portuguesa de Rio Grande. Depois de adaptado à sua nova vida, decide caminhar diariamente pelas ruas, com papel e lápis na mão, para lembrar da cidade do final do século XIX. Em seus escritos, podemos ver três tempos distintos: o tempo presente (1945), o tempo da juventude (1888-1896) e o tempo dos primórdios da cidade (transmitido oralmente). Além disso, ao caminhar pelas ruas, Isidoro Virgínio mostra as diferentes classes, a partir do local habitado. Esse artigo procura mostrar que os cadernos *A Vida Mal Vivida – Rio Grande* oferecem um resgate memorialístico e histórico das ruas, das casas e, principalmente, dos antigos habitantes de Rio Grande.

Palavras-chave: Narrativa. Cidade. Memória.

Introdução

Reverendo o Passado - Rio Grande

Eis aqui estou e aqui estarei. Estou em meu mundo, até que um dia a amiga morte me leve deste para o além. Assim seja. Este mundo não é meu, nem é nosso. A Deus pertence. Estou em minha terra. (...). Pois já há bastantes anos fora dela e por outras terras gravitando. Venho a ela, de uma vez para sempre. Vim para ela, porque não desejava morrer fora dela. Não sou mau filho. Se ela é minha mãe de nascença é justo que depois de velho venha para junto dela. Para ela dar-me a sepultura e a esse estropiado corpo, a última pá de cal, já cansado de viver. Vida irada, sempre cheia de peripécias por este mundo enganador, para quem quer e não pode. Que para nós enganados, só transborda lágrimas e dores de sofrimentos. Que apesar de tudo, eu não sou melhor do que ninguém, ou dos que se julgam grandes coisas. A terra que me criou, comerá as minhas carnes e guardará os meus ossos. Estou velho, conheço bem os abrolhos da vida, esta vida mal vivida (Isidoro Virgínio. Reverendo o Passado – AVMV/Rio Grande, 1946, pp.288-9).

O navio Itapuí partiu do Rio de Janeiro para Rio Grande, chegando no primeiro dia de março de 1945 em seu cais. Trazia um passageiro que estava há mais de quarenta anos distante. Tinha se aposentado como padeiro mercante e decidiu retornar para sua cidade.

Chamava-se Isidoro Virgínio. Nasceu em 4 de abril de 1877, no Povo Novo, mas dizia que Rio Grande era sua terra natal. Ele era solteiro e não tinha filhos. Seus parentes eram da Ilha dos Marinheiros e trabalhavam com a pesca e a agricultura. Eram de descendência lusitana, das primeiras famílias que vieram na frota do almirante Silva Paes, no início do século XVIII. Mas, devido ao longo tempo em que ficou distante, apenas conhecia as pessoas

mais velhas, sendo um “estranho” para os mais jovens. Por isso, Isidoro acabou ficando sozinho.

Quando era criança e morava na ilha, Isidoro ficava no Pontal da Marambaia, admirando as luzes amarelas dos postes do porto da cidade, na margem oposta. Não gostava de sentir a areia da ilha nos seus pés, sempre descalços. Queria morar na cidade grande. Até que, aos onze anos, mudou-se com os pais para lá. Ficava fascinado com as luzes, com a agitação e com o movimento das pessoas. Queria vê-la; senti-la; vivê-la. Quando saiu para lutar em Canudos, descobriu a capital e lá permaneceu, trabalhando nas padarias cariocas. Tempos depois, conseguiu trabalho nos navios mercantes como padeiro e foi conhecer o mundo todo. Passou a vida no Rio de Janeiro, até envelhecer. Mas, quando começou a se sentir muito doente, decidi voltar para Rio Grande.

Em 2001, conheci o tenente Paulo da Silva Teixeira de Tarso. Ele foi o segundo guardião do diário de Isidoro Virgínio. Tinha herdado de seu pai, Antônio de Tarso, que trabalhava em uma banca de revistas da cidade. - A primeira de Rio Grande!, disse Paulo. Foi assim que conheceu Isidoro, que costumava frequentar a banca e conversar com seu pai. Então, ele o descreveu: “- Tinha baixa estatura, seus cabelos eram branquinhos e ele tinha uma barba branca, bem reta, que se destacava da sua pele branca. Seu corpo parecia perfilado; as espáduas encaixavam-se de forma perfeita, parecendo retinho, todo certinho, apumado.”

Apesar da aparência saudável, Isidoro estava bastante doente. Durante os primeiros dias, ficou hospedado no hotel Coimbra, localizado na antiga rua da Imperatriz, atual Coronel Sampaio. Mesmo debilitado, pôs-se a passear pelas ruas e recordar seus tempos de juventude. Depois, mudou-se para a “Santa Casa de Beneficência Portuguesa de Rio Grande”, como “sócio benfeitor”. Apesar dos pro-

blemas iniciais de adaptação a sua nova morada, já que, entre outras coisas, tinha como religião o espiritismo kardecista, acostumou-se a nova vida entre as irmãs de caridade. E, então, passou a se dedicar exclusivamente à escrita.

Sobre o processo de construção da escrita

O título “A Vida Mal Vivida” foi dado na velhice, enquanto seus primeiros escritos foram feitos na juventude. Em 1891, após entrar voluntariamente para o 12º Batalhão de Infantaria de Rio Grande, começou a frequentar as “aulas noturnas”, privilégio dos soldados que tinham um bom comportamento. Aprendeu a escrever com o capitão Antônio Prestes, pai de Luís Carlos Prestes. Talvez, como exercício literário, tenha começado seu diário.

Isidoro começou narrando sua primeira aventura, ocorrida em dezembro de 1889, quando embarcou clandestinamente em um navio e seguiu para Porto Alegre. Depois que retornou para Rio Grande, descobriu que os amigos queriam saber o que tinha acontecido. De certa forma, ganhou uma certa visibilidade. Tinha suas próprias histórias. Desde pequeno, quando morava na campanha, gostava de ouvir os camponeses contarem histórias em volta da fogueira. Era uma das formas de diversão do campo: contar casos. Divertir-se com histórias fantásticas, assombradas, hilárias, curiosas. Isidoro apreciava a companhia dos soldados nos alojamentos, como também as rodas de amigos, nas esquinas e nos bares. A vida era boa, apesar da dura vida de trabalhador.

Segundo Paulo de Tarso, Isidoro Virgínio tinha trazido consigo uma pilha de papéis, de cores, texturas e tamanhos diferentes, para transcrevê-los em cadernos pequenos, espiralados, baratos, de

capa crua e acartonada: os cadernos “gato preto”. Neles, estava passando a limpo seu diário, ou, como costumava dizer, seus cadernos de apontamentos. Padronizou seus escritos em cadernos ordinários, numerados de 1 a 21, chamando-lhes de A Vida Mal Vivida.

O título trata da angústia e do sofrimento que Isidoro atravessou nos últimos anos, em razão de ter sido envenenado por um desafeto, no navio Lages, devido às discordâncias políticas, e que lhe afetara gravemente o intestino. Mas, o título também era um juízo sobre a história da humanidade. Isidoro Virgínio tinha se tornado espírita recentemente e amargava pelas suas escolhas feitas ao longo da vida, que o levaram a solidão, como também as tristes lembranças de sua participação como soldado-músico em duas terríveis guerras: a Revolução Federalista de 1893 e a Guerra de Canudos, em 1897. Agora era diferente. Isidoro estava velho e sozinho.

A escrita de A Vida Mal Vivida - Rio Grande

Se “A Vida Mal Vivida” falava de suas experiências como trabalhador, “A Vida Mal Vivida- Rio Grande” elevava a cidade à condição de protagonista. Após a interrupção de sua vida como padeiro, passou a não se considerar mais um homem, já que não podia mais trabalhar. Então, em 1945, começou a escrever sobre seu retorno a terra natal, criando uma nova série de cadernos.

Essa nova coleção era diferente. Não tinha o mesmo propósito narrativo do diário. Surgira para preencher o vazio existencial que se instaurara nesse momento de extrema solidão. O tempo passado se tornou sua nova morada. E ele decidira preencher o tempo presente com as reminiscências, que todos os dias colhia pelas ruas da cidade. Como as freiras da Beneficência permitiam que Isidoro Virgínio

passeasse por duas horas, diariamente, ele aproveitou para resgatar, em cada caminhada, as lembranças de outrora. Como disse:

Vamos aos fatos e deixemos a morte e terra mãe em paz e salvamento, na paz de Deus, assim seja. De papel e lápis em punho, passeando rua baixo, rua acima. Vendo e revivendo, lembrando e relembando, e tudo anotando no papel. O que, nos meus tempos de moleque vagabundo sem vergonha, via e conhecia nesta cidade de Rio Grande. Aqueles tempos de moleque descarado, em que andava solto e era dono das ruas de nossa cidade. (...). Vendo e revendo, mentalizando e anotando do passado ao presente. Para depois, com mais vagar, meditar e analisar o progresso havido. Vendo aquilo, que em base firme, a mais de quarenta anos não via. Quis ver o passado, em face do presente. Para depois formar um juízo certo e analisar os fatos. Sim, como conhecedor e testemunho, e não como simples observador, que passa e olha e não vê. Quero ver o presente, em face do passado, para certificar-me do progresso havido nesta cidade, de onde tanto tempo estive ausente. Conhecia, não só as ruas da cidade, como também conhecia os moradores das casas das mesmas ruas. Sim, das ruas desta não muito velha cidade, dos papa-areias de São Pedro do Rio Grande do Sul. Que se não é, já foi a primitiva capital da futura Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, depois de São José do Norte ter sido (AVMVRG - Fl. 291).

A coleção *A Vida Vivida Rio Grande* é composta por 15 cadernos. Inicia em 1945 e termina em 1954. Nos dois primeiros cadernos, Isidoro Virgínio registra sua chegada. Somente no terceiro caderno, ele encontra um propósito narrativo que vai orientá-lo durante as caminhadas diárias. E, então, deixa de falar de seu cotidiano

na Santa Casa e muda seus pensamentos centrados em temas diversos, como a morte, a política, a moral, ou seu estado de saúde atual. Ao invés disso, encontra um método para realizar sua nova tarefa diária, levando consigo lápis e papel, para anotar as lembranças que teria, ao ver a cidade.

É importante chamar a atenção para o que afirma Isidoro, quando disse que não era um simples observador: “- Sim, como conhecedor e testemunho, e não como simples observador, que passa e olha e não vê. Ele se coloca como um depoente especial, que é capaz de lembrar, pois viu os fatos. E pode dar um testemunho qualificado do passado, em razão de ter conhecido as ruas da cidade e seus moradores. Mais que isso, ele diz que pretende avaliar criteriosamente a transformação que ocorreu na cidade, pela perspectiva do desenvolvimento e do progresso urbano.

É curioso notar onde inicia essa jornada. Assim que saiu do prédio da Beneficência Portuguesa, Isidoro se dirigiu até a rua Francisco Campelo, que tomou como seu ponto de partida. Emblematicamente, essa rua fica na beira do mar, de frente para a Ilha dos Marinheiros, justamente, onde suas aventuras começaram.

Passa todo o tempo vagando pela rua, vendo e não vendo nada. Sem outra preocupação, a não ser vagar, vagar, sorrir para uns e para outros. (...) Como já disse, esta vulga rua é um projeto de rua (...) já tem nome, o que antes não tinha. (...) principia entre a beira do cais e a esquina da rua General Neto. (...) Essa rua tinha apenas alguns barracões em que se salgava peixe e ela terminava numa pequena lagoa. (AVMVRG, ff.295-297).

De frente para a ilha, começaria sua rememoração. Para seu desconcerto, o local escolhido foi lembrado como o lugar que não

tinha nada para ver. No passado, a rua não existia, nem as casas. Mas, o nome da rua lhe chamou a atenção. Conhecia Francisco Campelo. Sabia também onde ele tinha morado e conhecera sua abastada família. De qualquer forma, a pequena rua demonstrava um progresso naquela parte outrora vazia.

Como disse Pierre Nora, “é a memória que dita e a história que escreve”. Isidoro lembrava e analisava suas reminiscências como um depoente autorizado a contar ou escrever sobre o vivido. Queria “ver o passado em face do presente”. Para, depois, “ver o presente, em face do passado”. Ou seja, primeiro, se lembraria do passado e faria um juízo. Em seguida, iria ver se houve algum progresso; seu objetivo era tecer uma reflexão sobre a cidade e seu desenvolvimento. Por último, reteria suas lembranças, fixando-as no papel. Seu pensamento seguia a ótica da religião espírita, para quem o mundo e os homens estariam inexoravelmente em evolução. Nesse sentido, a rua Francisco Campelo era prova do progresso material de Rio Grande.

Embora a rua tenha sido “um trecho de praia ignorado pela cidade.” (AVMVRG, Fl.295), Isidoro começou a recordar algumas coisas. Segundo conta, ainda existia, no final da rua, um galpão para salgar o peixe e outros dois para armazenar cebolas. Também lembrou que antes existiam trapiche e agora tinha uma dúzia de casas e alguns sobrados. Por isso, nada via senão pessoas estranhas, para as quais sorria, enquanto tentava se lembrar do que mais existia por ali. Além disso, a desconhecida rua tinha sido incorporada à cidade e se tornara a continuação do cais. Como tinha dito, estava “vendo aquilo, que [...] a mais de quarenta anos não via.” Então, seguindo em direção ao mercado, Isidoro foi entrado lentamente na cidade:

Os trapiches desapareceram e agora é a continuação do cais da doca do mercado. Que belamente vai andando para a frente no passo de cágado, de quem

quero e não quero, assim vai ele. É tal como a preguiça, que dormindo lentamente vai, de pau acima. (...) quem corre cansa, quem anda alcança, assim sou eu. O dito cais, segue em marcha lenta de pouco esforço, como a preguiça, também não tem pressa. Até um dia quando Deus quiser, de passo a passo, chegar até o fim. (AVMVRG, 303-312)

Na medida em que Isidoro vai descrevendo o que via, ele também acaba rodeando, fugindo de seu propósito rememorativo, para divagar sobre o que lhe viesse à cabeça. Por exemplo, discorreu vastamente sobre quem teria sido Francisco Campelo. Depois falou da desvalorização da moeda, do governo Dutra, das obras na barra, etc. Mas, ao longo das páginas, percebemos que Isidoro Virgínio vai cada vez mais ordenando seu olhar e sua escrita, encontrando seu estilo e sua intenção narrativa.

Como já disse, nos projetos de trapiche só atracava as pequenas embarcações, isto é, canoas de pescadores da Ilha dos Marinheiros: Turutama, Leonildo (...) o leito da semi-quadra não era calçado, era lama e areia grossa e negra, devido tanta sujeira. Hoje a semi-rua está regularmente bem calçada, já não é o que era. No meio da dita, grandes pilhas de caixas de cebolas e de tomates cobertas com grandes lonas (...) prontas para embarcarem como exportações de barra afora. Outrora aqui era peixeral, agora é cebolar tomacal exportativo. Era um trecho de terreno de vida braçal, onde exalava murrinha de homem e catinga de peixe seco (AVMVRG, fl 312).



Fotografia 1. Vista aérea de Rio Grande. Postal Colombo, 1955.

Caminhando em direção ao centro da cidade, Isidoro chegou na região do mercado. Suas observações ficaram voltadas para a história dos prédios administrativos, como também sobre saúde pública, comércio local, etc. No entanto, as pessoas estavam ausentes. Mas, assim que começa a se dirigir para as ruas da cidade, a lembrança dos antigos moradores começa a transbordar em profusão. Então, dia após dia, Isidoro passeia pelas ruas, anotando lembranças, para redigir seu texto, no seu quarto.

Seu método era bem direto. Colocava o nome da rua e passava a descrevê-la, cuidadosamente. As descrições das casas das ruas da cidade traziam seus moradores antigos. Famílias que viveram no final do século XIX passavam a povoar sua narrativa. Ao mesmo tempo, refletia sobre a década de 40, pensando naquilo que tinha mudado, nas casas e nos muros, construídos ou derrubados.

Além disso, Isidoro também trazia um tempo que não era o seu; mais distante, mais antigo, vindo de histórias compartilhadas pelos mais velhos, que lhe contaram sobre a vida de outros mora-

dores, mais antigos ainda, talvez os primeiros habitantes da cidade. Segundo Isidoro Virgínio:

Digo por ouvir outros dizerem, e eu escutava. Diziam os antigos pretos velhos e velhos portugueses, gente daqueles tempos. Que estes dois sobrados unidos, pertencia a um português de Cabo Verde conhecido por João Marinheiro. Cabo Verde é um arquipélago, possessão portuguesa nos mares africanos... se dizia que o tal João Marinheiro era natural da Ilha da Praia, no dito arquipélago de Cabo Verde. Que ele era homem quase preto, muito inteligente e esperto e sagaz, vivo como azogue. Era ele o marinheiro de um navio à vela que contrabandeava negros da África, para serem vendidos no Brasil.[...]. Isto é o que diziam os antigos portugueses a par dos fatos.

Para Walter Benjamin, o narrador conta o que retira de sua própria experiência, ou da experiência relatada pelos outros: A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”. Nesse sentido, Isidoro Virgínio não apenas tinha suas próprias histórias, como também conhecia a de outros homens. Para Benjamin, existem dois grupos que tornam a figura do narrador mais tangível. aquele que viaja e, por isso tem muito o que contar. E o trabalhador que não saiu de seu país, mas era conhecedor de suas histórias e tradições. O primeiro pode ser representado pelo marinheiro, enquanto o segundo pelo camponês sedentário. Nesse sentido, Isidoro Virgínio teria muito de ambos.

Ao longo da vida, Isidoro Virgínio viajou à procura de novas histórias, para contá-las nas rodas de conversa do cais, das padarias, dos bares e das esquinas. Era a maneira que encontrava para afastar a solidão. O caderno servia como um recurso mnemotécnico, para que não esquecesse de como as coisas tinham realmente acontecido.

Por isso, contava de forma diferente do que escrevia. Pois, como dizia, escrevia exatamente como as coisas tinham acontecido e o que tinha sentido, para melhor recordar e melhor contar.

Porém, Isidoro Virgínio envelheceu e perdeu o prestígio do passado. Os mais jovens não queriam escutá-lo. Zombavam e riam dele. Não tinham paciência para escutá-lo. Por isso, Isidoro se afastou das rodas de conversa e passou a escrever com uma outra intenção. Não queria mais escrever para lembrar e melhor contar. Escrevia como depoente do passado. Conhecera a cidade e as pessoas. Queria deixar suas memórias registradas, para que todos soubessem a história de Rio Grande.

Naquele tempo Rio Grande era muito pequena. E a maior preocupação de todos era o de saber e falar da vida de uns e de outros. Eu era pequeno. Conheci dois velhos portugueses, Um chamava-se Joaquim Teixeira Pinto que fora juiz de paz. O outro Manuel Andreza Basto que fora capitão do mato. Ambos conheciam bem a vida de João Marinheiro. [...] Como já disse eu não vi, nem era nascido. É o que os antigos diziam. Se eles diziam, é porque sabiam. Quando muita gente diz uma coisa, é que esta coisa não está longe da verdade. Não há edifício sem base, como não há mar sem fundo... [...] isto que eu tenho dito é o que diziam as suas vítimas até os próprios velhos portugueses...(pp.460-465).

Considerações Finais

Conforme Walter Benjamin, “o narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer. Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira.” (BENJAMIN,

1987, p. 229). Isidoro Virgínio se tornou “rico” em histórias surpreendentes. E por isso podia contá-las de novo. E de tal forma que elas fossem transmitidas e conservadas. No entanto, acreditava que precisava escrevê-las para que não mais se perdessem. Precisava ainda de um guardião, que se responsabilizasse pela sua conservação. Por isso, decidiu passar todas suas folhas a limpo, em cadernos padronizados, para poder entregá-las definitivamente.

Para pensar sobre a importância dos escritos de Isidoro Virgínio, vale lembrar das palavras de Maurice Halbwachs, quando diz que os testemunhos servem para “fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma.”

Seus escritos nos permitem ver como os homens viram seu próprio processo histórico, enriquecendo a História e permitindo saber também sobre grupos sociais marginalizados no passado. Mais que isso, por virem de um homem, comum, um dos marginalizados da República, tem um maior valor. Pois esse tipo de relato é muito raro, devido ao grupo social que estava inserido, normalmente iletrado. Sua importância também reside no fato de que Isidoro participou e registrou momentos paradigmáticos de nossa história. Enfim, o fato de ter chegado até nós é também um elemento de sua importância. Afinal, o escrito de homens comuns não era valorizado.

Diversos historiadores já falaram sobre a crise da História e a importância das fontes. Carlo Ginzburg, com o seu *Menocchio*, Edward Thompson, Georges Rudé, Eric Hobsbawn, Pierre Nora, Phillipe Lejeune, entre outros, nos falam da importância dos escritos de homens comuns e de diários memorialísticos.

O valor de seus escritos é imenso. Sobreviveram ao tempo e agora passam a ajudar os historiadores em sua grande dificuldade. que é a de encontrar a voz dos homens. Isidoro Virgínio esteve lá, e

nós não, lembrando Thompson. Pois não foi apenas Napoleão que lutou em Waterloo, mas todos seus soldados. Por isso, *A Vida Mal Vivida* - Rio Grande é um presente para a cidade, que poderá conhecer os protagonistas esquecidos da História.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: Ensaaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Ed. brasiliense, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

VIRGÍNIO, Isidoro. *A Vida Mal Vivida*. Cadernos Inéditos, (1889-1945).

VIRGÍNIO, Isidoro. *A Vida Mal Vivida/Rio Grande*. Cadernos Inéditos, (1945-1954).

A SÁTIRA EM *MINHA MORTE E OUTRAS VIDAS* DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

O estudo analisa a sátira na literatura pós-moderna produzida no livro de contos *Minha Morte E Outras Vidas*, de autoria do escritor erechinense Gladstone Osório Mársico (1927-1976). O recorte do estudo é o ano de publicação da obra em 1958. Objetiva-se a analisar a sátira em *Minha Morte E Outras Vidas*, devido sua literatura ser satírico-marginal, pois retrata o cotidiano do centro urbano erechinense em cinco contos – *Minha Morte E Outras Vidas*, *O Dote*, *O Magistrado e o Poço*, *O Escrivão e o Murro*, *O Bacharel e a Causa*, e satirizam as personalidades públicas erechinenses, em forma de caricaturas humorísticas. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História.

Palavras-chave: A sátira. *Minha Morte e Outras Vidas*. Gladstone Osório Mársico

Introdução

Gladstone Osório Mársico¹ nasceu em 1927 em Erechim/RS, na localidade hoje pertencente ao município de Viadutos/RS e faleceu em 1976 em Porto Alegre. Bacharel em Ciências Jurídicas², atuou como advogado da *Jewish Colonization Association*³. Presidente do Partido PTB de Erechim em 1954, e vereador em Erechim no período de 1956 a 1959.

Publicou um livro de contos, *Minha Morte E Outras Vidas* em 1958, e quatro romances: *Gatos à Paisana* em 1962, *Cogumelos de Outono* em 1972, *Cágada (ou um município a passo de)* em 1974 e encerra com a publicação *post mortem*, de *Furúnculo* em 1994, através da pesquisa de Vera Beatriz Sass⁴. Críticos literários analisaram sua literatura e destacaram sua irreverência satírica ao escrever, como a revista *Vêja*, na sessão de Literatura, sob o tí-

¹ Dirigente da Central Telefônica de Erechim na década de 60 e do clube esportivo Ypiranga Futebol Clube em 1971. Assessor jurídico da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Erechim, e da Cooperativa Tritícola de Erechim, a Cotrel. Em 15 de outubro de 1975, recebeu o prêmio de Cidadão Benemérito. Em 3 de julho de 1977, por iniciativa do poder executivo, o torna patrono da Biblioteca Pública Municipal, e surge a denominação Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

² Em 1946, em Porto Alegre inicia sua trajetória como estudante do curso superior de Ciências Jurídicas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

³ A *Jewish Colonization Association* (JCA ou ICA), ou Associação de Colonização Judaica, criada em 11 de setembro de 1891, pelo judeu banqueiro idealizador, Moritz Hirsch, cujo propósito foi facilitar a emigração em massa de judeus da Rússia e outros países do Leste Europeu, assentando-os em colônias agrícolas em terras por ela adquiridas, particularmente na América do Norte e América do Sul, em especial na Argentina e no Brasil.

⁴ Publicou *O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico*. Porto Alegre: IEL: Movimento, 1994. Em 24 de outubro de 2007, foi realizada em Erechim a X Feira do Livro, no qual a patrona Vera Beatriz Sass e o escritor homenageado Gladstone Osório Mársico post mortem foram homenageados. Na reportagem *Erechim resgata a memória de Gladstone Osório Mársico*, publicada no jornal *A Voz Da Serra*, de 22 abr. 1989, s/p, durante a Semana do Município, traz uma homenagem ao escritor e apresenta o projeto de Vera Beatriz Sass, na época mestranda em Teoria da Literatura da PUC.

tulo *À espera do Führer* (edição nº 187, de 5 de abril de 1972, p. 88), que considerou Gladstone Mársico o “melhor talento satírico da nova literatura brasileira”. Além disso, os livros de Mársico estiveram dentre as obras literárias brasileiras mais vendidas⁵ no Brasil na década de 70.

Para este estudo, optou-se em analisar *Minha Morte E Outras Vidas*, publicada em 1958, pela Editora Livraria do Globo. O objetivo para este artigo é analisar a sátira por sua literatura ser satírica, pois retrata o cotidiano do centro urbano erechinense em cinco contos – *Minha Morte E Outras Vidas*, *O Dote*, *O Magistrado e o Poço*, *O Escrivão e o Murro*, *O Bacharel e a Causa*, e satirizam as personalidades públicas erechinenses, em forma de caricaturas humorísticas.

Vera Beatriz Sass em seu livro *O satírico e o Picaresco em Gladstone Osório Mársico*, diz que a obra de Mársico: “se configura a sua construção narrativa segundo as características da sátira e da picaresca. O enredo, a linguagem do narrador, as personagens e as suas falas apresentam o meio social com estas marcas que não passam despercebidas ao leitor” (SASS, 1994, p. 16). Sobre a definição de sátira Magalhães (2020, p. 30), define:

A sátira tem a finalidade de criticar fazendo troça de determinadas situações ou pessoas. Apelando à ironia, à paródia e ao sarcasmo, consegue expressar o seu

⁵ No *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro de 27 de janeiro de 1972, na reportagem, *O que há para ver*, traz *Cogumelos de Outono*, produzido pela Editora Movimento, capa de Cláudio Casaccia, mostra o interior rio-grandense do Sul, ao tempo de Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Getúlio Vargas, juntamente com o livro *Amor em Grupo* de Gilbert D. Bartell, e na edição de 29 de janeiro de 1972, traz os livros mais vendidos nos estados, em Porto Alegre, aparece *Cogumelos de Outono*, ao lado de *Incidente de Antares* de Érico Veríssimo, *A pedra do Reino* de Ariano Suassuna, *A Bíblia e os Discos Voadores* de Fernando Cleto Nunes Pereira, e *O cão Negro* de Carlos Lacerda. Depois, no *Jornal do Brasil*, na reportagem, *Os mais vendidos no Rio*, traz *Cágada*, como uma das mais vendidas 07 dez.1974.

repúdio àquilo que critica. Procedimentos que acabam produzindo um humor cortante e confrontador.

Sandra Jatahy Pesavento (1993, p. 7) sobre caricatura, ressalta:

Caricaturas, charges, piadas e sátiras revelam um olhar crítico e mordaz sobre o real, cabendo ao historiador realizar as mediações necessárias, possíveis e múltiplas com o contexto econômico social e político onde medrarem aquelas expressões da arte do cômico. Mais do que isto, resgatar as imagens do cômico implica surpreender novas facetas da vida da cidade.

Magalhães (2020, p. 33) sobre a relação entre sátira e caricatura:

A sátira, assim como a caricatura, amplia as singularidades, os defeitos existentes na figura ou na situação. De certa forma, obriga-nos a observá-los e, inevitavelmente, considerá-los. Não de todas as formas, pois há sempre a possibilidade do riso desleixado, como acontece com todo texto satírico.

A obra de Gladstone Osório Mársico torna-se uma fonte de pesquisa instigadora para diversas áreas, como Literatura e História devido,

apresentar aspectos insólitos e de crítica social, a temática, focalizando o meio sócio-econômico-cultural da zona da serra gaúcha em que o escritor viveu, sobretudo na cidade de Erechim, revela pontos irrequietos. Tais elementos, pouco comuns na literatura, transformam seus anseios estéticos em um gênero singularmente raro na arte do romance brasileiro (SASS, 1994, p. 16).

Com isso, *Minha Morte E Outras Vidas* estabelece relação entre as áreas da Literatura e da História pertencendo a “uma das vertentes da história cultural que tem recebido grande atenção no momento atual é aquela que se debruça sobre os diversos tipos de textos para pensar sua escrita, linguagem e leitura”, segundo Borges (2010, p.94).

A sátira em Minha Morte E Outras Vidas

O primeiro conto intitulado, *Minha Morte e Outras Vidas*, que também dá nome ao livro em análise, traz no enredo a morte de Mársico. Na trama Mársico fica frente ao inferno, ao purgatório e ao portão do céu, no qual ele vê pessoas de diversas nacionalidades, sendo recepcionadas por um jovem desconhecido, que logo lhes diz, que ele não pode entrar no paraíso, porque está ocorrendo uma eleição no céu, na qual São Pedro, o porteiro do céu está participando. Percebe-se que o autor auto satiriza sua morte,

Atualmente existo num sonho preliminar ao grande sonho, pois ainda não entrei no céu nem no purgatório e muito menos no inferno [...]. Não fui ao inferno devido a algumas libertinagens que andaram comendo Satanás e sua tribo. E eu era candidato certo à fogueira. Minha vida na terra- o que a leitora poderá constatar visitando aquelas que deixei curtindo a dor da separação- não fui das melhores (MÁRSICO, 1958, p. 19).

No trecho satiriza que ele próprio era candidato ao inferno, nesse aspecto trata a sátira aos tabus religiosos. Na trama, Mársico resolve escrever memórias de além do túmulo. Consegue com uma

anja, o papel celeste celofane, e tinta aljofre, e tem início está narrativa. Mesmo morto, continua consciente, e se vê velado por treze horas, ouve os comentários das pessoas presentes, percebe a mudança das velas várias vezes, sente o caixão duro, a falta de cuidados do carro fúnebre.

Na narrativa, depois do enterro, ele sai do caixão, dizendo adeus ao corpo e ruma aos braços da morte, e agora está na mesma nuvem, esperando que tudo se normalize no céu. São Pedro perde a eleição e volta a ser porteiro do céu, o vencedor foi Santo Antônio, que recebeu a maioria dos votos femininos, dessa forma houve corrupção no céu. Mársico faz uma crítica ao sistema eleitoral do céu, que beneficiou Santo Antônio:

Houve muita propaganda, muita promessa, mas nada adiantou. Perdeu para Santo Antônio, santo casamenteiro, muito calmo, muito ingênuo, mas que soube transformar-se numa coqueluche eleitoral. Combinou voto e coração, e resolveu patrocinar novelas diárias, em que dramatizava casos célebres de amor que passaram por suas mãos, e atendera (MÁRSICO, 1958, p. 38).

Na sátira de Mársico aparece a eleição fraudulenta no céu e os mistérios da religião, devido Santo Antônio ser o santo casamenteiro e usar em seu benefício esta capacidade para atrair votos. Dando sequência na narrativa, o anjo da guarda, comunica Mársico que ele precisa passar por uma prova de merecimento para poder ingressar no céu, porque é uma determinação do Conselho Superior de Ministros. Mársico logo quis saber qual será a provação. O anjo levou Mársico no Paraíso Perdido, no meio de uma coleção de árvores frutíferas, e mostrou-lhe uma macieira, a árvore do bem e do mal, e nisso surge uma cobra, da qual o anjo lhes diz para não se

preocupar, então o anjo lhes diz para ficar ali por três dias, e que ele como os demais mortais passaria esta provação, deixando-lhe sozinho com a cobra.

Mársico sozinho debaixo da macieira, não narra o que houve entre ele e a cobra neste capítulo, diz que é um capítulo secreto, que a cobra pediu sigilo absoluto. Nota-se que Mársico satiriza os mistérios da religião, o episódio bíblico entre Adão e Eva no Éden:

Disse-me que eu, como todos os mortais, criticara bastante o procedimento de Adão e Eva por terem perdido o paraíso e feito da humanidade sofrer as provações da terra, comendo o pão com o suor do rosto. Pois bem, agora eu iria passar pela mesma provação (MÁRSICO, 1958, p. 46).

Na trama, depois de três dias, o anjo regressa e vê que Mársico não come a maçã, mas que fica íntimo da cobra. Leva-o até a porta do paraíso, o anjo sente-se envergonhado de conduzir-lhe pela porta da frente, o leva pela porta dos fundos, pois ele é o primeiro pecador a entrar no paraíso. Nota-se que o fato de Mársico não revelar o que houve entre ela e ele deixa a imaginação do leitor provocar o riso, segundo Rocha (200, p.2):

A sátira é forma de arte datada. O que causou o riso em determinado momento histórico, sob determinada as circunstâncias, talvez não surta, hoje, o mesmo efeito, ou, ainda, a crítica que foi veiculada por meio do ridículo talvez não mais seja compreendida, restando da sátira apenas a diversão.

Já no segundo conto intitulado, *O Dote*, na trama traz o personagem Bernadinho que namora Rosália por interesse, a filha do

prefeito, Dr. Leôncio Cabral Filho, “o homem que mandava na cidade” segundo Mársico (1958, p.56). Leôncio pediu à Bernardinho se ele queria trabalhar na prefeitura. Bernardinho não hesitou, logo imaginou sua futura projeção política, um cargo de diretor de obras ou tesoureiro. Bernardinho aguardava esse encontro ansiosamente, porque poderia ser uma oportunidade de uma promoção de emprego por intermédio do futuro sogro, mas foi surpreendido,

- Será nomeado cobrador! - Cobrador, padrão Garrematou Leôncio com gravidade. E fitando-o de soslaio, reparando nele a incredulidade nervosa que o afligia, perguntou intrigado? - Afinal, você é ou não getulista? Bernardinho ficou estatelado na cadeira. Era como se estivesse preso de um trauma. Os olhos muito abertos, injetados pelo espanto. A tez lívida e os braços retesados por sobre os joelhos. Estaria ouvindo bem? Ele Bernardinho, cobrador? Não! Não era possível!... Não era possível! (MÁRSICO, 1958, p. 63).

Bernardinho fica chocado quando recebe a proposta de emprego, para ser um simples cobrador e não para ocupar o cargo tão sonhado de tesoureiro. Bernardinho é um caça-dotes, e a sátira de Mársico faz uma crítica ao casamento por interesse. Possivelmente, Mársico refere o título do conto *O Dote*, à busca por status por meio da trapaça malsucedida de Bernardinho. Leôncio suspeitava do envolvimento partidário oposto de Bernardinho e querendo vê-lo o mais longe de sua filha, oferece o emprego de cobrador para frustrar Bernardinho. Leôncio quer atingir o namoro, para que Bernadinho desista de frequentar sua casa.

No terceiro conto, *O Juiz e o poço*, traz a narrativa do Juiz Porfírio, que atua numa cidadezinha do interior. Porfírio sente muito

calor no verão, e ele não se conforma com o calor, mas quer comparecer as audiências com toga, porque considera fundamental para um juiz estar vestido ao traje. Porfírio não aguenta o calor, e vê de sua janela, um poço e lembrando-se das travessuras infantis. No quarto dia, chamou o escrivão de órfãos, para que o ajude em seu plano, de instalar uma roldana com manivela, cordas e um banco, e uns pedaços de lona, que o isola da vizinhança. Os homens se dirigem ao poço, Porfírio tira as roupas, ficando de cueca revelando seu corpo magro e esquelético, senta no banco que fica preso pelas cordas, e o escrivão roda a manivela, cautelosamente, e o magistrado desce às profundezas do poço, porque quer ficar lá escondido seis metros abaixo do solo, escondido na umidade, e que quando chegasse a hora das audiências, o fiel servidor do cartório viria despertá-lo do subterrâneo. Depois, o escrivão gira a manivela, e Porfírio veste a toga e volta para as audiências imponente e calmo.

Pode-se afirmar que o Juiz Porfírio se expõe ao ridículo, se sobressaindo a sátira, na provocação de humor e zombaria de uma pessoa pública:

O humor pode mudar na essência, conforme os tempos e as pessoas envolvidas, provocando o riso puro e simples que diverte, mas em sentido geral poderá também ter conotação de zombar do outro e ser irônico. A ironia, um tipo de humor, poderá surgir na fala ou na escrita ferina, muitas vezes, não entendida pelo interlocutor e, por último, há a sátira, paralela à zombaria, pois a intenção do emissor é criticar os defeitos de seu receptor. São formas de comunicação existentes desde a era clássica, quando os oradores já traçavam extensos tratados sobre o riso e todos chegando a mesma conclusão: o humor é difícil de ser conceituado (QUINTO, 2011, p.45).

Na trama o juiz ganhou fama, que a corregedoria da justiça manda um emissário, porque Porfírio está tão acostumado a temperatura do poço, que não mais se conforma em subir para realizar as audiências, então os advogados, funcionários e réus que devem descer ao poço para fazer o inquérito. A sátira de Mársico critica os vícios do juiz, por ele ser uma pessoa notória, toma uma atitude ridícula ao entrar no poço de cuecas, com auxílio de seu encarregado, ao invés de trabalhar dentro do fórum. Dessa forma, surge a essência do ridículo do conto, que é trazer a falta de vontade de trabalhar do juiz e a bajulação por parte dos seus encarregados.

No quarto conto intitulado, *O Escrivão e o Murro*, traz o escrivão Juvêncio, que após se aposentar resolve comprar um automóvel. Na trama, Mársico descreve Juvêncio:

Vestia sempre colarinho engomado, saliente como colar de velha em dia de calor, porém alvo como lençol de virgem em véspera de núpcias. A gravata, colorida, emergia dum tope bem nutrido sobre o qual pousava, invariavelmente, um rubi ou ametista de meia grama, e descia até o esconderijo das ceroulas, onde era guardada com descrição total especial. O casaco duma só tonalidade, preferencialmente escura, alongava-se até quase os joelhos para provar que o recato, se na mulher é obrigação, no homem é necessidade. As calças, bem finas, empertigavam-se na boca dos sapatos pretos e lustrosos, sem nenhuma ruga, eretas na continência ao friso bem marcado que ele, Juvêncio tivera o cuidado de projetar no silêncio da lavanderia. Na cabeça usava um chapéu estilo panamá, fizesse inverno ou verão, descobrindo-se a cada reverência para mostrar que não usava para esconder a calvície, que não tinha, mas para fazer jus à etiqueta do próprio cumprimento. Saudar sem chapéu era o mesmo que sorrir sem dentes! (MÁRSICO, 1958, p.77).

Nota-se o exagero ao descrever a vestimenta de Juvêncio, Mársico realiza uma caricatura desta personagem, trazendo seus vícios que acabam transformam-se em defeitos. O Escrivão é visto por Mársico: “homem elegante, fino e profundamente meticuloso” (MÁRSICO, 1958, p.77), característica que Mársico repete para dar ênfase nos defeitos do escrivão.

Mársico faz uma denúncia ao status de escrivão numa cidade de interior, na trama Juvêncio não era um cidadão comum porque era escrivão, e

ser escrivão numa pequena província do interior, é o mesmo que ser mágico num circo em Paris. Tira o coelho duma cartola sem fundo, bebe vinho numa garrafa vazia, faz crochê com os olhos vendados. Mas, Juvêncio, além de fazer tudo isso com a plateia forense, improvisava coisas mais singulares nas horas do recreio, longe dos aplausos da comarca e, como recompensa, era indicado como exemplo da vila (MÁRSICO, 1958, p. 77).

A sátira feita a personagem Juvêncio, dirige-se aos homens que tinham algum poder na cidade e sabiam de seus privilégios. Pode-se dizer que “zombando de autoridades que detinham o poder é que os humoristas daquela época revelavam os desmandos aos leitores”, segundo Quinto (2011, p. 147).

Na trama o Escrivão ordenou que os pedreiros fizessem um murro antes da garagem. Depois, de dois dias ficou pronto e Juvêncio ordenou o mecânico que dirigisse o automóvel até sua casa, por uma questão de princípios veio a pé às pressas. Com o automóvel na garagem Juvêncio, sentia muito alegre, e preparava-se para dirigir, depois de muitos treinos expediu na véspera, uma comunicação a polícia para que redobrasse a vigilância, e mandou um recado para

seu amigo, compadre Zeferino, que iria no dia seguinte visitá-lo. O dia esperado chegou, e Juvêncio vestido de preto, preparou-se para dirigir, verificou o tempo, o céu estava ensolarado, seu carro *perfect*⁶, saiu da garagem, mas não viu o muro que havia construído duas semanas atrás, pois estava acostumado com o automóvel na garagem, que acabou construindo um muro sem portão. Então, ficou uma semana com o *perfect*, naquela posição, decidindo se demolia o muro ou vendia o carro. Juvêncio optou pela última solução, mandou tirar o carro por cima, afinal era um homem de princípios. Nota-se que Mársico exagera a preparação de Juvêncio antes de dirigir, e que a meticulosidade se torna extrema, chegando ao ponto de Juvêncio preferir ficar sem o automóvel do que infringir seus princípios.

No quinto conto, *O Bacharel e a Causa*, Mársico é personagem e traz dois episódios ocorridos no escritório de advocacia de Mársico. O primeiro, traz o contexto de um pobre agricultor sem formação acadêmica, que se desloca para o centro de sua cidadezinha, e acaba cometendo um erro comum que foi disseminado historicamente, devido a forma de se dirigir as pessoas que tivessem a formação acadêmica dos cursos de direito, medicina e engenharia. O termo “Doutor”, é um título acadêmico de quem terminou o 3º ciclo do ensino superior e não um pronome de tratamento. Nota-se que Mársico demonstra essa confusão, como no trecho o “meu DR.” passou a ser de advogado e eu passei a dar consultas normalmente”, segundo Mársico (1958, p. 90). Aqui, Mársico faz uma sátira os tratamentos da profissão de advogado.

O segundo episódio que desenrolou em seu escritório de advocacia, trata a causa do médico Dr. Franz Heller. Heller tem 60 anos e conta para Mársico, o seu caso amoroso com a jovem pobre Maria Cândida. Maria lhe pede garantias, caso ele morresse dela não ficar

⁶ O *Ford Prefect* foi um carro da *Ford Motor Company* fabricado entre 1938 e 1961.

na miséria, assegurando a ela um noivado. Franz e a mulher se dirigem ao escritório e Mársico indaga se ela realmente sabe se Franz Heller possuía mesmo muito dinheiro, quanto dizia. Maria assegurou que ele possui no Banco do Brasil, quatrocentos mil cruzeiros. Então, com o consentimento de Maria Cândida e Franz, Mársico elaborou o termo de noivado para eles, o qual assegura, caso Franz morresse dela ter direito a fortuna.

Nota-se que o advogado elaborou um termo de noivado ao casal, para assegurar a Maria Cândida parte da fortuna de Heller, percebe-se que se sobressai que Maria não ama Franz, e sobressai o casamento por interesse:

Como poderia amar um velho de sessenta anos? Tinha-lhe uma certa amizade, pois era bom para ela. Prometera-lhe um casamento, nome, fortuna.... Ela viera da sarjeta. Da sarjeta fora para a cama – gostava de dormir cedo... – e desta, de braço em braço, até cair nos cotovelos enrugados, mas calmos de Franz. Pretendia ficar neles, não pelo carinho que pudesse trazer, mas pelo conforto que lhe podiam dar (MÁRSICO, 1958, p. 94).

Passou-se um tempo, Heller traz Maria ao escritório e decide casar-se com ela, e que o casamento se realizaria ao receber o atestado de óbito de sua esposa que falecera na Alemanha, porque casar-se duas vezes seria bigamia. Na manhã seguinte, a mulher retorna ao escritório lamentando a morte de Heller. Mársico seu único amigo, ajuda a pagar os gastos com caixão, flores e enterro, e aguarda ser ressarcido do valor gasto, e da mesma forma, Maria espera receber no inventário, e Mársico pensa em estratégias de conseguir o amparo legal. Quando tudo está pronto para a sentença, Mársico foi no banco para sacar seus honorários e descobre que Franz Heller não

tinha nenhum dinheiro na conta, que tudo passa de uma mentira de Heller, e que ele e Maria Cândida são vítimas de um golpe.

Neste último conto, percebe-se a denúncia à moral vigente da época, de uma mulher e um homem estarem juntos perante um documento, e o casamento por interesse, visto que no desenrolar da narrativa Maria Cândida é enganada por Heller. O riso da sátira é provocado porque quem é enganado na situação é a golpista e não Heller.

Considerações finais

A visão crítica do escritor permitiu a construção de um livro, que no primeiro conto, *Minha Morte E Outras Vidas*, nem as autoridades religiosas são poupadas da sátira, como os personagens, o Anjo e São Pedro, também neste conto o próprio autor se auto satiriza, quando se vê morto. Já no segundo conto, *O Dote* e no último conto, *O Bacharel e a Causa* ocorre a denúncia do casamento por interesse. No terceiro e quarto conto, *o Magistrado e o Poço*, e *o Escrivão e o Murro*, aparece uma denúncia aos vícios humanos, como o chiste do juiz e seus mandos e desmandos no fórum, ao Escrivão chamando-o de homem de princípios, sendo um homem fino e meticuloso. O Juiz e o Escrivão são retratados diversas vezes com traços caricaturais e até mesmo grotescos. Mársico ao usar os termos “Magistrado” e “Escrivão” no título destes contos, enfatiza os cargos públicos que eles ocupam, porque são profissões de liderança na cidade.

Por fim, as estratégias usadas como humor e a sátira, expõem os defeitos das personagens e as aproximam da caricatura. O humor gera o riso, já que as personagens são desprovidas de virtudes e seus defeitos são impiedosamente acentuados e ridicularizados.

Referências

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. *Revista de Teoria da História*. Goiás, Universidade Federal de Goiás. Ano 1, Número 3, junho, 2010.

MAGALHÃES, Luís Claudio Bernardes de. *A Sátira, o Riso e a Contendação em Vencecavalos e O Outro Povo de João Ubaldo Ribeiro*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Literatura do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15331/Disserta%E7%E3o%20final.pdf;jsessionid=DD9D0C276762B-82F581135AE64138D01?sequence=1>. Acesso em: 28 mai.2022.

MÁRSICO. Gladstone Osório. *Minha Morte e Outras Vidas*. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1958.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Caricata: a imagem conta a história*. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

QUINTO, Cláudia Catarina Dominguez. ENTRE MEMÓRIA E HUMOR: PORTO ALEGRE NAS CRÔNICAS DE RENATO MACIEL DE SÁ JR. Tese do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3833/1/000434618-Texto%2bCompleto-0.pdf> >. Acesso em: 22 mai. 2022.

ROCHA. Rejane Cristina. *Da Utopia ao Ceticismo: A sátira na Literatura Brasileira Contemporânea*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara. Araraquara, 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102414/rocha_rc_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 mai. 2022.

RODRIGUES, Gláucia Elisa Zinani. A representação do colonizador erchinense nas imagens da obra literária *Minha Morte e Outras Vidas* de Gladstone Osório Mársico. ANAIS I Encontro Discente de Pós-Graduação em História. IV Mostra de Pesquisa em História da Graduação e da

Pós-Graduação I Seminário de Formação Continuada em História da Universidade de Passo Fundo. Humanidades Digitais e os diálogos interdisciplinares no ensino, pesquisa e extensão em História. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

RODRIGUES, Gláucia Elisa Zinani. *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019. Disponível em: www.moacyrscliar.com/wp. Acesso em: 28 nov. 2019.

SASS, Vera Beatriz. *O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico*. Porto Alegre: IEL: Movimento, 1994.

VEJA. Sessão de Literatura. À espera do *Führer*. *Revista Veja*. N° 187. 5 abr.1972, p. 88.

**“OS MEUS OLHOS DE POETA ROMÂNTICO
SE ENCHERAM DE LÁGRIMAS”:**

Memória, saudade e melancolia
na obra de Aquiles Porto Alegre

Henrique Perin

Bardo romântico, como muitas vezes se autorreferenciou, o cronista Aquiles Porto Alegre presenciou as transformações da cidade de Porto Alegre durante a passagem do século XIX para o XX. Dentre os inúmeros assuntos elencados em sua obra, o surgimento e as modificações nas igrejas da capital sulina prenderam a sua atenção. Inúmeras são as referências que o autor estabelece entre as casas santas e o crescimento da cidade, citando não apenas suas origens e seu desenvolvimento, mas também o cotidiano da urbe que se estabelecia a partir das relações entre a população e seus religiosos. Esta pesquisa apresenta um vislumbre do olhar de Aquiles sobre a religiosidade na Porto Alegre entre os séculos XIX e o XX.

Palavras-chave: Aquiles Porto Alegre. Crônicas. Memória. Saudade. Melancolia.

Introdução

A Porto Alegre do século XIX que Aquiles Porto Alegre descreve em suas crônicas, impregnada de saudosa nostalgia, é “revivida” através de suas recordações e encontra substanciação em sua obra, um legado de mais de 15 livros que percorrem diversos gêneros, mas que sempre culminam em um mesmo tema: a capital do Rio Grande do Sul. Para compreendermos a maneira como o cronista concebeu a Porto Alegre oitocentista em sua escrita, sua melancolia e saudade pela cidade antiga, é necessário considerar o Romantismo e a modernidade como motores de sua produção. Karl Mannheim (2008) compreende que o Romantismo expressa a inquietação dos descontentes com as novas estruturas. Sob o signo da revolta, escritores provocam atitudes saudosistas ou reivindicatórias que pontuam este movimento, e é através dessa nostalgia que se percebe que algo foi para sempre perdido. Seu retorno é irrealizável. A ânsia de reconquistar algo que se foi e de reger os tempos futuros fez o Romantismo dinamizar grandes mitos, como a nação e o herói.

Nota-se um desejo ardente de retorno ao lar, de reencontrar algo que se perdeu. O retorno à pátria, em um sentido mais espiritual, impregnado pela nostalgia, coloca-se no âmago da atitude romântica de Aquiles. Suas obras, assim, devem ser analisadas por um prisma que contemple o Romantismo como proposto por Löwy e Sayre (2015): uma vontade de regresso a um momento anterior, no qual os prejuízos do capitalismo, da industrialização e do progresso ainda não viciaram e deturparam os valores sociais e morais que o cronista encontra na Porto Alegre oitocentista, resgatada em suas crônicas. Esse Romantismo também deve ser articulado por meio de sua vertente regionalista, como aponta Maria Eunice Moreira (1982), cuja principal característica é a função referencial da reali-

dade focada no ambiente, na paisagem e nas transformações físicas da *urbs* que o escritor não só descreve e se apropria, mas que também reformula – o sujeito da escrita – como síntese da própria cidade. O sentimento moderno anticapitalista e o retorno ao passado fugidio, propostos por Löwy e Sayre (2015) e encontrado nas crônicas de Aquiles, serão elementos recorrentes em sua escrita e uma das motivações para procurar refúgio em suas reminiscências.

Permeadas por inúmeros anseios, todos intensos e iluminados pelo signo do Romantismo, as crônicas de Aquiles destacam-se pela presença de dois sentimentos que necessitam de algumas explicações mais detalhadas: a melancolia e a saudade. Luiz Costa Lima (2017), em *Melancolia: literatura*, explora as acepções históricas e filosóficas da melancolia, articulando-a com a literatura. Reconhecendo a condição de “criatura carente” no caráter humano, o autor indica que o “tempo”, atmosfera em que *habita* a melancolia, é distinto da “lembança”, local a partir do qual *afloresce* a melancolia, e que a diferença entre esses dois vetores só pode ser expressa por um terceiro elemento, que concretiza-se na formulação textual: *a melancolia como literatura*. As crônicas de Aquiles realizam a operação em que o tempo (que não mais existe) e as lembranças do velho escritor, quando concatenados em sua escrita, fazem emergir o sentimento melancólico de perda de seu objeto idealizado, que é a Porto Alegre de sua adolescência e juventude, a capital oitocentista que não era reconhecida como uma cidade moderna.

Melancólico, o cronista experimentará ainda a saudade. Eduardo Lourenço (1999), em *Mitologia da saudade*, indica que tanto a saudade quanto a melancolia são modalidades, ou, antes, modulações das relações intrapessoais com a memória: são o resultado do atrito entre a sensibilidade e a temporalidade, que o autor designa como “tempo humano”. Este “tempo humano” é construído e cons-

tituído por recordações, as quais permitem a inversão do tempo observável pelos indivíduos – uma suspensão ficcional do tempo abstrato e irreversível que, no caso, é compreendido de modo linear. A saudade, irmanada à melancolia, confere um sentido ao passado, reinventando-o como ficção. Aquiles é, pois, refém de sua saudade.

Elucida Maurice Halbwachs (1990) que, ao apelar para a memória para fortalecer o conhecimento sobre dado evento, o sujeito recorre, inicialmente, a si mesmo e essa operação é permeada por dois seres: um é o ser sensível, uma testemunha que depõe sobre aquilo que viu; o outro é o “eu” que não viu, mas que talvez tenha visto no passado e tenha construído sua opinião apoiando-se nos depoimentos de outros indivíduos, em sua memória coletiva. Assim, quando Aquiles, no século XX, retorna aos lugares de Porto Alegre onde esteve anteriormente, ao longo do XIX, aquilo que ele reencontra lhe auxilia a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas.

Porto Alegre a partir da crônica da religião

Bardo romântico, como inúmeras vezes se autorreferenciou, o cronista Aquiles Porto Alegre presenciou as transformações da cidade de Porto Alegre durante a passagem do século XIX para o XX. Dentre os inúmeros assuntos elencados em sua obra, o surgimento e as modificações nas igrejas da capital sulina prenderam a sua atenção. Muitas são as referências que o autor estabelece entre as casas santas e o crescimento da cidade, pontuando não apenas suas origens e seu desenvolvimento, mas também o cotidiano da urbe que se estabelecia a partir das relações entre a população e seus religiosos.

Aquiles, na crônica “O Convento do Carmo” (1925a), relata os fatos, as motivações e personagens que ajudaram a erigir o con-

vento, iniciado em 1844 e concluído em 1857, cuja localização, então às barbas da cidade, era conhecida como “Emboscadas”. O cronista relata que o lugar não passava de um descampado, um pedaço de natureza agreste que não tinha mais que escassos casebres como vizinhos. Como os muros que separavam o centro de Porto Alegre, a Cidade Alta, dos arredores da *urbs* ainda não haviam sido demolidos em 1844, presume-se que neste primeiro momento o acesso à construção deveria ocorrer através da praça do Portão ou de outras passagens próximos ao cercado que protegia a cidade. Não foram encontrados dados ou informações que confirmassem, ou não, esta suposição. Sérgio da Costa Franco (1998), entretanto, adverte que em 1842 o assédio farroupilha à capital já havia arrefecido a ponto de a Câmara Municipal realizar vistorias no local. Aquiles inicia a crônica da seguinte maneira:

Em 1844 começou a construção do convento de N. S. do Carmo, à rua Avaí. Nessa época, não existia essa rua que foi batizada com o nome que teve por ocasião da guerra do Paraguai, em que a nossa cavalaria destroçou as forças Inimigas. O local onde foi erigida a nova casa de Deus era um descampado, um pedaço agreste da natureza. Só se via aqui, ali, árvores isoladas, valas, moitas, pedras soltas e tapumes de maricá, fechando a antiga chácara de D. Anna do Nascimento. Foi essa senhora que fez doação do enorme terreno, que ia da rua da Olaria, por aí afora, à rua da Margem, para a criação da Capela do Carmo. Nesse tempo, esse sítio ficava completamente fora da cidade, tendo apenas na vizinhança uma ou outra casinha de mau aspecto, uma velha olaria pertencente a família do Comendador Baptista, tão distinto pelos seus rasgos de desprendimento. A ideia da construção dessa capela aí partiu de D. Joaquina Isabel Brito, filha o Joaquim de Brito e de D. Rosa Falcata

de Gusmão, que deixaram Portugal, a terra em que nasceram, para virem residir no Brasil (PORTO ALEGRE, 1925a, p. 79-80).

O terreno fora doado por D. Anna do Nascimento, mas a empreitada teve início com a madre Joaquina Isabel de Brito. Portuguesa de nascimento, D. Joaquina de Brito, que desembarcou no Brasil com 16 anos de idade contou com o incentivo do padre Thomé Luiz de Souza, então vigário geral da província (FRANCO, 1998). Conforme o cronista, “a madre Joaquina, quando iniciou as obras da nova igreja, tinha apenas em seu poder a quantia de cem mil-réis” (PORTO ALEGRE, 1925a, p. 80) e só perseverou devido aos conselhos e ao empenho moral do padre Thomé. Com a imagem de Jesus às mãos, D. Joaquina de Brito saía em procissão pelas ruas da cidade sempre que os recursos da obra se tornavam escassos. A população, nestes casos, sabendo que o padre Thomé havia dado seu apoio à causa carmelita, iniciou uma corrida particular de doações. Aquiles escreve que “D. Máxima fez doação de sua casa ao convento e a viúva do brigadeiro Pita, não querendo ficar atrás da outra devota, entregou tudo o que possuía, mesmo antes de sua morte” (ibid.). Continua o cronista:

O fato do padre Thomé tomar vivo empenho por essas pobres criaturas que viviam segregadas do mundo, só com o pensamento em Deus, atraía sobre a Capela do Carmo as simpatias de todos. O padre Thomé, naquele tempo, já era considerado um santo pelas suas raras virtudes, e bastava o povo saber que ele tomava o mais vivo interesse pelo convento do Carmo para ampará-lo com as suas simpatias. A 8 de dezembro de 1857, todas as obras da Capela de N. S. do Carmo estavam concluídas, e recolhidas ao convento diversas irmãs, sob a direção da madre Joa-

quina. Essa senhora foi uma verdadeira heroína. Sem dinheiro, sem recursos de espécie alguma, meteu mãos à obra e viu realizado com a graça de Deus o seu sonho dourado. Pouco tempo, entretanto, sobreviveu à conclusão das obras que havia iniciado, e a 18 de novembro de 1862, fechou os olhos para sempre à luz da vida, com a idade de 91 anos. Ainda nessa casa de Deus existem duas religiosas do tempo da sua fundação. Devem ser duas velhinhas, que há muito tempo já morreram para o mundo. E Deus as conserve ainda para que elas possam ver a reedificação do teto que as abriga, e onde passaram a existência completamente ignoradas, durante tantos e tantos anos. O céu há de permitir-lhes esse gozo espiritual, no meio de todos os sonhos e sesmas de uma velhice calma e serena, como de duas santas ali esquecidas (PORTO ALEGRE, 1925a, p. 80-81).

São indissociáveis do empreendimento do Convento do Carmo as figuras do Padre Thomé de Souza e da madre Joaquina de Brito. Remetendo os dois religiosos à condição mítica de personagens apoderados de valores éticos e morais, Aquiles os estabelece não apenas como os principais artífices da construção do convento, mas também os impregna de virtudes que se ajustam de maneiras distintas ao mito religioso. As figuras dos religiosos são elementos suficientemente conceitualizados que se adaptam a uma representação histórica do mundo: o cronista cria esses mitos apoiado em figuras sacras, próximas à de santos ou mesmo de apóstolos – “o padre Thomé, naquele tempo, já era considerado um santo pelas suas raras virtudes” (PORTO ALEGRE, 1925a, p. 80).

O cronista também se refere a outras casas santas, como a Catedral Metropolitana e a Igreja Metodista Episcopal. Sobre a Catedral, Aquiles irá discorrer em algumas oportunidades, seja dedicando

uma ou outra página ao desaparecimento da antiga Igreja Matriz, que dará lugar à nova Catedral, que teve sua pedra fundamental lançada em 1921, seja como referência em contos e novelas publicadas na *Revista do Partenon Literário*. A crônica “A Catedral”, no livro *Jardim de saudades*, de 1921, por exemplo, está impregnada de nostalgia, saudade e melancolia. O cronista inicia seu relato caminhando por sua cidade moderna quando se depara com as alterações que a Intendência Municipal opera na Praça da Matriz:

Um dia desses, fazendo o meu quotidiano giro matinal pela minha querida cidade, achei-me, de repente, na tradicional Praça da Matriz, e logo chamaram minha atenção grandes carroçadas de entulho que saíam dos fundos da nossa antiga catedral. Estaquei subitamente, e, contemplando o velho templo, tão preso ao nosso saudoso passado, os meus olhos de poeta romântico se encheram de lágrimas. E eu voltei aos meus tempos moços, à estância florida e sonhadora, em que a vida me corria suave e linda como um sonho cor de rosa. Foi ali que eu, um dia, entrei, levando pela mão o meu amor, e me casei. Foi ali que os meus filhos e os meus netos, receberam na boca o sal da vida e na cabeça a água lustral do batismo. Foi ali que os pedaços mais queridos do meu coração, que o infortúnio, pela mão da morte m'os levou – receberam as orações e a água cristã que lhes deram entrada no céu. Foi ali que as minhas filhas fizeram, em lugar sagrado, o primeiro sinal da cruz, rezaram o primeiro Padre Nosso e fizeram a primeira comunhão. Foi ali que eu batizei muitos filhos de amigos meus e casei tantos e tantos pares felizes (PORTO ALEGRE, 1921, p. 77-78).

Flâneur pelas ruas de Porto Alegre, Aquiles se emociona ao perceber que a antiga Igreja Matriz está sendo demolida para dar lu-

gar a um novo templo. As memórias e recordações do cronista são acessadas a partir da ausência da antiga igreja, ou seja, é através do que não mais está acessível que a saudade do escritor se manifesta. É por meio deste confronto de temporalidades, entre a falta da antiga catedral na cidade moderna de Aquiles e a presença dela em sua capital de antanho, que a melancolia se manifesta, fazendo com que seus “olhos de poeta romântico se encham de lágrimas” (ibid., p. 77). A experiência de perda que Aquiles sente, esta nostalgia melancólica e a busca por algo que foi perdido, tal qual Marcel Proust em seu *Em busca do tempo perdido* (1908), é alcançado através do signo da perda de um universo individual: é na Igreja Matriz de sua cidade pretérita e ideal, bucólica e romântica, que os pedaços mais queridos do seu coração foram levados pela desventura da morte (ibid.).

Löwy e Sayre (2015) indicam a existência de duas totalidades abrangentes do “eu” enquanto objeto dos escritores românticos. A primeira é circunscrita à subjetividade do escritor em referência à natureza ou, explicando de outra forma, às relações que o autor estabelece com seu entorno, com o cenário, a cidade, a praça, as ruas etc. A segunda totalidade refere-se às relações com o elemento humano, com as pessoas. O desenvolvimento da crônica exemplifica estas duas características do “eu” de Aquiles:

Ali, naquele velho templo augusto, viviam pelo menos cinquenta anos da minha existência, e eu via-
o agora atacado e ferido pela picareta inconsciente do
operário rústico, que nada conhece da vida da cidade
antiga. E via, arrancados àquela terra santa, e que
fora cemitério, a enxadadas brutas, as ossadas de
muitos dos nossos antepassados, que eram dali expulsos,
com uma espécie nova e singular de despejos – como
inquilinos que não pagam aluguéis de casa. Mais de
uma hora fiquei, parado, olhando o velho templo, e

derramando lágrimas. Pieguismo? Que seja! Como eu, a maior parte da população da cidade há de sentir o desaparecimento da nossa velha igreja, porque não há um habitante da capital que não tenha ali uma relíquia (PORTO ALEGRE, 1921, p. 78).

O cronista sente o desaparecimento da igreja e evoca que ao menos 50 anos de sua vida foram atacados e feridos pela “picareta inconsciente do operário rústico que nada conhece da vida da cidade antiga” (ibid.). Depura-se, a partir deste comentário, que para Aquiles, o trabalhador, a pessoa comum, desconhece os objetos e as relíquias que permitem o acesso à rememoração do passado de Porto Alegre. Acessar e sentir este passado não depende unicamente da relíquia, mas também da relação entre a memória e a história que elas proporcionam. A história e a memória, segundo David Lowenthal (2015), selecionam determinados objetos para funcionarem como relíquias, e ainda assim isto precisa ser construído pela ação humana, que imbui ou alija de significado estes objetos, conforme seu uso cotidiano. Não é difícil perceber, portanto, que na compreensão do cronista a antiga catedral não passa de um elemento desvinculado do passado para os operários que a estão demolindo. O mesmo, entretanto, não ocorre para Aquiles. Ele elenca os religiosos que ouviu de dentro da nave e as peças de música sacra apreciadas:

Naquele recinto sagrado, a palavra de Deus se fez ouvir, tantas e tantas vezes, pela voz de grandes oradores sacros: o padre Santa Bárbara, os cônegos Vianna e Teixeira, os padres Júlio Maria e Locker. (...) Cada golpe da picareta repercute no coração do nosso povo como punhaladas. Para que isto? Para no seu lugar levantar-se um templo rico e majestoso como o de Salomão, para escorraçar do seu recinto os humildes e os pequenos. Entretanto, Jesus Cristo e

seus discípulos andavam descalços, a fé cristã foi meditada, ensinada nas escuras catacumbas de Roma, a humildade é a base de nossa santa religião – e os “cristãos novos”, querem, apunhalando o nosso coração, erguer um templo à vaidade que o Eclesiastes e Jesus condenam... Seja! Que se levante um novo e pomposo templo com o suor do povo, que curte misérias, e não sabe o que lhe esta reservado ainda, para mostrar que na capital gaúcha a religião é rezada e praticada opulentamente, é natural; mas a cidade é grande: erigissem-no em outro sitio, deixando de pé a nossa velha matriz na sua tocante simplicidade, como uma relíquia de antanho. Apunhalem, mais uma vez, o nosso coração, destruindo tudo o que nos e mais caro, como a velha cathedral que é um relicário de ouro, que encerra de todos nós – um sorriso ou uma lágrima. O deus que eu venero e todos os cristãos amamos, tanto pode ser adorado no alto da montanha, em pleno deserto, sob a cúpula do céu, como na funda solidão de uma caverna, onde as feras se escondem e não penetra raio de sol (PORTO ALEGRE, 1921, p. 78-80).

A construção do novo templo, mais majestoso e opulento que o antigo, conforme o cronista, irá afastar a população humilde das atividades religiosas. Não faltarão oportunidades para Aquiles relacionar o fausto e o luxo à perda de valores religiosos, como nas crônicas “Corpus Christi” (*Paisagens mortas*, 1922), “A Missa do Galo” (*Jardim de saudades*, 1921) e “O peditório do Espírito Santo” (*Noutros tempos*, 1922), por exemplo. Em “O bumba meu boi”, presente no livro *Serões de inverno* (1923a), Aquiles refere-se novamente à destruição da antiga cathedral, e indica que “é triste isso, e o nosso protesto não ficará nestas linhas, porque vai ser assunto de uma próxima crônica” (PORTO ALEGRE, 1923a, p. 183). Interessante

notar que a crônica referente às obras da catedral está presente em *Jardim de saudades*, de 1921, mas o autor volta a citar este fato em 1923, com *Serões de inverno*, sem retornar ao assunto em nenhuma outra obra posterior. Tal situação pode ter ocorrido devido à publicação de “O bumba meu boi” em algum periódico antes de 1921 e durante a seleção e atualização dos textos, já que o próprio autor comenta, no prefácio de *A sombra das árvores*, que convida seus leitores a ler as crônicas de seu novo livro “cujas folhas já andam esparsas na imprensa jornalística” (PORTO ALEGRE, 1923c, p. 8). Retornando ao ano de 1923, o cronista pondera que, com o desaparecimento da antiga catedral, será construída “uma igreja alterosa, opulenta, que só servirá para atestar vaidade – que a nossa religião condena” (PORTO ALEGRE, 1923a, p. 183). O cronista reitera que o novo templo religioso apenas convirá à vaidade, o que se opõe à religião católica, da qual é devoto.

Aquiles, na crônica “A missa”, que assim como “O Convento do Carmo” também está presente no livro *Palavras ao vento*, de 1925, principia dizendo: “eu sou católico apostólico romano” (PORTO ALEGRE, 1925a, p. 141). A construção do mito do padre Thomé e da madre Joaquina encontra respaldo, primeiro, no exercício historiográfico positivista o qual o cronista estava inserido e praticava; segundo, na exaltação de sua fé. Prova deste último pode ser apontada quando confrontamos o teor da crônica anterior com a intitulada “D. Clara Fumaça”, da obra *Paisagens mortas*, de 1922. Discorrendo sobre a fundação da Capela de São João no arrabalde do Passo D’Areia, o escritor cita em determinado ponto que “a construção dessa Igreja foi levada a efeito por conselho de Mariana, uma preta feiticeira que morava no Alto da Bronze” (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 129). Encontramos a distinção no tratamento dos três personagens: padre Thomé e madre Joaquina são pessoas abnegadas e

virtuosas; Mariana, feiticeira, mandingueira e preta mina (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 129), foi quem usou D. Clara Fumaça, uma mulher traída cuja perda foi explorada por uma aproveitadora com o intuito de construir uma capela. Interessante atentar para outro fato: tanto a crônica “O Convento do Carmo” como a “D. Clara Fumaça” tratam da construção de dois templos ligados à religião católica, mas os personagens são distintos; na primeira, são servos de ordens religiosas, na segunda, é uma feiticeira e escrava alforriada. Iniciando com a descrição do meio físico, Aquiles constrói a crônica “D. Clara Fumaça”:

Antes da construção da capela de S João, no Passo d’Areia, tudo aquilo por lá era pleno deserto. Só se via, de longe em longe, uma ou outra casinha, alvejan-do entre as árvores como um ninho abençoado. Pelos vales corriam velhas cercas de maricá que cortavam os campos com diversos rumos, assinalando as terras de uns e outros moradores do lugar. As habitações eram em geral de pau-a-pique, com o copiar à frente e uma ou outra figueira brava ali por perto. Pela estrada deserta vinham, às vezes, gemendo, as carretas atulhadas até a ponta dos fueiros de gêneros para encher a faltar o ventre da cidade – matando-lhe a insaciável fome... De quando em quando, aparecia um escoteiro lá, ao longe, ao tranco do animal, entoando saudosas cantigas da roça, de uma doce melancolia. Era, pois, um ermo esse campo por aí a fora onde foi erguida a capela de S. João. Toda essa construção que aí está branqueando no meio do campo, com a casta alvura de uma hóstia, representa apenas o esforço de D. Clara Fumaça, já velha e cheia de desgostos. Apesar de tudo isto, andou de porta em porta, exposta ao sol, à chuva e ao frio, esmolando para as obras da capela (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 128).

Assim como madre Joaquina, D. Clara Fumaça peregrina pelas ruas da capital em busca de donativos e esmolas para a construção da capela de São João. Os motivos, entretanto, são distintos. Madre Joaquina tinha o intento de instalar o convento para a devoção das irmãs carmelitas, já Clara Fumaça foi motivada pela traição de seu marido. O cronista continua:

Quando moça, na flor dos anos, casou-se com um português, que era mestre pedreiro. Durante muito tempo viveram felizes numa casinha de porta e janela, à rua da Igreja, em frente à de Jerônimo Coelho. Um dia, porém, o demônio entrou-se em casa, e virou a cabeça do marido, que era um bom homem pacato e ajuizado. Parece-me que o estou vendo ainda, forte, moreno, cheio de corpo e bigode raspado. Numa noite de fogos do Espírito Santo, ele encontrou na praça do Palácio, uma cabrocha, de lábios grossos, olhos negros e ancas fartas. Daí por diante começou para o casal a eterna luta do cão com o gato. Mal o marido botava o pé na rua, a mulher abria o xale sobre os ombros e o seguia por toda a parte como uma sombra. A construção dessa Igreja foi levada a efeito por conselho de Mariana, uma preta feiticeira que morava no Alto da Bronze, no topo daquele barranco, que ficava em frente à Beneficência Brasileira União. Foi ela, só ela quem meteu isto na cabeça da pobre velha, que vivia ralada de ciúmes e acreditava na feiticeira preta mina (ibid., p. 129).

Aquiles não indica o ano em que ocorreram os eventos, mas sabe-se que a Capela de São João Batista foi erigida no início da década de 1870, sendo sua conclusão datada de 1874 (FRANCO, 1998). A congregação religiosa indica que a construção da capela foi encabeçada por D. Clara e sua irmã, Felicidade Maria da Silva, e que sua motivação fora honrar

o santo de sua devoção. As informações foram colhidas diretamente no livro tomo da igreja. O cronista não cita em momento algum a ajuda desta irmã, mas aponta que D. Clara Fumaça “era de uma boa família e bem relacionada. A sua parentela estendia-se pelo Passo da Areia, da Mangueira, das Pedras, Morro de Santana até a Branquinha. E assim ia entre os estranhos e os seus parentes colhendo os meios para realizar o seu sonho (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 130). A ausência da informação referente à irmã na crônica, assim como a distinção do motivo da edificação do templo, não invalida a autenticidade do relato de Aquiles. Os elementos que constroem a narrativa do cronista são compostos tanto pelas suas memórias, visto que residia em Porto Alegre desde 1859 e que a capela foi construída entre 1870 e 1874, como pela memória coletiva da cidade e pelos relatos dos habitantes da *urbs*. O escritor continua:

E D. Clara andava já caindo aos pedaços pela rua e sem abandonar o peditório que era feito com todo o tempo. Naquela época não existiam bondes para S João e d. Clara, para ir até a capela, era a pé ou trepada numa carroça, que se dirigisse para aqueles lados. A mandingueira lhe encasquetara na cabeça que só o marido a procuraria depois de concluída a capela e rezada a primeira missa. Era por isso que d. Clara saía até com chuva afim de conseguir os meios para ser erguida a capelinha. (...) Concluídas as obras e rezada a primeira missa ninguém lhe dava notícias do marido que andava quebrando a cabeça por aí todo enrabichado pela cabrocha de olhos negros e ancas fartas. Começou, então, a ser festejado aí o dia de S. João com foguinhos e leilão de ofertas. A devoção do mesmo santo que o José Rodrigues da Rocha mantinha na igreja das Dores foi, pouco a pouco, empalidecendo com o fulgor da festa do Passo D’Areia que corria por conta de d. Clara. Infeliz senhora! Eu a conheci como as palmas das minhas

mãos, sempre pesadona e afadigada, com a mania de sua capela e com que o marido voltasse à casa como a mandingueira lhe o havia prometido. Parece-me estar vendo-a ainda! Baixa gorda, de saia bem rodada, óculos escuros, e de bigode farto com um ou outro fio de barba no rosto, como sentinelas perdidas, por aí afora... Quando eu era criança e me enlevava na leitura dos romances franceses, passando noites e noites em claro, conhecera o seu tipo grotesco na madame Pipelet dos “Mistérios de Paris”. A humanidade tem destes caprichos, e vai ressuscitando, aqui e ali, os seus gênios ou os tipos grotescos de século em século... (ibid., p. 130-131).

Apesar que a primeira missa tenha sido rezada na capela, condição estabelecida pela “feiticeira” Mariana para que o marido de D. Clara Fumaça retornasse, o desejo da devota não se confirmou. Este não é um relato isolado da influência de cultuadores de religião de matriz africana sobre os personagens das crônicas de Aquiles. D. Clara Fumaça é uma mulher portuguesa, branca, e apesar do tom pejorativo que o autor descreve sua aparência, não deixa de estar mais próxima do grupo de intelectuais para os quais Aquiles escrevia.

Outra igreja a qual Aquiles recorda em suas memórias, a Metodista Episcopal, está localizada na rua Duque de Caxias. Se no século XXI ela tem como “vizinha” a praça Conde de Porto Alegre, no início do XX e no final do XIX o cenário era diferente. Através da crônica “A Igreja Metodista”, presente na obra *Paisagens mortas* (1922a), o cronista dá vazão às suas lembranças, partindo de 1920 e retrocedendo algumas décadas, recordando as antigas casas comerciais, os personagens e seus costumes, assim como alguns aspectos da sociabilidade porto-alegrense da segunda metade do século XIX. A crônica inicia assim:

Aquele sítio, onde há poucos anos foi levantada a Igreja Metodista Episcopal, na rua Duque de Caxias, esquina da de Jerônimo Coelho, era um polígono irregular, onde existia uma velha habitação de porta e duas janelas. Aí morava o vendeiro Zé Canteiro, estabelecido na Praça do Portão, esquina da rua de Santa Catarina, onde está hoje a Casa Kaastrup. Em frente da taverna, do outro lado da rua bracejavam três figueiras bravas de folha miúda, que davam uma nota pitoresca àquele recanto. Parecia uma ponta de mato à beira da estrada. Essas árvores foram plantadas pelo vendeiro no seu próprio interesse. Grande parte dos seus fregueses eram moradores dos subúrbios e vinham efetuar as compras a cavalo. Para que os animais ficassem à sombra e não expostos ao rigor do sol, o Canteiro, previdente como era, desde que estabeleceu aí o seu negócio, tratou logo de plantar aquelas árvores abençoadas, que abriam as frondes nos ares como enormes para-sóis (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 32).

Novamente a natureza ganha destaque pela pena de Aquiles. As árvores plantadas, que davam a impressão de “uma ponta de mato à beira da estrada” (ibid., p. 32), localizadas ao lado da Praça do Portão, marco fronteira entre a Porto Alegre civilizada e a *wilderness*, sugerem a operação *in situ* de artealizar a cidade: do lado “de fora” da Praça do Portão está a Cidade Baixa, local onde a selvageria impera; já na parte “de dentro”, na Cidade Alta, local de civilidade, as árvores são plantadas por motivos particulares (BESSE, 2014). Sérgio da Costa Franco (1998) afirma a primeira referência ao local, em uma ata municipal, tem a data de 30 de novembro de 1829, e que o “portão” que remetia à alcunha da praça já não mais existia, mas ainda servia como delimitação das fronteiras da capital. Aquiles continua discorrendo sobre as alterações do sítio:

Na esquina, onde esta o palacete da “Confeitaria Rocco”, havia a padaria do Azurem, um bom português, da Ilha da Madeira, muito dado e pachorrento, que passou pela vida, espalhando o bem. Fazia um pão sovado macio e gostoso, que era uma delícia como hoje não se faz mais. Nas noites de inverno, ele jogava o solo com dois amigos, até o “toque de recolher”. O João Bendito, que morava ali perto, na Praça do Portão, era um dos parceiros, mas de uma impertinência sem nome com os outros companheiros, quando cantava solo. Não admitia que os mais falassem, por ocasião do jogo. Mais de uma vez saiu de lá aborrecido, amuado, prometendo não voltar mais. No outro dia, porém, à boca da noite, quebrava o propósito que fizera na véspera, e lá aparecia, com a sua sobrecasaca larga e comprida, como uma opa, arrastando os pés pelo peso dos anos que não eram poucos. Depois do Azurem veio para aí o Laurindo Ribeiro com o mesmo ramo de negócio. Nos primeiros tempos ganhou dinheiro. Mais tarde, porém, confiou demais nos outros e foi vítima da sua boa fé (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 32-33).

A Confeitaria Rocco é citada, mas o mais interessante da crônica é a padaria do Azurem, que ocupava o local antes do palacete ser erguido. A Porto Alegre moderna de Aquiles é utilizada apenas como referência para acessar suas memórias; não é o portentoso palacete que lhe chama a atenção, mas a padaria modesta do “bom português da Ilha da Madeira, muito dado e pachorrento” (ibid., p. 32), local em que se fazia pão sovado como não se encontra mais no século XX. As memórias evocadas pelo cronista, embebidas de saudade, modulam sua relação com a capital oitocentista: a temporalidade, que Eduardo Lourenço (1999, p. 33) designa como “o tempo humano”, o “tempo de uma vida” de Aquiles é diferente da sucessão abstrata, universal e irreversível do tempo. Para o cronista, o “tempo

da sua vida” é um jogo construído e constituído por sua memória, é um viver recordando a partir, e acessado, da tensão entre sua cidade moderna e sua cidade antiga e ideal. Esta suspensão ficcional do tempo que Aquiles experimenta é o substrato pelo qual ele produz, ao mesmo tempo, a fugacidade e a eternidade de seu mundo. A nostalgia, a melancolia e a saudade, antes intraduzíveis, tomam forma em suas crônicas, reavivam sua memória e recriam a Porto Alegre ideal de suas lembranças. A crônica continua oferecendo mais elementos para a constituição da capital do século XIX:

Na outra esquina, em frente ao portão do quartel, onde está hoje o Emílio Pacheco com o seu armazém de secos e molhados, era estabelecido com o mesmo gênero de negócio, o Manoel de Almeida Gomes, mais conhecido por Maneca Canteiro, um excelente homem, muito estimado. Tinha uma bela quinta, lá pelo arraial da Glória, onde morava, quando aquilo era ainda um deserto, com uma ou outra casinha, dependurada pelas quebradas dos cerros escavados. O outro Canteiro, a que eu já me referi, era português, e para aqui viera criança, com uma mão atrás e a outra adiante. Quando o conheci, era já velho, careca, gordo e pesadão, um tipo grotesco de folhinha. Andava, quase sempre, de roupa de brim, metido nos seus sapatos atamancados, que faziam um enorme ruído na calçada. Os últimos anos da existência passava-os em casa. Era um sacrifício sair à rua. A sua distração, agora era cuidar nas galinhas e em uns três ou quatro pés de figueira, que lhe davam todos os verões umas frutas que só de vê-las, pendentes dos galhos, a gente ficava com água na boca. À tardinha, quando o sol agonizava, o Canteiro invariavelmente, tomava à janela da rua uma tigela com sopa de leite. Era esta a sua ceia. Às 8 horas já estava metido debaixo das cobertas, depois de haver

rezado um “Padre Nosso” e uma “Ave Maria”. Era muito supersticioso – acreditava em lobisomens, em almas do outro mundo e em outras crendices. Uma noite deitou-se a hora do costume e foi encontrado morto no outro dia. Morreu como um passarinho (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 33-34).

Este quartel ao qual Aquiles se refere, o extinto Oitavo Batalhão de Infantaria, foi criado em 1828 e deu lugar, posteriormente, ao Batalhão de Infantaria n. 13. Estava localizado no extinto Beco do Oitavo, corresponde à atual área da rua Desembargador André da Rocha. Sérgio da Costa Franco (1998) assinala que o local, nos limites da Cidade Baixa com a Cidade Alta, foi motivo de constantes reclamações de seus moradores: seja pela inexistente iluminação, pelo excesso de dejetos provenientes da guarnição, ou mesmo pela falta de segurança. O olhar do cronista, entretanto, foca-se nos personagens do sítio, em seus costumes e nas casas de comércio: os armazéns de secos e molhados, os atributos físicos dos personagens etc. A Porto Alegre que Aquiles reconstrói é diferente da que ele vive em seus últimos anos de vida; as frutas eram mais saborosas, as pessoas tinham outras preocupações que andar pelas ruas da capital, à noite, discutindo política em cafés e nas portas de livrarias (PORTO ALEGRE, 1923b). As transformações das antigas casas do sítio que depois viria a abrigar a Igreja Metodista é esmiuçada pelo cronista. Havia a Farmácia Providência, no outro lado da Rua da Ponte, vizinha à Confeitaria Rocco, e que antes também foi um armazém que pertenceu a João do Couto e Silva. O local abrigou o que o cronista chamou de “Bloco do Vasco de Araújo”. Aquiles finaliza a crônica:

No outro canto da rua da Ponte, onde está a Farmácia Providência, teve aí um armazém de secos e molhados o João do Couto e Silva, um bom moço que

não foi feliz no negócio. Todas as noites reunia-se aí um pequeno “bloco” do Vasco de Araújo, Felisberto de Albuquerque e mais um ou outro amigo. Quando fazia calor, eles traziam as cadeiras para a rua, e sentavam-se à beira da calçada para tomarem fresco. De quando em quando davam umas boas risadas. Era o Vasquinho que contava uma ou outra anedota picante dos seus tempos de cadete, quando estudava na Praia Vermelha. Só depois do “toque de silêncio” é que cada um ia para casa refazer as forças para o outro dia. O João do Couto, como não ia bem com o negócio, acabou com o armazém e mudou-se para Belém Velho. Aí estabeleceu então uma casa de pasto, junto à uma venda que comprara. Penso que um dos bons fregueses da estalagem era o padre Lima, que ia todos os domingos passar o dia aí e só voltava à cidade, fazendo escaramuças no pingo, horas tardias da noite. Pouco tempo depois da morte do Zé Canteiro veio morar aí o Joaquim Manoel de Azevedo, que durante longos anos exerceu o cargo de Secretário da Instrução Pública. Era um homem alto, magro e bem aprumado com umas barbas grisalhas, que vinham quase até a cintura. Foi um funcionário inteligente e liberal exaltado. Depois que ele faleceu e a família deixou a casa, apareceu aí, mais tarde, a Igreja Metodista Episcopal, com sua bela torre, rasgando o doce azul dos espaços (PORTO ALEGRE, 1922a, p. 34-35).

A Igreja Metodista Episcopal teve seu primeiro templo na rua Dr. Flores, em 1885; em 1907, o terreno foi adquirido pela diocese e as obras da nova igreja concluídas em 1914 (FRANCO, 1998). Aquiles, entretanto, cita a igreja em apenas três momentos de sua crônica: no título, na primeira e na última linha. A atenção do escritor não está voltada à cidade moderna na qual vive. Ela serve apenas como um instrumento para acessar suas memórias: são as reuniões

entre os amigos de Vasco Araújo, que contava anedotas “picantes”; é o pão sovado do Azurem; são as figueiras plantadas pelo Zé Canteiro... a igreja, entretanto, funciona apenas como um lugar de memória que o cronista utiliza para acessar suas recordações da Porto Alegre oitocentista (NORA, 1993). Os temas simples propostos pelo autor também podem ser analisados sob o prisma da memória coletiva da capital. Evocando recordações de meados do século XIX, Aquiles tenta resgatar as sensações que não só ele vivenciou, mas também outras pessoas, e dentre essas pessoas alguns possíveis leitores (HALBWACHS, 1990).

Considerações finais

Era salutar para Aquiles escrever sobre um passado que contrastasse com seu tempo presente, muitas vezes agitado e infeliz, o que auxilia a remodelar constantemente sua visão de Porto Alegre com o passar das décadas. Para assegurar que os acontecimentos pretéritos foram tão (ou mais) importantes quanto os do presente, nos satura de detalhes e fragmentos do que ocorreu, ratificando a memória e apresentando-a como relatos históricos, singularmente domesticada por suas memórias e suas próprias maneiras de manipular o passado

Os costumes, os ritos, os valores e a “tradição” da Porto Alegre oitocentista são acessados através das rememorações do cronista e seus significados independem de estarem corretos ou não. Na verdade, Aquiles sequer entra nessa seara e não contesta a veracidade de suas memórias. Tal preocupação não assenta em suas crônicas, e o que realmente lhe interessa são suas lembranças. A Porto Alegre descrita em suas crônicas, a cidade do século XIX funciona como um aglomerado de relíquias que lhe são acessadas por meio da capital do século XX. Aquiles reencontra em suas recordações a Porto Alegre

que viveu quando jovem e a substancia em forma de crônicas. É por meio das rememorações de sua juventude e início de vida adulta que o escritor, através de seus relatos sobre as casas santas e a religiosidade católica da capital oitocentista, recorda seu casamento, o batismo e consagração dos sacramentos de seus filhos e netos, dos matrimônios dos quais fora testemunha, assim como os trabalhos funerários de suas filhas, netos, esposa e irmãos. Todos estes eventos tiveram como elemento comum a vida religiosa na capital gaúcha.

Aquiles deseja reencontrar em suas memórias a Porto Alegre que viveu quando jovem. A cidade em que se perdeu pelas ruas, mas se reencontrava em cada acesso, em cada beco e viela que desaguava na rua da Praia; a cidade em que ouvia música, não os gritos elétricos dos gramofones, um lugar em que os valores morais e sociais de outrora de sua Porto Alegre oitocentista impregnavam o ar e as pessoas. Até os tipos pitorescos eram diferentes na cidade de suas lembranças. A cidade relembra então a “Isidora” de Italo Calvino (2019), que só pode ser alcançada quando os cavaleiros anseiam encontrar uma urbe, materializada unicamente por meio de seus sonhos, e apenas quando chegam à idade provecta. É, portanto, uma cidade que só pode ser encontrada através de recordações, assim como a Porto Alegre do século XIX de Aquiles. É nesta *urbs* sonhada que o cronista gaúcho encontra sua juventude, mas que só consegue materializar quando retorna o olhar para as décadas passadas – “a cidade sonhada o possuía jovem; em Isidora, chega em idade avançada. Na praça, há o murinho dos velhos que veem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações” (CALVINO, 2019, p. 12). A Porto Alegre de Aquiles, do mesmo modo como Isidora, existe em duas temporalidades: quando em sonho e memória, são cidades desejáveis e idealizadas; quando concretas, são terras estrangeiras para quem nelas persiste.

Referências

- BESSE, Jean Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo, Perspectiva, 2014.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura*. São Paulo: Cultrix, 2017.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre. *Guia histórico*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- LIMA, Luiz Costa. *Melancolia: literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*. O romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MANFREDO. *Revista do Partenon Literário*. Porto Alegre, 4º Ano, N. 6, junho de 1875.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 7-28.
- PORTO ALEGRE, Aquiles José Gomes. *À beira do caminho*, crônicas. 1.ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925b.

PORTO ALEGRE, Aquiles José Gomes. *À sombra das árvores*, crônicas. 1.ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1923c.

PORTO ALEGRE, Aquiles José Gomes. *Jardim de saudades*, crônicas. 1.ed. Porto Alegre: Tipografia Wiedmann & Cia., 1921.

PORTO ALEGRE, Aquiles José Gomes. *Noutros tempos*, crônicas. 1.ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922b.

PORTO ALEGRE, Aquiles José Gomes. *Paisagens mortas*, reminiscências. 1.ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922a.

PORTO ALEGRE, Aquiles José Gomes. *Palavras ao vento*, crônicas. 1.ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1925a.

PORTO ALEGRE, Aquiles José Gomes. *Serões de inverno*, crônicas. 1.ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923a.

O DISCURSO DAS MÍDIAS IMPRESSAS SOBRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO (1962-1964):

O caso do jornal o Diário da Manhã

Milena Moretto

História e Imprensa sempre foram tópicos estudados para uma melhor compreensão de entidades e de como estas estavam ligadas à comunidade. Nesse sentido, foi por meio da imprensa que entidades puderam divulgar as suas ações e prestar contas de suas atividades diárias, sendo utilizado, em sua maioria, os jornais impressos para essa finalidade, principalmente por serem os mais expressivos em números, chegando na maior parte das comunidades. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar as matérias relacionadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo/ RS, no jornal o Diário da Manhã, durante o período de janeiro de 1962 a março de 1964, através do método empregado por Patrick Charaudeau, compreendendo quais ações e atividades desenvolvidas pelo sindicato eram publicados nos jornais e qual era o discurso empregado ao entregar à comunidade.

Palavras chaves: Análise do discurso. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo. Diário da Manhã

Introdução

Nos últimos anos, o campo da História tem ampliado suas abordagens e objetos de estudos. Nesse sentido, a imprensa surge como um objeto a ser estudado, possuindo diferentes métodos a serem utilizados para a sua análise, dependendo dos objetivos e das problemáticas que o historiador lança ao seu trabalho, haverá um método para a sua investigação histórica.

Nos dizeres de Robert Darnton e Daniel Roche, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais apresentam visões distintas de um mesmo fato servindo como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto despontam como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples elemento do acontecimento (DARNTON; ROCHE, 1996)

Dessa maneira, a análise do discurso é um dos métodos empregados para interpretar as fontes de imprensa. Nessa metodologia o objetivo é compreender a estrutura do texto e investigar as construções ideológicas presentes no mesmo. Existem inúmeros escritores que empregam essa metodologia, como é o caso de Michael Foucault e Michel Pêcheux, contudo, para o desenvolvimento desse trabalho utilizaremos a base teórica e metodológica de Patrick Charaudeau, por meio da obra *Discurso das Mídias*, de 2013.

Segundo Charaudeau, a imprensa tem por vocação social informar o cidadão, onde, a informação nada mais é do que “transmitir um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo” (2013, p.33), fazendo com que esse indivíduo passe de um estado de ignorância, para um estado de saber.

Nesse sentido, o seguinte artigo tem por objetivo analisar as notícias vinculadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo

Fundo (STR/PF), em um dos jornais impressos de maior circulação do município de Passo Fundo, o jornal Diário da Manhã, no período de janeiro de 1962 a março de 1964, compreendendo como ocorria a transmissão das notícias dessas entidades rurais para a comunidade passofundense.

Para analisar o STR/PF, durante o período de 1962 a 1964, é necessário entender como o sindicato se estruturava nacionalmente, no estado e no município, interpretando os principais tópicos debatidos pela entidade. Nesse sentido, o STR surge em 1962 após inúmeras tentativas e reuniões para a consolidação da organização rural, sendo estas atividades puxadas pela Frente Agrária Gaúcha (FAG) e pela Igreja Católica, principalmente pelo Irmão Urbano Maximo, representante da FAG na região. Dessa maneira, o período estudado se configura o início do sindicato no município de Passo Fundo, até o período do golpe civil-militar acometido ao Brasil, onde as estruturas hierárquicas das entidades vinculadas ao produtor rural mudaram por conta de intervenções governamentais (RAMOS, 2011).

A entidade tinha por objetivo agremiar os produtores rurais, fossem eles proprietários de pequenas porções de terra ou trabalhadores do campo. As principais pautas defendidas pela entidade eram relacionadas a modernização rural- está focada no pequeno proprietário rural-, a necessidade de combater o comunismo no campo e a garantia do assistencialismo médico, odontológico, hospitalar e jurídico ao produtor rural (TEDESCO; CARINI, 2007) (NORA, 2002) (ZANELLA, 2003) (BASSANI, 2009). À nível nacional, o STR e a FAG eram representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a qual iniciou as suas atividades em janeiro de 1964, e objetivava levar as pautas locais e regionais para o debate nacional, defendendo a hierarquização e a burocratização do sindicalismo rural para a melhor organização e

efetivação das demandas dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2001) (RAMOS, 2011) (PICOLOTTO, 2011).

No município de Passo Fundo, as três entidades ligadas aos produtores rurais utilizavam os jornais impressos para a divulgação de suas atividades, trazendo os editais de convocação para assembleias, os pareceres sobre as suas reuniões e demais atividades como veremos posteriormente. No caso do jornal Diário da Manhã, saliente-se o foco de apresentar a produção agrícola, trazendo os aspectos climáticos que poderiam prejudicar a colheita e debater o anticomunismo, o jornal em inúmeras vezes contemplava os aspectos negativos do comunismo, principalmente este ligado ao movimento rural.

Após esse breve resumo sobre os principais pontos a serem debatidos no trabalho, veremos como o jornal o Diário da Manhã discursavam sobre o STR durante o período analisado, através da Análise de Discurso construída por Charaudenau.

O jornal Diário da Manhã e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais/PF (1962/1964)

Para a analisar o discurso das mídias impressas de Passo Fundo sobre o STR/PF, entre o período de janeiro de 1962 a março de 1964, iremos utilizar o jornal Diário da Manhã, onde foram catalogadas 22 matérias relacionadas ao STR- ou demais entidades rurais vinculadas ao sindicato no período.

Os pontos iniciais para a análise do discurso de Charaudenau (2013) são compreender o “por que informar? Quem informa? E quais são as fontes?”. Nesse sentido, o jornal Diário da Manhã tem por finalidade informar para toda a comunidade, por meio da informação pedida, como cita Charaudenau “o pedido de informação pode ser pressuposto pela própria organização da vida social, que

exige que os contribuintes, os cidadãos, os indivíduos em sua vida particular, sejam informados sobre seus direitos, seus deveres e os meios de que dispõem para aplicá-los” (2013, p. 50). Dessa maneira, percebe-se que todas as matérias compreendidas no período estudado eram de informação pedida, pois o STR queria que a sua comunidade agrária, e até mesmo a comunidade geral do município, soubesse de suas atividades.

Referente ao quem informa, é importante frisar que as informações trazidas sobre o STR- em sua maioria de vezes no período estudado- eram levadas ao jornal pela direção do STR ou da FAG ou eram solicitadas matérias sobre a temática pelas entidades de representação, então o informador tem notoriedade (2013, p.52) no tema, pois eram utilizados os argumentos trazidos pelos sindicalistas. Salienta-se que, como Charaudenau (2013) debate, a ideia de notoriedade é por conta da sua posição social, onde, por estar em uma posição de autoridade, esse indivíduo passa a ter uma credibilidade ao dar uma informação. Entretanto, é importante lembrar que essa pessoa- ou entidade que escreveu- pode ter intenções manipuladoras, falando o que acha mais pertinente sobre o acontecimento, ou da maneira mais pertinente.

As fontes devem ser “objetivas, independentes da subjetividade do sujeito falante, exteriores a ele e reconhecidas por outros” (CHARAUDENAU, 2013, p. 55). Assim sendo, as fontes utilizadas para as informações passadas por meio da mídia eram de sua maioria informantes vinculados as direções das entidades, sendo estas uma tentativa, em sua maioria, de autenticidade e verossimilhança, isto é, autêntica no sentido de passar o que está ocorrendo de verdade, uma fonte legítima, e de verossimilhança que é a possibilidade de reconstruir ou reconstituir o que aconteceu de fato na reunião, assembleia ou discurso do sindicato.

No mais, o jornal Diário da Manhã apresentava a figura da FAG como eixo central para mostrar as demandas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais, colocando a entidade estadual como a promotora de todos os debates relacionados ao meio rural e aos produtores agrários do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, ressaltava-se, por exemplo notícias vinculadas a outros STR da região, como o caso da cidade de Viadutos (*Diário da Manhã*, 03/02/1963), mostrando como a FAG se articulava nas proximidades do município de Passo Fundo e como a entidade queria divulgar esses nascimentos dos STR's para as comunidades locais.

Em relação as matérias, foram divididas em quatro segmentos para melhor analisar as discussões decorridas delas: *os editais de convocação e/ou comunicação, notícias sobre a fundação do STR e da CONTAG, notícias de interesse do filiado e notícias de interessa da comunidade.*

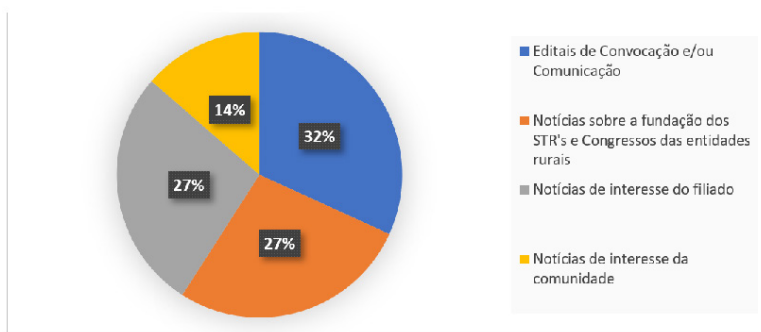


Gráfico 1. Matérias sobre o STR/PF vinculadas ao jornal Diário da Manhã (jan 1962-mar 1964). Fonte. Jornal Diário da Manhã/ Elaboração da autora.

Ao todo foram catalogadas vinte e duas matérias sobre o STR/PF no editorial do jornal o Diário da Manhã, dessas, sete são editais de convocação para reuniões ou assembleias, ou alguma comunicação do STR para a comunidade, sempre de maneira escrita

pelo STR e publicado no jornal, sem possuir nenhuma interferência do editorial.

Além disso, temos seis notícias sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nelas são descritas as atividades que ocorreram para a fundação da entidade, quem foram as pessoas presentes na fundação, bem como a entidade foi organizada a partir daquele momento. No mais, seis matérias catalogadas são sobre notícias de interesse da comunidade, nessas estão descritas atividades gerais e públicas das entidades. Já em as notícias de interesse do filiado, estão matérias de interesse da classe rural, sendo o jornal uma fonte de transmissão para essa população.

Em relação aos editais de convocação e/ou comunicação, percebe-se o processo descrito por Charaudenau como um saber de conhecimento existencial (2013, p. 44), isto é, apresentam uma informação factual, descrevendo a informação através da citação de horários, locais e propriedades, não utilizando um discurso que modique aquele objeto a ser informado. Esses editais, eram escritos pelo próprio sindicato e divulgados pela imprensa para que assim a comunidade- o receptor- soubesse, e se tivesse interesse, participasse das reuniões, como apresentado abaixo nas duas figuras:

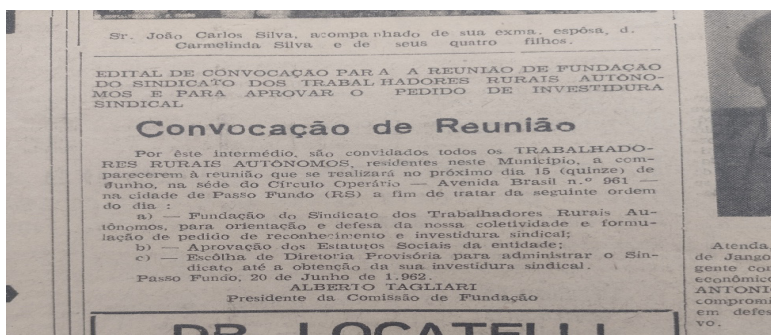


Figura 1. Editais de Convocação de Reunião de Fundação do STR para Trabalhadores Rurais Autônomos. Fonte: Jornal Diário da Manhã.

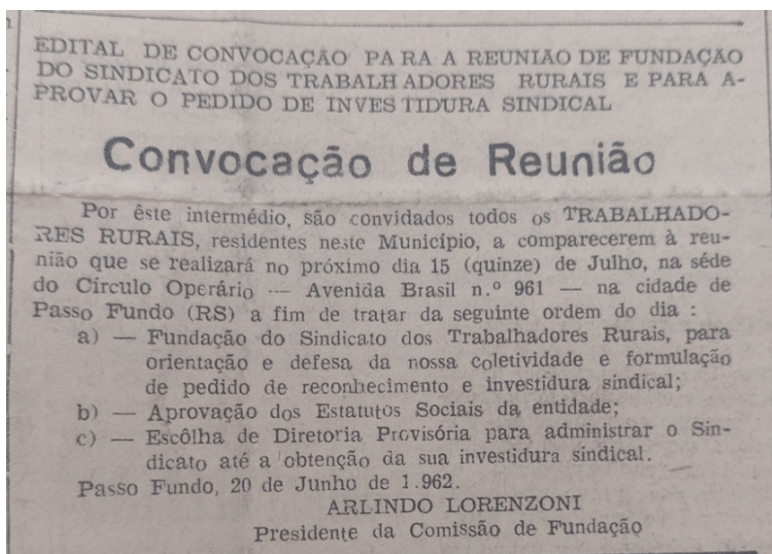


Figura 2. Editais de Convocação de Reunião de Fundação do STR para Trabalhadores Rurais em 26 de junho de 1962. Fonte. Jornal Diário da Manhã.

As matérias a acima foram publicadas pelo jornal no mesmo dia, 26 de junho de 1962, sendo a primeira convocação de reunião da FAG, no município de Passo Fundo, com o intuito de fundar o STR/PF. Percebe-se que, havia duas convocações diferentes no jornal, uma focalizando no trabalhador rural que continha propriedade, e a outra, referente ao trabalhador autônomo.

Nota-se que, o texto apresentado para a convocação permaneceu inalterado, sendo que a data, o horário e a ordem do dia eram os mesmos em ambas as convocações, no entanto, no momento da fundação da entidade e da filiação dos produtores rurais o novo filiado adentrava ao sindicato que mais se assemelhava com ele. Constata-se ainda a diferença existente entre os presidentes das respectivas Comissões de Fundação, a primeira, representando os trabalhadores autônomos, o presidente era Alberto Tagliari; Enquanto na focalizada

nos proprietários rurais temos como presidente da comissão a figura de Arlindo Lorenzini.

Já em relação as matérias vinculadas as notícias sobre a fundação do STR e da CONTAG, percebe-se pontos a mais do que os vinculados aos editais. Nessas matérias a descrição dos fatos e dos acontecimentos que ocorreram, ou iriam ocorrer, partindo da instância de transmissão, isto é, do jornal e do seu editorial. Nesse sentido, nota-se que é utilizado o saber do conhecimento explicativo, citado por Charaudenau (2013, p. 45), onde se descreve os motivos, o modo e a finalidade dos acontecimentos para os receptores

Congresso dos agricultores e fundação dos sindicatos rurais. Terá no próximo dia 15, importante reunião de agricultores em nossa cidade, promovida pela Frente Agrária Gaúcha, entidade de assistência ao homem do campo, fundada há alguns meses em Passo Fundo e que tem por Presidente Regional o dr. José Julio Mendes. Os trabalhos terão início às 9 horas da manhã, no Círculo Operário [...] Durante o “Congresso dos Agricultores” será procedida a fundação dos sindicatos rurais, velha aspiração de muitos homens do interior que possuem visão ampla. O Congresso a ser instalado dia 15 do corrente mês está ganhando grande popularidade nos meios citadinos e rurais, sendo por isso de prever-se o seu mais amplo sucesso (*Diário da Manhã*, 01/07/1962)

Nessa matéria percebe-se o motivo do acontecimento – o Congresso dos Agricultores, por meio de um modo – uma reunião – e com uma finalidade – fundar o sindicato. Além disso, outras matérias que comunicavam a fundação do sindicato, também traziam outros dados pertinentes, como a quantidade de participantes, quais pontos chaves foram debatidos, sempre tentando informar à popu-

lação e caracterizar as atividades puxadas pela entidade como um ponto positivo para a comunidade, como o caso abaixo da notícia

Congresso promovido pela Frente Agrária Gaúcha fadado a ter o mais amplo sucesso. A nossa reportagem teve a oportunidade de entrar em contato na manhã de ontem com o sr. João Cúrio de Carvalho, Secretário da Frente Agrária Gaúcha, o qual prestou-nos esclarecimento relativamente ao conclave a desenvolver-se em nossa cidade a parte das 9 horas de hoje, no Círculo Operário, conforme noticiamos. Em face do interesse que o Congresso vem despertando entre todos os camponeses pertencentes a extensa e populosa Diocese de Passo Fundo, é de se prever que mais de 800 congressistas compareçam aos importantes debates a instalem-se na manhã de hoje em nossa cidade. Adiantou-nos o sr. João Cúrio de Carvalho que os trabalhos girarão em torno de um estudo pormenorizado da situação agrária do Estado, sindicalização dos homens do campo e apreciação do próximo Congresso a realizar-se na Capital do Estado [...] (*Diário da Manhã*, 15/07/1962).

Na matéria acima, nota-se a utilização da frase “aos importantes debates” empregando esse termo para vangloriar a atividade desenvolvida pelo sindicato e apresentar a realização dessa atividade como algo positivo para a comunidade rural do município.

As notícias de interesse do filiado apresentavam pontos importantes a serem debatidos pela comunidade agrícola. Nesse sentido, o jornal *Diário da Manhã* divulgava matérias relacionadas aos líderes rurais e a diálogo existente com a Frente Agrária Gaúcha.

Regressou de P. Alegre a comissão de líderes sindicais rurais. Consoante notícia já divulgada pelo *Diário da Manhã*, seguiu a semana passada com destino a Por-

to Alegre uma comissão de líderes sindicais rurais da nossa cidade, composta por membros de associações rurais e do Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos, de nosso Município, a fim de tomar parte de uma reunião do Movimento de Agricultores Sem Terra, realizada nos dias 2 e 3 do fluente mês. A comissão regressou da metrópole sulriograndense em data de ontem, depois de ter tomado parte daquela importante concentração de “Sem Terra”, oportunidade em que foram tomadas várias decisões de interesse da classe rural (*Diário da Manhã*, 04/06/1963).

Salienta-se que na matéria acima percebe-se o saber do conhecimento explicativo, debatido por Charaudeau como algo que esclarecia o acontecimento, por meio de um motivo, um modo e uma finalidade para a matéria. A notícia apresenta a reunião, o modo que ocorreu e a finalidade desse encontro – que era em relação ao Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER) e decisões de interesse da classe rural. As seis matérias catalogadas como interesse do filiado apresentam encontros, motivações e o regresso desses líderes rurais- termo trazido pelo próprio jornal-, além de debater as produções dos filiados ao STR, como por exemplo o caso das plantações de trigo.

Em relação a produção, o *Diário da Manhã* voltava-se a noticiar matérias sobre as plantações, salientando o que o governo municipal e demais instâncias de governo faziam em relação a auxiliar esses produtores. No caso de 1963 se têm três notícias sobre a distribuição de sementes para os pequenos produtores rurais, filiados ao STR. A primeira apresentava um pedido de sementes, promovido pelo Sindicato dos Produtores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores na Pecuária de Passo Fundo, os quais diziam que “torna-se uma necessidade para a absoluta maioria dos pequenos produtores, os quais

produzem boa parte, senão a maior, do trigo produzido em Passo Fundo” (*Diário da Manhã*, 17/05/1963).

Nessa mesma matéria os sindicatos solicitam financiamento para os pequenos produtores de maneira urgente, para que estes consigam plantar, o texto – redigido pelos sindicatos e encaminhados para publicação no jornal – traziam que se o município não conseguisse a distribuição dessas sementes e o financiamento para eles “algumas centenas de pequenos agricultores não poderão plantar, o que seria grave numa hora em que se debate o Brasil por maior produção agrícola para alimentar sua população já tão sacrificada no setor alimentar” (*Diário da Manhã*, 17/05/1963).

A segunda matéria vinculada ao jornal sobre a distribuição de trigos traz elementos de continuidade da matéria anterior

Conforme noticiamos, o vereador Ernesto Scortegagna remeteu telegrama ao dr. Adolfo Fetter, Secretário da Agricultura, solicitando a que fosse cumprida a promessa do titular da referida Pasta de levantamento das necessidades dos pequenos agricultores, através do Sindicato de Produtores Rurais Autônomos, para a venda de sementes de trigo mediante financiamento [...] Cooperativa tritícola e Frente Agrária Gaúcha colaborarão também no fornecimento das sementes aos pequenos produtores que não estiveram tão amparados em Passo Fundo do que em 1963 (*Diário da Manhã*, 24/05/1963).

Acima percebe-se a necessidade do financiamento para os produtores rurais e a vinculação com o governo municipal que auxiliaram nessa distribuição e nesse auxílio aos produtores agrícolas. Na última matéria catalogada sobre a temática, nota-se, também, um maior envolvimento da FAG nessa distribuição, apresentando uma conversa com o presidente da FAG citando que a entidade prosseguia

em sua ação social para os homens do campo e tendo em consideração as necessidades de financiamento de trigo para atender aos pequenos produtores, sem recursos, colocou a disposição da Secretaria da Agricultura, um lote de sementes, para ser distribuído com a orientação daquele órgão técnico, atendendo unanimemente aos critérios da necessidade (*Diário da Manhã*, 26/05/1963).

Essas matérias, como citado anteriormente, eram apresentadas como conhecimento explicativo, tendo, principalmente, uma finalidade que era de informar os filiados o que o STR estava fazendo para conseguir as reivindicações do grupo, além de apresentar como o governo e as demais entidades rurais estavam vinculadas nessas solicitações.

As notícias de interesse da comunidade são exatamente notícias para a comunidade geral, não apenas aos próximos do STR ou para a população agrária, tendo como intuito apresentar essas representações rurais – STR, FAG e CONTAG – e promover os debates existentes nas reuniões com o propósito, inclusive, de que outras pessoas adentrassem as entidades. Igualmente as notícias de interesse dos filiados, as de interesse da comunidade eram de conhecimento explicativo, com a finalidade principal de apresentar essas entidades e convidar a comunidade para se filiar.



Figura 3. Frente Agrária Gaúcha, notícia vinculada ao jornal Diário da Manhã em 10 de julho de 1962. Fonte: Jornal Diário da Manhã.

A matéria acima inicia com a exposição sobre o Congresso dos Agricultores do Município que iria ocorrer no próximo dia 15, com o objetivo de apresentar as teses e os problemas a respeito da classe rural. Um dos tópicos interessantes dessas notícias é a ideia de divul-

gação da entidade, como percebe-se existe um resumo do que era a FAG e quais eram as finalidades específicas da FAG.

Nota-se a utilização de termos positivos para mencionar a FAG como o caso de “já é, felizmente, do conhecimento e aceitação do nosso homem rural” e “tudo feito sem qualquer publicidade a não ser aquela que interessa aos seus associados e ao bravo, incansável e patriótico homem do campo”. Esses termos positivos faziam com que os leitores do jornal se aproximassem da entidade rural, se sentissem representados por essa entidade, já que o leitor também se consideraria como uma pessoa brava, incansável e patriótica. Catalogou-se ao todos três matérias vinculadas a esse segmento, as outras duas notícias de interesse da comunidade são sobre o congresso realizado no dia 27 de junho de 1963, promovido pela FAG, trazendo aspectos semelhantes aos citados acima na figura 3.

Em relação a todas as matérias que não são editais e /ou comunicação das entidades, constata-se a utilização de conhecimento explicativo, apresentando uma finalidade como mostrado anteriormente. Salienta-se ainda que em todas essas matérias explicativas se divulgava apenas a comunicação da FAG- em formato de matéria- provando que o jornal já estava tomando um lado do discurso, ressaltando que na leitura do jornal pouco se é apresentado outras entidades e sindicatos ligados aos produtores rurais já existentes na cidade, como o caso da Associação Rural e de Sindicatos de produtos, como o Sindicato da Banha.

Considerações finais

O jornal Diário da Manhã, de Passo Fundo, trouxe entre janeiro de 1962 a março de 1964, 22 matérias vinculadas as entidades de representação do produtor rural, STR e FAG. Nessas notícias po-

de-se perceber que, o jornal divulgava os editais de convocação para atividades relacionadas ao STR, por meio da descrição da informação, do saber existencial.

Referente as demais temáticas, o jornal utilizava um discurso explicativo sobre os fatos, trazendo como fonte de informação as entidades de representação. Sendo assim, destaca-se que o que era transmitido pelos jornais locais eram as informações que as entidades rurais queriam que a comunidade soubesse, por isso, nota-se, apenas a divulgação de fatos positivos sobre o STR, utilizando adjetivos e manchetes chamativas para aproximar-se da população. Constatase, ainda, que, as matérias no jornal Diário da Manhã divulgavam as questões de produção, aspectos climáticos e que poderiam auxiliar e prejudicar na plantação dos pequenos produtores.

Por fim, ressalta-se que a metodologia empregada por Patrick Charaudeau é extremamente relevante para compreender como as mídias trabalhavam para aproximar-se da comunidade, sendo uma das fontes de transmissão mais importante do período estudado, tendo grande relevância na divulgação de atividades locais.

Referências

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha: ações políticas e ideológica da Igreja Católica no movimento camponês*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: Modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Ed.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (comp.). *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 107-133. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31147899/ebooksclub.org__Una_Nueva_Ruralidad_En_America_Latina___Biblioteca_de_Las_Mujeres___Spanish_Edition_.pdf?. Acesso em: 17 ago. 2020.

NEVES, L.; Morel, M. & Ferreira, T. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faper, 2006.

NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. A Organização Sindical Rural no Rio Grande Do Sul e o Surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Frederico Westphalen (1960 – 1970). 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo: Ediupf, 2002.

PEREIRA, Andre de Souza. UM OLHAR SOBRE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964) ATRAVÉS DA IMPRENSA PASSO-FUNDENSE: os jornais o nacional e diário da manhã. In: XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 14., 2018, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Anpuh-Rs, 2018. p. 1-11. Disponível em: http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531189958_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1349.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018

SILVA, Ricardo Oliveira da. *Trabalhismo, reforma agrária, legislação para*

as populações rurais: uma abordagem do projeto político de Fernando Ferrari. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 1-9, dez. 2009. Disponível em: <https://seer.furg.br/rbhcs/article/view/10367/6714>. Acesso em: 26 jan. 2022.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1960-1980*. Porto Alegre: Est Edições, 2007.

ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho- 1937 a 2003: semelhanças e diferenças entre o processo nacional e o regional*. 2003. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

Fontes

DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo: 1962-1964. Instituto Histórico de Passo Fundo.

ENTRE LETRAS E TRAÇADOS:

o poeta, o cemitério e o planejamento urbano
em Passo Fundo (década de 1950)

*Alex Antônio Vanin
Djiovan Vinícius Carvalho*

Era noite. Em uma mesa do Café Elite, vendo as luzes da Praça Marechal Floriano tremeluzirem pela janela, Gomercindo dos Reis matutava sobre sua próxima preleção no Grêmio Passo-Fundense de Letras. O presidente do sodalício, Celso Fiori, lhe solicitara uma palestra, em tema de livre escolha, em prosa ou verso, o que lhe tornava as coisas mais difíceis. Tantas possibilidades...

Tamborilando os dedos na mesa e saboreando lentamente um gim, Gomercindo analisava as temáticas possíveis. Algo rápido, palpitante, expressivo, que fosse inédito e tivesse como fundo a história de sua amada Passo Fundo. A hora escorreu rapidamente, os rapazes do Café colocavam sobre as mesas as cadeiras já vazias. Passando seu olhar pelo salão, antes povoado de vozes, fumaça e música, Gomercindo viu-se só. Nada lhe veio a memória, a não ser suas lembranças do velho Boqueirão.

Ao acertar a conta e despedir-se de alguns conhecidos na porta, desceu a rua General Netto, pensando que talvez uma ida à sua chácara pudesse apresentar-

-lhe alguma ideia... Deitando-se ao lado da esposa, que ressonava calmamente, Gomercindo dormiu e dormindo sonhou... Em seus sonhos maravilhosos, Gomercindo viu o túmulo e a cruz de Maria Pequena em esplendores. Sua sepultura toda azul, da cor do céu. Sobre ela uma mulher sentada, sorridente, trajando um vestido lindo e comprido, de mangas largas, cor de rosa, em completo contraste com o azul da sepultura.

Pela manhã, após um rápido desjejum, Gomercindo saiu à rua e encontrou a cidade deserta, ainda despertando. Com passos rápidos atravessou a rua Moron, no exato momento em que davam sete horas. Passando pela Casa Pretto, tomou a rua Independência e rapidamente chegou à rua Coronel Chicuta. Atravessando os trilhos da estrada de ferro, Gomercindo logo alcançou o prolongamento da via, em direção à sua chácara. Caminhando, agora vagarosamente, Gomercindo observava os jardins, as flores, os passarinhos que se movimentavam entre as camélias, saudando os raios de sol que atingiam os galhos, até que, de repente, parou. Ali estava um antigo cemitério, o cemitério de Maria Pequena!

Sobressaltado, lembrando-se do sonho da noite anterior, Gomercindo fitava o local. Ali estava, como no sonho, a sepultura e a cruz, tal qual vira em sua visão maravilhosa. As rolinhas voavam por cima do túmulo de Mariazinha, pousando na cruz. Aproximando-se da sepultura, Gomercindo viu velas, cartões e lírios. Cobertos pelo orvalho da manhã, os ramalhetes de rosas jaziam em frente à lápide que dizia: Maria Pequena, três vezes apunhalada e degolada, a vinte e oito de novembro de 1894. Paz à sua alma. Fez um esforço para lembrar-se da tragédia.

Eis o assunto palpitante que buscava! Não mais para uma palestra no Grêmio de Letras, mas para um trabalho maior – um livro. Escutando os gorjeios dos sabiás, Gomercindo refletia: por mais que o nome de

Maria Pequena vivesse de boca em boca e no coração do povo, tão pouco sobre sua vida e morte era comentado. Ali, prostrado dentro do pequeno cemitério, de olhos fixos na cruz da sepultura de Maria Pequena, o poeta Gomercindo dos Reis tomou a resolução de reverenciar a memória daquela morta, mas de alma viva e iluminada pelo Senhor (ZANOTTO; CARVALHO; VANIN, 2019).

A narrativa acima foi elaborada pelos autores Zanotto, Carvalho e Vanin (2019) com base nas descrições realizadas por Gomercindo dos Reis, autor do romance inacabado *A Tragédia da Cruzinha* [195?], acerca de como a ideia para a composição da obra havia surgido¹. Distante do *métier* do historiador, por se tratar de um tema mais vinculado à literatura e à produção de seu autor, optamos por iniciar de uma forma *límpica, literária, épica*, tal como Gomercindo descreveu sua produção literária supramencionada. Dito isso, faz-se necessário afirmar que nosso intento neste texto é o de explorar alguns elementos constantes na produção do autor em correlação a aspectos concernentes às mudanças ocorridas no planejamento urbano da cidade de Passo Fundo nos anos 1950. Nesta análise, o Cemitério da Cruzinha, localizado nos subúrbios da cidade, é o nosso protagonista principal, e não Maria Meirelles Trindade, a Maria Pequena, sujeito central da narrativa de Reis.

Em realidade, para além dos relatos de Gomercindo dos Reis, poucas são as fontes que fazem referência ao Cemitério da Cruzinha, de modo que estes escritos são fundamentais para a compreensão de aspectos da historicidade daquele local, habitualmente vinculado à narrativa acerca de Maria Meirelles Trindade. Ademais, acercamo-

¹ REIS, Gomercindo dos. *A Tragédia da Cruzinha*. [195?]. Acervo da Escola Estadual Gomercindo dos Reis.

-nos de fontes referentes à urbanização de Passo Fundo na metade do século XX, momento de importantes mudanças nas demandas e perspectivas da administração municipal sobre a organização e modernidade da cidade, evocado pela comemoração do Centenário de Emancipação Político-Administrativa do município de Passo Fundo, em 1957.

Gomercindo dos Reis: um poeta, vários interesses

Gomercindo dos Reis nasceu na Fazenda Capão Bonito, 4º Distrito de Passo Fundo (RS), no dia 4 de fevereiro de 1898, filho de Fernando José dos Reis e de Clarinda Dornelles. Com cerca de 18 anos, Reis transferiu-se para Santa Maria (RS), onde trabalhou no comércio, na Viação Férrea e atuou como professor. Mais tarde, já instalado em Porto Alegre (RS), atuou no comércio como guarda-livros e dedicou-se à arte de escrever poemas. A principal atividade econômica de Reis foi a corretagem: em 1931, em Passo Fundo, fundou o *Birô Reis*, para corretagem em geral, e dirigiu o escritório, um dos primeiros do segmento, por mais de 30 anos na compra e venda de imóveis (SANTOS, 1963).

No âmbito da política, Reis foi filiado ao Partido Federalista (PF)², tendo participado de comícios e reuniões políticas em 1922,

² O Partido Federalista Brasileiro foi fundado em 31 de março de 1892, em Bagé (RS), sob o comando de Gaspar Silveira Martins, em oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Dentre os ideais defendidos pelos federalistas, estavam o sistema parlamentar, o federalismo e a revogação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1891, de inspiração positivista. Foi a principal oposição aos governos de Castilhos e Antonio Augusto Borges de Medeiros, tendo tomado parte nas guerras civis de 1893-1895 e de 1923. O referido partido foi extinto em 1928, em prol da formação do Partido Libertador (PL).

apoiando os liberais na candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em 1923, tomou parte da campanha revolucionária, integrando o quadro social do Grêmio Cívico Rio-grandense³, de Porto Alegre (RS)⁴. Após o fim da guerra-civil, Reis mudou-se definitivamente para Passo Fundo, tornando-se, não muito tempo depois, um dos primeiros líderes comunitários de Passo Fundo. A saber, Gomercindo dos Reis engajou-se, entre 1928 e 1932, em uma campanha na imprensa local que reverteu a venda da área de uma praça em Passo Fundo⁵.

Contudo, suas atividades profissionais e políticas foram sempre acompanhadas de uma produção intelectual. A partir de 1915, Reis passou a ter poemas e textos publicados em revistas e jornais, como *O Malho*, *Fon-Fon*, *Vida Chic* e *Ilustração Pelotense*. Já nos anos 1930, passou a colaborar regularmente com os periódicos pas-

³ O Grêmio Cívico Rio-grandense foi fundado em 1922, e “destinava-se a trabalhar pelo reavivamento das tradições rio-grandenses e combater os errôneos processos que porventura, sejam empregados pela política, no Estado” (A NOITE, 15 de agosto de 1922, p. 2).

⁴ A “Revolução de 1923” se estendeu entre os meses de janeiro e novembro de 1923, no território do estado do Rio Grande do Sul, opondo os partidários de Joaquim Francisco de Assis Brasil – os assisistas – rebelados, em linhas gerais, em função da manutenção do Governo Estadual sob o comando de Antonio Augusto Borges de Medeiros, o que alijava e afastava, por meio da fraude eleitoral, a oposição da possibilidade de participar da política dominada pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Gomercindo dos Reis, ainda antes de incorporar-se à movimentação revolucionária, já havia se posicionado enquanto oposição, fraudando votos em distritos de Porto Alegre, na eleição estadual ocorrida em fins do ano de 1922 (RIO GRANDE DO SUL, 1923, p. 266).

⁵ A Praça Brasil, localizada na Vila Rodrigues, empreendimento de Faustino Rodrigues da Silva, teve reconhecimento público em 1922. Entretanto, o local permaneceu com ares de abandono, servindo de refúgio para animais, sem condições de ser utilizado como espaço de lazer. Nesse contexto, Gomercindo dos Reis tornou-se líder comunitário na Vila Rodrigues e, junto a outros moradores, como Américo Pippi, reivindicava do poder público o cumprimento da promessa de Rodrigues. Em 1928, Faustino Rodrigues manifestou interesse em ceder parte do território da praça a uma congregação religiosa, para que fosse construída uma escola. A população da Vila foi contrária à atitude, pois temia que Faustino, como dono original da área, pudesse vir a vender até mesmo as ruas do bairro. Pouco tempo mais tarde, a doação foi anulada, pois as autoridades municipais se manifestaram favoráveis à vontade dos moradores em ver sua praça concluída.

so-fundenses *O Nacional* e *Diário da Manhã*, além de outros jornais de Santa Catarina e do Paraná⁶.

Ao longo de sua trajetória, foi membro do Grêmio Passo-Fundense de Letras (mais tarde Academia Passo-Fundense de Letras)⁷ e do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), tendo publicado os livros *Defendendo a Verdade* (1947) *Nuvens e Rosas* (1957) e *Jardim de Urtigas* (1957), deixando inacabado o romance *Tragédia da Cruzinha* [195?]. A obra incompleta, que era qualificada por Reis em publicações de jornal como *histórica, lírica, literária, épica, humorística e com fundo religioso*, tem seu início marcado por questionamentos sobre a figura histórica da mulher assassinada, obra escrita “com fidelidade e emoção a história de aventuras e sofrimentos, de romance e do amor da lendária, iluminada e pura Maria Pequena, juntamente com a narrativa de sua mãe” (REIS, [195-], fl. 6). O próprio autor enfatizava que o texto seria composto por elementos ficcionais, mas sua base seria feita a partir de “acontecimentos verídicos” e documentos, bem como de declarações do neto de Maria Pequena. Além disso, a escrita seria firmada pela “lúcida memória” de um “cidadão respeitável” que conhecera a santa em vida, assim como sua família, e que foi testemunha do enterro de Maria Pequena, quando de seu assassinato.

⁶ Segundo Paulo Monteiro: “Gomercindo dos Reis formou seu estilo literário na primeira metade do século XX, lendo os grandes poetas da chamada ‘Belle Époque’, fundamentalmente os parnasianos. A exemplo de outros poetas passo-fundenses, que foram seus contemporâneos, como Antonio Donin e André Pitthan, permaneceu fiel à poemática dos seus modelos. Assim, majoritariamente, encontramos em sua obra a poesia metrificada. Praticou, de preferência, a redondilha maior e o decassílabo. Cultuou, dentre os poemas de forma fixa, o soneto e o sonetinho, práticas que o filiam como um continuador da poesia da ‘Belle Époque’” (MONTEIRO, 2008, s/p).

⁷ Entidade civil, sem fins lucrativos e sem caráter político partidário, fundada em 7 de abril de 1938 com o nome de Grêmio Passo-Fundense de Letras, com a finalidade exclusivamente literária-cultural. Em 7 de abril de 1961, o Grêmio foi transformado em Academia Passo-Fundense de Letras.

Gomercindo dos Reis investiu muito de suas energias ao tema da santinha de Passo Fundo. Ainda na década de 1950, e já prenunciando os festejos do Centenário do município, em 1957, ateve-se (pelo menos intelectualmente) à divulgação da história da “heroína cívica” para além-fronteiras. Em artigo publicado no jornal *O Nacional*, Reis nos informa que Maria Meirelles Trindade tinha fama de “vidente”. Nesse sentido, sua constituição como pessoa singular, uma mediadora dotada também de dons premonitórios, lhe particularizava perante a comunidade local e mesmo regional. Segundo Reis, “Maria Pequena, que falava com Nossa Senhora, era vidente antes de morrer. Consultada por comandantes de corpos em 1893, ela previu a derrota das forças legalistas nos combates de Valinhos e Três Passos”⁸.

Casada, já “nos tempos da Revolução”, Maria Pequena teria resistido aos martírios com coragem cívica e fé. Ante os 43 revolucionários que a interrogavam sobre o marido, o filho e demais soldados, manteve-se em silêncio, sendo então apunhalada três vezes e depois degolada – trucidada por motivos políticos (REIS, [195-], fl. 3). À vista do ocorrido, Maria Pequena começou a ser cultuada, e uma das formas com que a devoção e crença em Maria Pequena mostrou sua efetividade diante dos fiéis foi através da constituição, ao redor de seu túmulo, de um cemitério de “anjinhos” – crianças falecidas antes dos sete anos que foram enterradas no “espaço sagrado” do cemitério, que ficou conhecido como Cemitério da Cruzinha. Ali se buscava proteção para as almas dos “inocentes”, que seriam apoiados pela mãe mártir que defendeu seu próprio filho até a morte. Seu culto perdurou, se consolidou, pois, tido como eficaz, “Maria Pequena é estimada por milhares de pessoas, que admiram a sua memória e acreditam nos seus milagres”⁹.

⁸ O NACIONAL. 1º jun. 1955, p. 2. Acervo AHR.

⁹ O NACIONAL. 1º jun. 1955, p. 2. Acervo AHR.



Figura 1. Romaria ao túmulo de Maria Meirelles Trindade, a Maria Pequena, no Cemitério da Cruzinha. Fonte. DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 3 jun. 1955. Acervo IHPF.

O espaço de devoção à Maria Pequena era, portanto, o lugar onde ela havia sido sepultada em 1893, no cemitério que, devido à cruz que encimava seu túmulo, passou a ser conhecido como *da Cruzinha*. Localizado às margens do arroio Rachel, junto à passagem da ponte sobre o mesmo arroio, o Cemitério da Cruzinha ali permaneceu por mais de seis décadas, até tornar-se um óbice ao planejamento urbano daquela área, na década de 1950.



Figura 2. Cemitério da Cruzinha, no início da década de 1950. Fonte: Plano Diretor, 1953, p. 44.

Um cemitério em plena rua: planejamento urbano e a *Cruzinha*

Nos primeiros anos da década de 1950, Passo Fundo se encontrava em pleno processo de expansão urbana. A gestão do prefeito Daniel Dipp (1952-1955) foi marcada pela dinamização de diversas obras públicas, ocorrendo um investimento na infraestrutura. Em 1952, foi iniciada a elaboração do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo, que ficou a cargo do engenheiro Edvaldo Pereira Paiva. A partir do Plano Diretor, com “diretrizes de zoneamento”, foi proposta a criação de locais específicos para certas atividades, como centro cívico, estádio e mercado municipal. Contudo, no mesmo período, segundo Knack (2016, p. 293), “os loteamentos eram concedidos sem serem abertas as ruas, tamanho era o ritmo de expansão da cidade”. Não obstante, a criação de loteamentos nos subúrbios da cidade se apresentava como uma empresa rentável, tendo em vista o aumento populacional da urbe.

Aliás, desde o final da década de 1920, a área onde se localizava o Cemitério da Cruzinha, apesar de corresponder aos subúrbios da cidade, já contava com empreendimentos privados de loteamento, como a Vila Carmen, pertencente à sociedade *Empresa Villa Carmen Ltda*; o planejamento urbano da área que era singrada pela rua Coronel Chicuta, principal via de condução direta do centro para aquela parte ainda em desenvolvimento da cidade, necessitava, entretanto, ser conformado pela administração pública. De acordo com *O Nacional*, aquele traçado da Cel. Chicuta, para além do arroio Rachel, foi aberto em 1929 por iniciativa privada da sociedade, para legar acesso aos mais de 478 lotes e 19 chácaras que haviam sido demarcados e colocados à venda, tendo sido adquiridos do espólio

da herança de Lucas José de Araújo¹⁰. Na figura a seguir, propaganda do sobredito loteamento, vê-se o arroio Rachel, no cruzamento com a Cel. Chicuta, onde ficava localizado o Cemitério da Cruzinha, embora esse não seja referenciado. O empreendimento anunciava, desde aquele momento, que pretendia atender “aos modernos processos urbanistas, sendo as ruas traçadas de acordo com a topographia do terreno, evitando as ruas em fortes declives, e sem a monotonia dos longos alinhamentos”¹¹, expressando uma racionalidade do processo de urbanização conduzido por particulares, realizado sob antigas propriedades rurais que margeavam os arrabaldes do centro urbano (DINIZ; ALMEIDA, 2021).



Figura 3. O NACIONAL. A Villa Carmen. Passo Fundo, edição 648, 19 jun. 1930, p. 21. Acervo do AHR.

A expansão e modernização urbana, observadas a partir da abertura dos supramencionados loteamentos privados, continuou nos

¹⁰ O NACIONAL. *A Villa Carmen*. Passo Fundo, 19 jun. 1930, p. 21. Acervo do AHR.

¹¹ O NACIONAL. *A Villa Carmen*. Passo Fundo, 19 jun. 1930, p. 21. Acervo do AHR.

anos seguintes. Nos anos de 1930, destaca-se a criação da Vila Vera Cruz, da Vila Santa Terezinha, hoje Vila Fátima, da Vila Santa Maria e da Vila São João, além da Vila Vergueiro, já na década de 1940.

Em *O Nacional* de março de 1951, antevendo as necessidades de uma reorganização urbana, o poeta, escritor e corretor de imóveis, Gomercindo dos Reis fez as seguintes declarações: “O futuro prefeito deve gastar 74 milhões de cruzeiros para a urbanização da cidade, que devem ser gastos em obras de duração secular”¹². Gomercindo dos Reis, naquele momento, propunha a abertura da rua Teixeira Soares e asseverava a necessidade de que “o futuro administrador deveria desapropriar as casas existentes na quadra do Posto de Higiene para a construção do Mercado Público, Universidade de Passo Fundo ou Palácio Municipal”¹³. Nas palavras de Reis: “A rua Teixeira Soares, [...] está na hora de ser transformada, facilmente, numa grande e bela Avenida, partindo do Cemitério, até a Vila Carmen”¹⁴.

Reis, naquele período, também defendia a importância de Passo Fundo contar com um Plano Diretor. Prontamente, as discussões – influenciadas, ou não, por Gomercindo dos Reis – sobre a elaboração de um Plano Diretor para Passo Fundo tiveram início em outubro de 1951, na gestão do prefeito Armando Annes (1947-1951)¹⁵. Com o fim do mandato de Annes e a eleição do petebista Daniel Dipp, ainda em 1951, manteve-se a proposta.

A necessidade de abertura de ruas para acesso aos novos loteamentos colocou em evidência o Cemitério da Cruzinha, localizado no cruzamento das ruas Cel. Chicuta e Mato Grosso, “prejudican-

¹² O NACIONAL. *O futuro prefeito deve gastar 74 milhões de cruzeiros para a urbanização da cidade, que devem ser gastos em obras de duração secular*. Passo Fundo, 29 mar. 1951, p. 3. Acervo do AHR.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ O NACIONAL, 10 dez. 1951, p. 4. Acervo do AHR.

próximo da região central e da estação ferroviária, o próspero aglomerado urbano era detentor de luz elétrica, de um grupo escolar e de terras férteis. Além disso, estava sendo loteado e negociado por Gomercindo dos Reis sob a promessa de ser um investimento em que o capital inicial seria “dobrado muitas vezes num curto prazo”¹⁷. A Vila Reis, no início da década de 1950, contava com vias de ligação ao núcleo central da cidade não muito acessíveis: as principais ruas que ligavam as vilas Carmen, Schell, Zacharias e Lucas Araújo, possuíam como ponto de confluência a rua Cel. Chicuta, que passava pelo centro e, depois pela estação ferroviária, seguia em direção à região considerada, à época, suburbana e insalubre, onde se localizavam as supracitadas vilas. Percebe-se que as colocações de Reis mostram, além de suas preocupações com o futuro da urbe, um possível interesse na valorização de sua propriedade e mesmo com a movimentação imobiliária que seria seguida da implantação de qualquer uma das propostas submetidas por ele ao Executivo Municipal.

Retornando ao que concerne ao Cemitério da Cruzinha, é fato que essa mudança se tornou um problema para a administração municipal, pois “profanar os restos de Maria Pequena, lançando-os numa tumba qualquer, num dos cemitérios da cidade, causaria espécie entre o bom povo daquelas redondezas”¹⁸. Essa questão encontrou rapidamente uma solução, apresentada pelo vereador Angelino Rafael Jacini, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que entrou em entendimento com o casal Floriano Schroecker e Olinda Schmidt, proprietários de um terreno próximo ao Cemitério da Cruzinha, no intuito de que doassem parte de sua propriedade à municipalidade para a construção de uma capela com a finalidade de depositar os ossos do Cemitério da Cruzinha:

¹⁷ O NACIONAL, 28 nov. 1948, p. 3. Acervo do AHR.

¹⁸ O NACIONAL, 5 jan. 1954, p. 4. Acervo do AHR.

LEI Nº 565/55

AUTORIZA O EXECUTIVO A RECEBER A DOAÇÃO DE UM TERRENO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, no uso de suas atribuições, confere o art. 53, Inc. II, da Lei Orgânica, faz saber que o Legislativo decretou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a receber em doação, do casal Floriano Schroecker, uma área de terras com até 24 m², nesta cidade, à rua Cel. Chicuta, constante da transcrição 38.152, fls. 147 do livro 3-yy - do Cartório de Imóveis deste município, e destinada a construção de uma capela para depósito dos ossos do Cemitério da Cruzinha.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua promulgação; revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO, 7 de março de 1955.

MÁRIO MENEGAZ
Prefeito Municipal.¹⁹

Assim, em 7 de março de 1955, foi assinada a doação de uma área de terra com 24 m², localizada à rua Cel. Chicuta, no cruzamento com a rua Mato Grosso. O terreno doado era uma fração de uma propriedade maior, adquirido por Olinda Schmidt do casal Nicola Gallicchio e Anna Lang Gallicchio, no ano anterior²⁰. Contudo, em consulta ao Cartório Registro de Imóveis de Passo Fundo, descobrimos que, ao fim e ao cabo, a doação nunca foi efetiva ou, se o foi, foi revertida, tendo em vista que a área em questão retornou a seus proprietários e foi transferida por inventário aos descendentes

¹⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Lei nº 565/55. *Autoriza o executivo a receber a doação de um terreno*. 07 mar. 1955.

²⁰ REGISTRO DE IMÓVEIS DE PASSO FUNDO. Certidão de transmissão de propriedade de Nicola Gallicchio e Anna Lang Gallicchio à Olinda Schmidt. Passo Fundo, 3 ago. 1954.

de Olinda Schmidt em 1977. Anunciava-se que a inauguração da capela se daria no aniversário de morte da “santa”, em 28 de novembro quando então a “memória de Maria Pequena será reverenciada pelos seus crentes, admiradores e tradicionalistas de Passo Fundo”²¹.

Logo após a assinatura da lei que autorizou a doação, em março de 1955, foi organizada a demolição do túmulo de Maria Pequena. Em 19 de maio de 1955, às 14 horas, o túmulo, “uma relíquia e uma tradição da cidade”²², foi demolido. O trabalho de escavação foi feito por funcionários da prefeitura, serviço dirigido pelo Tenente João Pedro Bueno, chefe de Obras Públicas do Município²³. O trabalho de remoção dos ossos foi realizado sob o olhar atento de muitos devotos, repórteres e personalidades, como Gomercindo dos Reis. O ato foi assistido por 75 pessoas e, conforme noticiou o periódico, “era grande a expectativa das pessoas que desejavam ver os restos mortais da milagrosa, os quais estavam colocados dentro de uma carneira com paredes de tijolos”²⁴.

Os restos mortais de Maria Meirelles Trindade foram acondicionados em uma urna de latão, juntamente com os ossos dos “anjinhos” ali sepultados e “apesar de transcorridos 62 anos de seu falecimento, foram retirados diversos ossos em perfeito estado, como gambia, antebraço, vértebras, partes do crânio e quatro dentes perfeitos”²⁵. Em seguida, os despojos de Maria Pequena e dos anjinhos foram encaminhados até a Catedral, onde permaneceram até ser construída a capela na qual seus ossos seriam depositados de modo definitivo. No entanto, em 1954, o espaço da Catedral Nossa Se-

²¹ REIS, O Nacional, 5 jan. 1954, p. 2. Acervo AHR.

²² O NACIONAL, 1º jun. 1955, p. 2. Acervo AHR.

²³ Idem.

²⁴ REIS, O Nacional, 5 jan. 1954, p. 2. Acervo AHR.

²⁵ O NACIONAL, 5 de janeiro de 1954, p. 2. Acervo AHR.

nhora Aparecida, ainda em construção, impedia o acesso dos fiéis, assim os devotos ficaram distanciados de seu objeto de culto, algo significativo para a relação entre o objeto do crer e o crente. Tendo em vista a sucessão de acontecimentos envolvendo a demolição do cemitério, a abertura da rua, os melhoramentos, a doação não efetivada e a deliberada ocultação dos restos mortais de Maria Pequena, contribuíram para o gradual esquecimento da mesma. Acreditamos que foi intencional a ocultação dos restos mortais da santinha, no intuito de arrefecer e findar seu culto. Afinal, como o cemitério foi demolido, dando lugar a uma rua, os fiéis viram-se desprovidos de espaço para devoção.

Considerações finais

Ao acompanhar a participação de Gomercindo dos Reis no jornal *O Nacional* na década de 1950, muitos esclarecimentos acerca de sua atividade são possíveis de serem percebidos: enquanto corretor, através dos diversos anúncios de venda de terras e lotes urbanos; como literato, principalmente a partir da publicação de séries de poemas de temáticas diversas. Ademais, ao cotejarmos os diversos registros concernentes às questões envolvendo os projetos de urbanização da zona central de Passo Fundo e as narrativas de santidade envolvendo Maria Pequena, a pretensa santinha popular, vê-se que ambas não estão de todo desligadas entre si e possuem, ao fim e ao cabo, um ponto em comum: Gomercindo dos Reis, que alia sua profissão de corretor à de literato. Nessa perspectiva, defender a honra e memória de Maria Pequena, bem como dedicar-lhe um espaço condigno seriam, para além de bandeiras literárias e históricas do literato, formas de viabilizar para a cidade – e talvez para

si próprio, pois era parte interessada – a tão quista modernização e a urbanização passo-fundense.

No caso do Cemitério da Cruzinha, em Passo Fundo, como mencionado, poucos são os registros que permitem a identificação do local. O espaço de culto à Maria Pequena, situado em uma área marginal da cidade, com a expansão urbana, foi demolido, invisibilizado e gradualmente esquecido. Desse modo, há de se considerar também o caráter histórico que as obras literárias assumem com o passar do tempo. Ao se estudar obras de cunho literário-memorialístico, produzidas em âmbito local, pode-se apreender diversos vestígios do passado que permitem a constituição de narrativas acerca do tempo pretérito e, conseqüentemente, a compreensão da ação de homens e mulheres no tempo.

Referências

DINIZ, Pedro Henrique Carretta; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. (Re)escrevendo a história da cidade: o mercado de terras de Passo Fundo (1920 – 1950). *arq.Urb*, ed. 30, jan-abr. 2021, p. 17–28.

GUGGIANA, Miguel (Coord.). DU BOIS, Tânia (Org.). *Dispersos de Maria Pequena*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940.

GUIA ILUSTRADO Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Comemorativo da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa, 1939.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. As comemorações do centenário de Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto em 1957. *In: XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, Natal. Anais... Natal: Associação Nacional de História – ANPUH Brasil, 2013, p. 1-12.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História UPF, Passo Fundo, 2007.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História PUCRS, Porto Alegre, 2016.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Urbanização e Industrialização no Centenário de Passo Fundo. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 64, n.1, p. 251-276, jan./jun. 2016a.

MONTEIRO, Paulo. Gomercindo dos Reis: o Poeta de Passo Fundo. *Projeto Passo Fundo*, 2008. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=5078&tipo=texto. Acesso em: 10 ago. 2019.

O NACIONAL. Vila Reis. Passo Fundo, *O Nacional*, edição 6371, 28 nov. 1949, p. 3.

O NACIONAL. Opina o líder libertador Gomercindo dos Reis. *O Nacional*, edição 6763, 29 mar. 1951, p. 3.

O NACIONAL. Ressaltaram importantes as vantagens de um Plano Diretor para Passo Fundo. *O Nacional*, edição 6969, 10 dez. 1951, p. 4.

O NACIONAL. Será construída uma capela em honra a Maria Pequena. *O Nacional*, edição 7.558, página 04, 05 de janeiro de 1954.

O NACIONAL. Menos política e mais trabalho. *O Nacional*, edição 7662, 03 abr. 1954, p. 3.

PAIVA, Edvaldo, et al. Passo Fundo - Plano Diretor 1953. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Administração Dr. Daniel Dipp, 1953.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Lei nº 565/55. *Autoriza o executivo a receber a doação de um terreno*, 07 mar. 1955.

REIS, Gomercindo dos. *Tragédia da Cruzinha*. [195-]. 20 fls. Datilografada.

do – rascunho com correções. Acervo Gomercindo dos Reis – Escola Estadual de Ensino Fundamental Gomercindo dos Reis – Passo Fundo/RS.

REIS, Gomercindo dos. *Um grande filme de Passo Fundo*. [195-] e c. 3 fls. – duas versões. Datilografado – rascunho com correções. Acervo Gomercindo dos Reis – Escola Estadual de Ensino Fundamental Gomercindo dos Reis – Passo Fundo/RS.

REIS, Gomercindo dos. Aniversário de morte de MARIA PEQUENA. *O Nacional*, edição 7.553, página 02, 27 nov. 1953, p. 2.

REIS, Gomercindo dos. A Tragédia da Cruzinha. *O Nacional*, edição. 7558, 27 nov. 1953, p. 2.

REIS, Gomercindo dos. Acontecimentos da Revolução de 1893. *O Nacional*, edição 8.003, 01 jun. 1955, p. 2.

REIS, Gomercindo dos. Cancioneiro da Serra. Passo Fundo. *O Nacional*, edição 6659, 22 nov. 1950, p. 4.

REIS, Gomercindo dos. *Defendendo a Verdade*. Passo Fundo. Empresa Gráfica-Editora, 1947.

REIS, Gomercindo dos. *Jardim de Urtigas*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Imprensa Oficial, 1957.

REIS, Gomercindo dos. *Nuvens e Rosas Versos Líricos*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957a.

REIS, Gomercindo dos. Martir da Cruzinha (Prece). *O Nacional*, edição 7558, 27 nov. 1953, p. 04.

SPERHACKE, Elmo. *Mapa de Passo Fundo – II Efrica*. Passo Fundo, 1968.

SANTOS, Sabino. *Os Imortais de Passo Fundo*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1963.

**c
i
d
a
d
e
s**

**p
a
t
r
i
m
ô
n
i
o
s**

MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE

Anti -Museu: memória e representatividade da cultura de
Matriz Africana na Capital do Rio Grande do Sul

Elza Vieira da Rosa

A garantia da representatividade da população negra a partir do *Museu* pensado e articulado em formato de percurso sinaliza para uma concepção inovadora que visa à afirmação da identidade da cultura de matriz africana (afro-brasileira), de uma releitura que retome os *territórios negros*. Além disso, cabe destacar, sobretudo através de ícones>acervos, de monumentos, símbolos inerentes a sua cultura, concebidos e executados por atores sociais negros, que buscam por meio da arte as formas cristalizadas, pré-definidas de conceber símbolos, que rompam paradigmas existentes da estrutura dominante na sociedade assim como na museologia tradicional. Para isto, parte da apresentação dos territórios negros em Porto Alegre e a constituição geopolítica e a ocupação da Cidade por parte do povo negro e o respectivo processo de desterritorialização e branqueamento que deu-se ao longo dos séculos. Esse aspecto fez com que esta população migrasse para as periferias da Cidade, implicando, por conseguinte, na perda de suas raízes, de sua religiosidade e de seus referenciais a partir do desenvolvimento da Cidade e consequências do sistema capitalista. Enfim, visa mostrar como o movimento negro

articulado com as demais organizações da sociedade civil e esferas administrativas construíram uma importante pauta de reivindicações que desembocou no projeto do Museu fruto da criatividade e inventividade do povo negro gaúcho.

Palavras-chave: Memória, Movimento, Territórios Negros, Percurso do Negro.

Introdução

A edificação do *Museu de percurso do Negro RS a céu aberto*, foi uma luta, conquista do movimento negro, que visa garantir, dar visibilidade e reconhecimento da cultura afrodescendente que sofreu a narrativa historiográfica oficial. Os monumentos, museus ou qualquer outra forma de expressão artística possibilitam revisitar a própria cultura, em vista de que ela seja reconhecida e considerada em seus valores e traços culturais específicos. E ainda, que seja observado a diversidade, suas diferenças e riquezas de expressões, desde sua forma de linguagem, sua arte, seu artesanato, sua dança e as manifestações religiosas.

Frente ao exposto, cabe o questionamento: *até que ponto os museus proporcionam uma inserção no meio social e do movimento do negro em vista da promoção de políticas públicas de apoio dos órgãos públicos de modo especial para a cidade de Porto Alegre?* Outro elemento importante a se destacar, é a questão do racismo¹

¹ Nesse sentido, é importante perceber na compreensão de Quijano que o conceito exposto se refere a imposição de um pensamento hegemônico, a exemplo; a ideia de raça, classe social que está associado a questão de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados na construção de identidade sociais em vista preservar o poder construção de um Estado-nação moderno. Assim, frente às diversas formas de exploração moderna, o conceito de raça é um instrumento eficaz de controle de dominação e manutenção do poder: “Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes

que ao longo da história de Porto Alegre o negro sofreu consequências em relação ao seu reconhecimento, sua identidade e na sua valorização tanto no campo das manifestações culturais, social e o decréscimo em empreendimentos econômicos.

A condição peculiar, convoca que este museu seja um espaço coletivo de resistência contra a cultura dominante. Está, preserva a homogeneidade de suas ideias e formas de pensar, agir reafirmando posições e atitudes racistas e opressões decorrentes do processo histórico ainda impregnados nas sociedades modernas. Conforme aponta,

No caso específico da população negra, ela foi historicamente marginalizada no processo de investigação, preservação e divulgação dos seus objetos culturais, materiais e imateriais. Quando houve algum interesse na cultura afro-brasileira ele foi marcado pelo estigma da escravidão, por estereótipos que reproduziam apenas o universo limitado dos meios de manutenção da relação senhor-escravizado. Correntes, limbabos, gargalheiras, liteiras, fotografias e outros tantos objetos que remetiam ao terror da escravidão foram apresentados ao público como ‘a história do negro no Brasil’ (SANTOS, 2013, 07).

O objetivo dessa reflexão é demonstrar o papel desempenhado pelo povo negro, seus conhecimentos, saberes, enfim a cultura no processo de construção da Cidade POA e o reconhecimento de sua história que precisa ser revistada e trazida à tona. Visa, portanto, abordar como o Museu a céu aberto pode ser considerado como um marco que possibilita o desenho de traços indicativos de uma políti-

são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (QUIJANO, 2005, p. 126).

ca de representatividade em vista de perceber como aconteceu o processo de desterritorialização do negro e as consequências sofridas. Mas, para isso é necessário fazer um resgate de autores, pensadores que refletem sobre a museologia.

A partir daí é perceptível, conforme Bittencourt Júnior (2010) sinalizar que os espaços de construção dos territórios é uma forma de resgar a singularidade em vista de resgatar a história em sua relação com um passado marcado de experiência que precisam ser socializadas.

A territorialidade negra decorre dos percursos construídos e vivenciados pelos africanos e seus descendentes, provenientes dos mais variados grupos étnicos do continente africano que, ao serem trazidos de forma compulsória no bojo do processo da diáspora africana, contribuíram na produção histórica de amplo universo social e simbólico denominado de Atlântico Negro (p.12).

Da mesma forma, o Museu do Percurso do Negro necessita ser compreendido como algo inédito para a cidade, principalmente com um marco político e transformador em relação aos tradicionais, que possibilita a retomada e o resgate da memória e o reconhecimento da cultura do povo negro de Porto Alegre. O projeto do museu a céu aberto aconteceu por meio de uma construção de agendas, debates e pautas mais amplas na direção da garantia dos direitos dos negros e de sua presença e representatividade²

² Cabe portanto perceber, que a população negra, desde a diáspora africana, passou ao longo dos séculos por um processo de desenraizamento, o qual em sua constituição carrega como uma das marcas a violência. Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada (MBEMBE, 2014, p. 11).

no espaço cultural, econômico, político e social do povo de Porto Alegre, de modo particular da cultura negra que até então era pouco reconhecida na cidade por meio de marcos específicos e fundamentais que desse alguma visibilidade.

Concepção de museu e museologia: espaços de memória

Frente a esse panorama cabe acentuar, a atuação de Instituições do movimento do negro na construção de um museu com os referenciais da museologia, que resguardassem os espaços de memória em Porto Alegre e da sociedade rio-grandense. Um Símbolo histórico-cultural representando os fatores que constituem-se em eixos delineadores da história na formação da cultura do povo gaúcho. Os marcos do percurso possibilitam valorizar a cultura negra e todo a seu legado, memória e resgatam a identidade e cidadania em vista de garantir seus direitos. Por isso, a “cada espaço destacado receberá uma proposta de apresentação diferente, ou seja, no marco físico implantado ou na execução do programa de monitoria, valorizando a narrativa histórica construída através da preservação da memória deste grupo étnico” (VILASBOAS, 2010, p. 100). Assim, as obras de artes, monumentos que estão expostos nos ambientes da Cidade procuram representar figuras históricas, personagens importantes da cultura, são expressões culturais e demonstram a historicidade da diáspora africana.

Desse modo, trazer à tona a história e o legado supõe reconstituir, revisitar a própria história sua formação e em suas especificidades que dão condições para que a realidade possa ser trazida à tona. Nesse sentido, necessita-se compreender qual é o papel do museu e seu novo formato, e como acontece sua mediação e relação com a sociedade:

O modelo clássico de Museu, respaldado na coleção, no prédio e no público visitante – museu tradicional, desenhado como caudatário e resultante, comumente, das decisões tomadas pelas camadas hegemônicas dos grupos sociais, predominante no campo museológico por longo tempo, sofreu duras críticas no final do século e novos formatos de museus, pautados no princípio da participação dos agentes sociais no ambiente museológico, ganharam destaque, tais como o museu de território e os museus comunitários (ALVES; SCHEINER, 2012 p. 57).

Portanto, não cabe fazer algum juízo de valor sobre as figuras históricas ou qualquer outras representações, porém toda e qualquer autorreflexão crítica é necessária. Mas, uma coisa que não se pode negar, as referências e representações são importantes para que a memória³ esteja visivelmente presente em vista de não perder a dimensão auto referencial e de uma leitura autocrítica dos acontecimentos ou fatos que estão representados pelos monumentos, artes, figuras ou personagens e nos museus. Até que ponto a musealização⁴ ultrapassa a lógica do mercado, mas também o processo de fragmentação.

Assim, é preciso aviventar, conceber e possibilitar uma nova relação para compreender mudanças essenciais, que dão condições de fazer uma nova leitura da museologia:

³ Importante compreender o conceito de memória em contraposição ao conceito de história a partir das considerações de Pierre Nora (1993) para fazer uma leitura mais ampliada e atenta entre ambos os conceitos: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (p. 9).

⁴ Para aprofundar o conceito de museologia sugerimos a referência referida: DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Musealização*. In: _____. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.56-57.

Nesse sentido, cabe destacar que as obras de arte, quando situadas em lugares públicos de grande visualização, tornam-se bens de natureza material, portadores de referência de identidade e de memória das coletividades, constituindo-se como patrimônio cultural de nossa sociedade. É importante perceber as especificidades e condições sociais e estruturais em que os museus estão localizados e são medições de uma expressão de relação com a realidade social e cultural.

Na esteira dessa reflexão deve-se ter presente que a *cultura negra*, *povos de matrizes africanas*, são considerados inferiores pelo pensamento ocidentalizado, ou seja, do ponto de vista de uma perspectiva de oficialidade da história⁵ foram postos à margem⁶, marginalmente considerada, mas precisa de uma releitura da constituição da realidade, dos acontecimentos que foram soterrados, mas que

⁵ No Brasil, as práticas museais experimentais que – como já demonstrado – tiveram início muitos anos antes da disseminação da Nova Museologia, já no início dos anos 2000, fomentaram uma maior sistematização e profissionalização implementada primeiramente pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, e, a partir de sua criação em 2009, pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). A conciliação entre a teoria produzida na academia e a experimentação social do fenômeno museu (Scheiner, 1999), se daria por meio do incentivo da criação e valorização de práticas em museus em pequenos e médios municípios, em estados e localidades onde não havia mão de obra qualificada ou uma formação específica. Os debates gerados nesses encontros entre o saber técnico e os saberes-fazeres locais levaram a um interesse mais apurado dos participantes, envolvendo pessoas de diferentes formações, e provando a superação de um antigo estagio de amadorismo (Almeida, 2006, p.182), que marcou, durante décadas, o cenário de muitos museus. SOARES, Bruno César Brulon. *Museus, patrimônios e experiência criadora*: ensaio sobre as bases da Museologia, 2019, p. 217.

⁶ Walter Benjamin, em suas teses sobre o conceito de história salientava acerca da importante tarefa de ler a história pelo seu reverso: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. 1994, p. 225. Da mesma forma, a memória em estreita ligação com a história “[...], insinua um jogo de forças e implicações de natureza ética e moral. A memória que serve aos paradigmas oficiais da história opera a partir de um processo seletivo quase sempre hegemônico” (PIMENTA, 2006, p. 43).

é possível resgatar seus passado, na minha pesquisa por meio dos monumentos ou expográficos.

Logo, o museu é um dispositivo do tempo. Ele transmite nossos próprios valores, anseios e medos para aqueles que ainda verão, atuando diretamente na experiência de futuro. Graças aos museus, ou a transmissão por meio da musicalização, exercemos poder divino atuando sobre o devir, gerando devir, moldando a experiência daqueles que virão (SOARES 2019, p. 199).

Para Halbwachs (2006) em *A Memória Coletiva*, o significado de lugar não reside em sua função, nem em sua forma, mas nas memórias a ele associadas. Ou seja, a cidade é um lugar significativo em vista de memorar os fatos e adventos históricos que são fundamentais para que a memória possa trazer à tona a história que foi oprimida e esquecida. Ou conforme expõe Bruno Soares,

Como a obra de arte construtivista, o museu se constrói na experiência do ser que se permite, uma vez emancipado, mudar a si e ao que toca os seus sentidos. A experiência sensível não pode ser definida nem em seu princípio tampouco em sua finitude; enquanto revestida do humano, ela se move sendo movimento ela mesma, passagem para um outro estágio do museu inalcançável (2019, p. 227)

Na esteira do acima exposto, já é fato que as oito Obras de arte vêm gradativamente despertando a atenção dos transeuntes a está da sociedade porto-alegrense, pois nelas estão contidas grande parte da memória acumulada da existência da Cidade e das diferentes relações que cada cidadão construiu com a Cidade ao longo de sua vida.

Dessa forma, a concepção de Museu/territórios visa ampliar e transformar esse novo formato de conceber difundem e preservam parte desse patrimônio, além de estimular a construção de políticas representatividades e ações efetivas que garantam o direito à Cidade e a cultura para todos, contribuindo para consolidar a apropriação dos espaços públicos pelos cidadãos.

A concepção de museu de território/Ecomuseu apresentou-se naquele momento como um convite à inovação e aproximação do indivíduo, uma vez que o museu sairia de dentro dos prédios e vitrines e a história de um determinado lugar passaria a ser contada e vista pelo próprio indivíduo integrante daquele espaço (SOLA, 1983) (ALVES; SCHEINER, 2012, p. 57).

A busca constante em reconstruir a memória e refazer os percursos em forma de um museu com aspectos inovadores (anti-museu) um museu a céu aberto, que por conseguinte, foge dos parâmetros tradicionais. Assim, cabe perceber como se estruturou esse marco artístico-histórico e social na dinâmica da ocupação dos espaços públicos, em sua dimensão de monumento e patrimônio público. Nesse sentido, conforme Bernardo Deloche (2018, p.97), é impossível analisar a questão dos museus sem fazer uma leitura crítica e atenta da racionalidade e os modelos e as diversas relações e ambientes que estão situados e constroem relações sociais e expressões de mundo e de sociedade.

Dessa forma nas palavras de Soares (2019) propomos pensar os museus, portanto em sua capacidade própria de *criar o futuro*, por meio das experiências que vivendo e atuando sobre o presente, deixamos legados para as gerações vindouras (p. 200). Cabe perceber uma ampliação do conceito de Museu:

1. O museu é uma instituição que contribui para explorar e compreender o mundo para estudo, preservação, difusão e transmissão de patrimônio material e imaterial da humanidade. 2. Um museu deve ser permanentemente acessível ao interesse público administrado de acordo com seus interesses e possivelmente com a sua participação. Suas atividades devem ser sem fins lucrativos e os bens patrimoniais que conserva devem ser inalienáveis. 3. Um museu pode assumir também a forma de local de coleções de testemunhos naturais e culturais. O seu campo de aplicação pode se limitar a determinado território, como são os museus locais e os ecomuseus, cujas coleções não podem ser agrupadas em um local centralizado. As coleções podem também assumir a forma de substitutos tangíveis ou imagens digitais. Eles são, em seguida, os centros de ciência ou os chamados museus virtuais (DESVALLÉES⁷, 2007:57 – 58 [tradução nossa]) (ALVES, Vânia Maria Siqueira; SCHEINER, 2012, p. 58).

Portanto, afirmamos que o projeto do Museu vem ao encontro de uma das expectativas resultante da luta do movimento do negro RS em relação a implementação de diretrizes na educação étnico racial, ou seja, a lei 10.639/03 em função de novas propostas nos planos educacionais, processos pedagógicos sobre a cultura negra na área da educação.

⁷ Cabe observar que há uma observação importante que a museologia como ciência tem seus progressos ou evolução com disciplina que precisa ser considerado conforme a aceção exposta: “É indispensável ressaltar que, de modo geral, apesar de o termo ter sido cada vez mais usado no mundo a partir dos anos 1950, ele permanece sendo muito pouco utilizado por aqueles que vivem o museu em seu “cotidiano”, permanecendo seu uso marginalizado àqueles que veem o museu do exterior. Essa aceção, muito disseminada entre os profissionais, passa a ser progressivamente imposta a partir dos anos 1960 nos países latinos, suplantando termo “museografia” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 61-62).

Em Porto Alegre existem oito obras de arte públicas que foram erguidas com o intuito de resgatar a memória ancestral negra, bem como sua contribuição na construção dessa Cidade. Essas obras foram todas instaladas a partir de 1997. Trata-se de esculturas e painéis que estão situados em locais historicamente ocupados por estes protagonistas da cidade “Territórios Negros”. As obras, a partir da data que foram inauguradas, passaram a sintetizar parte da memória e da história dessa comunidade na capital do Rio Grande do Sul, por meio da representação nas artes visuais, assim difundindo e promovendo a relação dos afrodescendentes com os espaços públicos, e estimulando ações que oportunizam a colaboração em um contexto participativo.

O projeto *Territórios Negros* se apresenta como grande potencial para construção de novas narrativas acerca do processo histórico na cidade de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul; além de colaborar para a efetivação da lei 10.639/2003 e da conscientização das populações sobre os mecanismos de discriminação ainda vigentes em nosso cotidiano. O trabalho com escolas através da realização de um percurso pela cidade, provoca nos participantes questionamentos acerca da construção historiográfica e da compreensão do território como espaço de poder, fazendo com que a história das populações negras, deslegitimadas ao longo do tempo, seja entendida como formadora da sociedade (MEDEIROS, 2016, p. 64).

Entretanto, antes de adentrarmos na exposição sobre os aspectos das manifestações artísticas que integram o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, se faz necessário citar as obras que o antecederam, para que se compreenda com nitidez o elo de ligação entre todas elas, bem como a maneira que a intervenção de um artista influenciou a concepção de outro.

Dentro dessa perspectiva, objetiva-se apresentar um panorama sobre as artes visuais de referência afro-brasileira no espaço público da cidade de Porto Alegre, estabelecendo as relações entre oito obras de arte públicas. Sendo que quatro Obras prontas são referentes ao Museu de Percurso do Negro em POA a primeira Obra foi instalada em 2011, e que no ano de 2014 o quarto Marco foi inaugurado. Um projeto de pesquisa em constante atualização.

Espaços públicos de Porto Alegre com expressão de luta

Após traçar essa reflexão base, buscaremos observar que até o ano de 1996, praticamente inexistiam representações edificadas da estética negra nos espaços públicos de Porto Alegre. Isso influenciou ou não contribuiu para uma construção real da memória nessa região do país, tão necessária para compreender a identidade afro-brasileira⁸. Assim, se verificava uma relevante carência no campo museal dos monumentos, representações que visualizassem a memória da cultura afrodescendente. Ou seja, praticamente não existiam nos espaços públicos dessa região, imagens edificadas da identidade da comunidade afro-brasileira. Nesse sentido, conforme pontua Harvey, o desafio consiste em que: “Reúno as forças que trabalham para criar e sustentar essas diversidades culturais sob a rubrica de uma teoria geral dos desenvolvimentos geográficos desiguais” (HARVEY, 2000, p.107).

A construção dessa identidade tende a exaltar a figura do gaúcho em detrimento dos descendentes dos colonos europeus nessa re-

⁸ Apesar de o processo de urbanização da população brasileira ter se dado, praticamente no século XX, ele conserva, como vimos, muitas raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano. As resistências que, durante décadas, buscaram contrariar a abolição do trabalho escravo marcaram o surgimento do trabalho livre. A cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho (MARICATO, 2002, p. 45).

gião, ela o faz de modo mais excludente ainda em relação ao negro e ao índio. Dessa forma, até o fim do século XX em Porto Alegre, verificam-se centenas de bustos, monumentos e outras obras de arte que visibilizavam a tradição do gaúcho, além daquelas que fazem referência à cultura alemã, à italiana e à açoriana, não incluindo os negros nessas representações públicas. Nesse viés, Vilasboas ressalta que:

Desta forma, o Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre está em sintonia com os processos históricos que envolvem a instituição museu e sua função social e educativa. Este museu visa promover, no Centro Histórico da cidade, um processo estratégico de visualização de áreas e edificações importantes para etnia negra. Para tanto, foram desencadeadas ações de levantamento bibliográfico, documental, oral e da pesquisa antropológica sobre os espaços urbanos que compreendem a presença do Negro nestes locais, ponto de ressonância para o percurso do museu. (VILASBOAS, 2010, p. 80).

Outro ponto a se destacar é em relação ao monumento ao Zumbi dos Palmares em 21 de março de 1997, que foi o primeiro *monumento negro* a ser edificado. Está situado em um local de relevante importância e visibilidade na cidade de Porto Alegre, no Largo dos Açores, local que também abriga outro conhecido monumento do Rio Grande do Sul, o Monumento aos Açorianos, de autoria do escultor Carlos Tenius, inaugurado em 1974, que foi erguido com o objetivo de homenagear os casais açorianos e a sua contribuição na formação da cidade de Porto Alegre.

O Monumento ao Zumbi dos Palmares está oficialmente localizado no bairro Cidade Baixa que compreende o limite com o Centro Histórico da cidade, em uma região intimamente ligada aos negros de Porto Alegre, próxima a ponte dos Açores e ao Largo Zumbi dos

Palmares. Após o Monumento ao Zumbi, posteriormente, nos anos seguintes foram inauguradas mais sete obras: o Monumento à Mãe Oxum na praia de Ipanema em 1999; o busto de João Cândido no Parque Marinha do Brasil em 2001; o Afromosaico na Bom Jesus em 2012; e as atuais quatro obras do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre⁹ (Tambor, Pegada Africana, Bará do Mercado e Painel Afrobrasileiro) que começaram a ser projetadas a partir de 2009.

Antes do início da implantação do Museu de Percurso do Negro, dificilmente encontravam-se referências visuais que remetessem à trajetória e ocupação negra no Centro Histórico da cidade, salvo algumas exceções de referenciais indiretos presentes em edificações históricas, ou ainda em manifestações de arte contemporânea urbana, como o *grafitti* por exemplo. Essa carência já citada das obras de arte que homenageiam a comunidade afro-brasileira em toda a Cidade é também reflexo da ausência desses exemplares no centro da metrópole. Cabe acentuar que a presença dos monumentos em relação a cultura negra é uma conquista em vista de quebrar a hegemonia das culturas europeizadas:

Em Porto Alegre, a comunidade negra é frequentemente alijada de parte de sua cidadania, mesmo estando fora da história local oficial e em persistente construção ideológica de invisibilidade ou de imposição de violência simbólica, por parte dos segmentos não-negros da população (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 141).

⁹ O plano de criação do Museu de Percurso do Negro foi contemplado no Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano do Programa Monumenta – IPHAN, em parceria com a UNESCO, em projeto que nasceu a partir de demanda das entidades do movimento negro local. Este programa desenvolvia projetos para a requalificação e melhoria das condições de sítios históricos urbanos no país, com ações em vinte e seis municípios no território nacional. No Centro Histórico de Porto Alegre, o Projeto Monumenta viabilizou o investimento de recursos em uma área delimitada por um conjunto de espaços e monumentos tombados pelo patrimônio histórico nacional.

Em função dessa carência, se fez importante evocar os lugares por onde o negro esteve presente no bairro Centro Histórico da Capital dos gaúchos, contribuindo com a sua cultura singular de matriz africana na consolidação da identidade sulina e, também como sendo um dos principais agentes sociais na construção da riqueza econômica, social e cultural da terra gaúcha. Nesse sentido, a democratização da mobilidade corresponde à construção renovada de cidade. A conquista da mobilidade está sensivelmente associada à ressignificação da cidade como espaço público. Sendo assim a área central de uma cidade,

[...] a mais rica em significado histórico-cultural, pois nela estão contidas as imagens de todos os diferentes tempos da cidade, o registro da memória informativa acumulada da própria existência da cidade e os novos estímulos atuais, construindo permanentemente novos fatos e imagens que engendram o presente na memória, aquilo que será a memória do futuro (BARBOSA, 2016, p. 54).

O Museu nasceu dos debates entre pesquisadores, representantes do poder público, militantes da sociedade civil organizada e griôs, mestres africanólogos, detentores dos conhecimentos da cultura afro-brasileira. Novas obras de arte pública no Centro Histórico da cidade estariam então ligadas ao Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Fundamenta-se na ampliação do conceito de museu, um Museu de Percurso, que afirma-se na ideia de um *museu a céu aberto*, com as obras de arte indo ao encontro da população e configurando um trajeto na área central da cidade, marcando com esculturas e painéis os referidos caminhos dos negros em Porto Alegre.

Conforme um depoimento realizado na pesquisa de mestrado, cabe destacar uma fala de um dos entrevistados referente a constru-

ção do Museu céu aberto para a valorização da cultura negra do ponto de vista da memória, cidadania e identidade:

Sei que a iniciativa da criação do Museu se deu a partir de reivindicação da Comunidade Negra, como uma necessidade de preservação e visibilidade da Cultura Afro, de uma demanda que inclui aspectos históricos, religiosos, artísticos, sociais e culturais da Comunidade Negra e como parte de uma proposta do Ministério da Cultura, o esforço em criar uma proposta coesa que retratasse a ancestralidade e cultura Afro, em uma perspectiva territorial por meio de um Museu a céu aberto¹⁰.

O projeto de implantação do Museu de Percurso do Negro propõe uma discussão acerca da inclusão de espaços voltados ao segmento negro utilizando o campo da Museologia. Para tanto, está baseado na crescente diversidade do significado da palavra museu, seus conceitos e reformulações de espaços físicos, bem como justificado na dimensão do conceito de bens culturais. Desta forma, a criação deste museu está claramente vinculada aos ideais da Mesa Redonda de Santiago do Chile, às Declarações de Caracas e Quebec e às motivações na atualidade da Política Nacional de Museus, documentos que buscam a valorização do homem e seus referenciais culturais no tempo e no seu espaço.

Os lugares de instalação das obras de arte do Museu de Percurso do Negro foram definidos após a pesquisa histórico-antropológica desenvolvida pelo antropólogo Iosvaldyr Bittencourt Júnior no ano de 2009, somando-se ainda às novas demandas das entidades negras de Porto Alegre, que elencaram os lugares territorializados pela comunidade negra, que receberiam os marcos visuais na área

¹⁰ Definição de um militante movimento negro do “Instituto IACOREQ”.

central da cidade. Ao todo, então, foram previstos sete lugares para a instalação das obras de arte públicas no espaço urbano: 1: Praça Brigadeiro Sampaio (antigo Largo da Forca); 2: Praça da Alfândega (antigo Largo da Quitanda); 3: Mercado Público de Porto Alegre; 4: Largo Glênio Peres; 5: Igreja das Dores (antigo Pelourinho); 6: Cais do Porto; 7: Esquina Democrática (antiga Esquina do Zaire). Do meu objeto de pesquisa o Museu foram inauguradas as primeiras quatro obras: o Tambor na praça Brigadeiro Sampaio; a Pegada Africana na Praça da Alfândega; o Bará do Mercado na área central do Mercado Público de Porto Alegre; e o Painel Afrobrasileiro no Largo Glênio Peres.

Na primeira etapa, concluída no ano de 2010, o Museu de Percurso do Negro teve a entidade Angola Janga como coordenadora-executiva do projeto, que também incluía no Conselho Gestor mais de vinte outras entidades do movimento negro do Rio Grande do Sul, todas elas reunidas através do Centro de Referência Afro-brasileiro - CRAB. A segunda etapa foi realizada pela Prefeitura, e contou com o apoio do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos – IACOREQ. Na terceira etapa, concluída em fevereiro de 2013, a entidade organizadora foi a Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras – CEDRAB. Nessas três primeiras etapas, o Museu contou com recursos do Programa Monumenta/IPHAN e da Secretaria Municipal de Cultura, além do apoio da UNESCO. Em 2014 a etapa IV teve novamente a Instituição Angola Janga como responsável, após aprovação do projeto no Prêmio Funarte de Arte Negra.

Curiosamente, a cidade de Porto Alegre primeiro inaugurou exemplares de obras públicas fora da área centro¹¹, para depois er-

¹¹ O *Monumento ao Zumbi dos Palmares*, concebido e executado pela artista Cláudia Stern está localizado no Largo dos Açores. A obra é o primeiro exemplar de arte pública relacio-

guer as obras em seu Centro Histórico. Essa *inversão* ocasionou algumas singularidades, pois grandes líderes como Zumbi e João Cândido estão locados em lugares fora das áreas que normalmente guardam a referida memória acumulativa da existência negra da Cidade, como afirma Castello. Contudo, esse inusitado desdobramento possibilitou que as novas obras do Museu de Percurso no centro da cidade tivessem uma liberdade maior na etapa de criação, agregando elementos que as inserem na contemporaneidade, não somente pelos materiais empregados, mas também pela forma adotada nas novas obras, que não necessariamente estariam condicionadas a representar Zumbi, João Cândido ou Oxum, pois os mesmos já haviam sido materializados em outras áreas da cidade, periféricas ao centro urbano consolidado.

nada à comunidade negra edificada no município de Porto Alegre. O monumento apresenta elementos que remetem à circularidade africana, representada por uma mureta baixa de concreto, que envolve uma “lança” prismática de aço inox em uma parte de seu perímetro, reforçando a identidade negra e sua relação com o território, pelo fato da mesma estar fincada no chão; *Busto de João Cândido*: inaugurado em 22 de novembro de 2001, o busto que homenageia o Almirante Negro João Cândido está localizado no Parque Marinha do Brasil, bairro Praia de Belas, assentado sobre um pedestal de alvenaria revestido de granito cinza polido. A obra é de autoria do escultor Vasco Prado. O busto original foi modelado por Vasco Prado ainda na década de 1960, encomendado pela centenária entidade Floresta Aurora, que o guardou por quatro décadas; O Afromosaico na Bom Jesus foi executado com recursos do Ministério da Cultura, no edital intitulado Territórios de Paz, em um programa nacional interdisciplinar, que previa atividades de artes relacionadas a bairros historicamente distantes de uma “centralidade cultural”. Nesse programa federal, foram selecionados em todo o Brasil centenas de projetos visando incluir jovens de 14 a 29 anos, com realização em bairros urbanos com elevados índices de desigualdade social. O Afromosaico, concebido por Érica Soares (estudante FACED-UFRGS) e Vinicius Vieira (arquiteto IAB), foi construído coletivamente por jovens do bairro Bom Jesus, através da elaboração e execução de um desenho africano em mosaico, configurando uma ferramenta de efeito sobre a percepção de um ambiente já existente; O *Monumento à Mãe Oxum*, de autoria do escultor Gilberto Silveira, também conhecido como Beto Babão, foi executada através da união de diversos fragmentos de chapas de aço galvanizado, que unidos compõem a forma da Mãe Oxum. O monumento fica localizado na Avenida Guaíba, no bairro de Ipanema. Situada em um local de intensa circulação de pessoas, o monumento foi instalado sobre um pedestal de concreto, composto de uma haste e um disco para suportar a obra de aço, que pesa aproximadamente 300 kg.

Com referência ao

Museu do Percurso do Negro nasce do desejo de representação concreta, por meio de marcos visível e palpável da contribuição dos negros africanos e seus descendentes à capital gaúcha, pela falta de representatividade nos museus tradicionais, bem como “dar visibilidade à contribuição do patrimônio cultural de matriz africana na História da cidade, no Estado do Rio Grande do Sul, fortalecendo a identidade local, regional e nacional” (VILASBOAS, 2010, p. 91).

No viés dessa configuração, o movimento negro tem uma atuação marcante na luta de resistência diante de um modelo social demarcado pela exclusão e pela marginalização, na luta contra o racismo disseminado nas mais diversificadas esferas sociais, sobretudo pela garantia da visibilidade de sua cultura, na construção de políticas de representatividade que pudessem sinalizar para a garantia de seus direitos humanos, do respeito e a devida visibilidade, a partir de processos afirmativos.

Os marcos do Museu *a céu aberto*

Tambor

A escultura Tambor, localizada na Praça Brigadeiro Sampaio (antigo Largo da Forca), é a primeira obra de arte do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, tendo sido inaugurada em 9 de abril de 2010. Ela é fruto de uma concepção coletiva, de autoria dos artistas Gutê, Leandro Machado, Maria Elaine Rodrigues¹², Mat-

¹² Maria Elaine Rodrigues Espíndola. Mestra Griô. Professora, artista visual, militante do movimento negro e presidente da Associação Comunitária Amigos e Moradores da Cidade Baixa e Arredores – MOCAMBO.

tos¹³, Pelópidas Thebano e Xaplin. . As figuras ao redor do tambor expressam a trajetória do povo: dor, alegria, luta e perseverança.



Figura 1. Etapa I do Museu do Percurso do Negro – Tambor. Fonte. Site Brechó de Saberes.

O Tambor foi executado a partir da montagem de uma estrutura metálica, posteriormente recoberta por uma camada de grani-tina nas cores amarelo, preto e branco. Cores essas necessárias para a diferenciação e consequentes saliências que reforçam o contraste com doze ilustrações. Essas ilustrações contam, através de desenhos bidimensionais, a histórica caminhada do negro em Porto Alegre. Por se tratar de uma concepção coletiva, a definição das formas, das cores e das ilustrações que o Tambor iria conter, passou por uma série de reuniões e oficinas. Pensado e debatido pelo Movimento Negro,

¹³ Marcos Mattos é ilustrador e militante do movimento negro.

pelos integrantes do Comitê Gestor do CRAB, pelos griôs e idealizado pelo grupo de artistas, o Tambor surge como um grande agregador das diferentes composições que formaram-se durante a etapa de criação do mesmo. As ilustrações nele contidas se referem às negras quitadeiras, aos lanceiros negros, aos estudantes, ao carnaval, aos escravizados marítimos, à capoeira, entre outros. Como bem afirmou o historiador Pedro Rubens Vargas: O Tambor, concebido coletivamente, nasceu dos debates entre artistas e griôs (guardiões da memória), acompanhados com expectativa pelo movimento negro.

Essa multiplicidade de saber envolvido na concepção e na execução do Tambor enriqueceu sua composição, e o tornou a obra de arte mais visitada pelos gaúchos em Porto Alegre, por ser fruto de uma série de desdobramentos interdisciplinares, em que diversos atores foram ouvidos durante o processo de concepção da obra. O Tambor, primeiro marco escultural do Museu de Percurso do Negro, passou a ocupar um espaço na Praça Brigadeiro Sampaio, no Centro Histórico de Porto Alegre.

Pegada africana

O lugar em que a Pegada Africana foi construída, o antigo Largo da Quitanda, se trata de um local em que os negros e as negras antigamente praticavam sua arte tradicional de comércio ambulante e de feira. A Pegada Africana, localizada na Praça da Alfândega (antigo Largo da Quitanda), é a segunda obra de arte do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, tendo sido inaugurada em 14 de novembro de 2011. A obra apresenta formas que remetem ao natural, ao orgânico, com linhas curvas que buscam reinterpretar as sinuosidades presentes na trajetória negra.



Figura 1. Etapa II do Museu do Percurso do Negro - Pegada Africana. Fonte. Site Brechó de Saberes.

A Pegada Africana, assim como outras obras de arte de matriz afro-brasileira localizadas no espaço público de Porto Alegre, evidencia o protagonismo negro mediante a presença de elementos circulares em sua composição, dessa vez distorcida nos dedos e no *corpo* da obra de arte.

Durante a execução da Pegada Africana no ano de 2011, a Praça da Alfândega passava por um restauro de grandes proporções, e por esse motivo não era incomum encontrar diversos montes de antigas e desgastadas pedras vermelhas ou pretas espalhadas pela Rua dos Andradas ou pela Avenida Sete de Setembro. Tam-

bém via-se pedras portuguesas coloridas novas, que eram assentadas em áreas que passaram por intervenções e projetos recentes, relevante valor da ocupação negra, que estavam envelhecidas pelo tempo e pela abrasão das pisadas de milhares de transeuntes que por ali circulam no *baricentro* da cidade de Porto Alegre. Sobre a obra, no ano de 2011 pode se perceber que a Pegada Africana da Praça da Alfândega consegue atingir a simbiose de arte e meio ambiente numa relação recíproca.

As cores do pan-africanismo aparecem na Pegada Africana de maneira diferenciada, buscando se distanciar dos limiares diretos de representações simbólicas presentes com certa regularidade nas artes visuais construídos da Praça da Alfândega. O preto aparece em sua totalidade na obra de arte, o vermelho nas pedras portuguesas da praça, o verde se evidencia na vegetação abundante naquele lugar, e o amarelo nas principais edificações históricas do entorno, envolta pelas cores do entorno, a manifestação visível da Pegada Africana afirma a Praça da Alfândega como um dos lugares de existência do Museu de Percurso do Negro POA. No local, antigo Largo das Quitandeiras, raízes históricas adquirem nova visibilidade na forma de continente africano.

Bará do mercado

O marco visual ao Bará do Mercado, localizado na área central do Mercado Público de Porto Alegre é a terceira obra de arte do Museu de Percurso do Negro em POA. Ela foi inaugurada no dia 7 de fevereiro de 2013 e, assim como o Tambor, é fruto de diversos saberes que, somados, resultaram em uma representação de relevante valor histórico. A obra, idealizada pela Mãe Norinha de Oxalá,

concebida por Leandro Machado e Pelópidas Thebano, e executada pelos artistas Leonardo Posenato, Vilmar Santos e Vinicius Vieira, homenageia o Orixá Bará no centro do Mercado Público, fortalecendo as tradicionais manifestações culturais, étnicas e religiosas ali realizadas, marcando mais um lugar histórico da territorialidade negra na cidade de Porto Alegre.

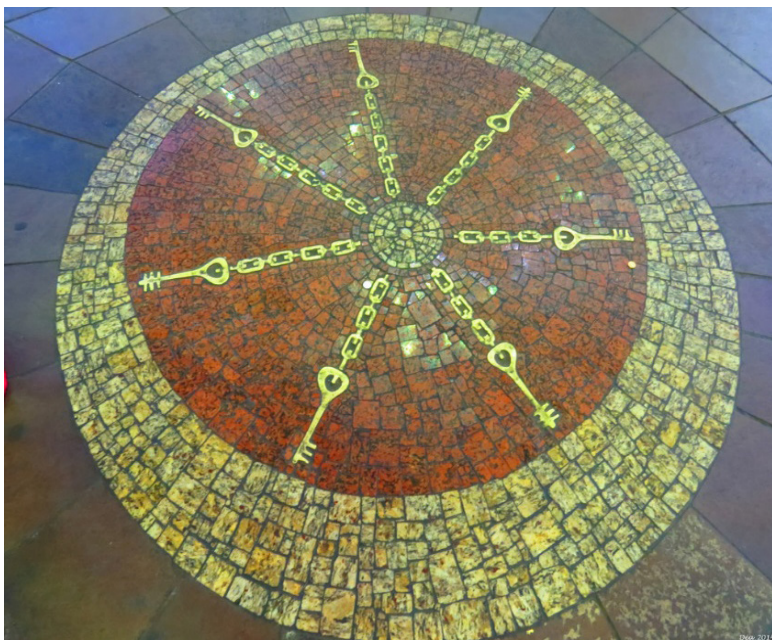


Figura 3. Etapa III do Museu do Percurso do Negro - Bará do Mercado. Fonte. Site Brechó de Saberes.

Nesse sentido, as cores vermelho e amarelo ressurtem e envolvem as 7 chaves do painel de piso, em um desenho novamente curvo, como ocorre com outras obras de arte inauguradas na cidade. O anúncio do Bará como Bem Cultural de Natureza Imaterial foi feito no mesmo dia da inauguração da obra de arte, em um momento de grande celebração ao Orixá, que contou com a presença de centenas de pessoas.

A obra de arte foi executada após uma década de desdobramentos institucionais. Em 2013 o lugar do assentamento do Bará foi indicado como Bem Cultural de Natureza Imaterial de Porto Alegre, aprovado pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural -COMPAHC, passando a fazer parte do patrimônio cultural da Cidade. O pedido de registro do Bará do Mercado como patrimônio imaterial de Porto Alegre foi iniciativa da CEDRAB à Secretaria Municipal da Cultura. Segundo a Lei Municipal que trata do assunto, os bens culturais de natureza imaterial podem ser registrados nas categorias de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

A obra é formada por sete chaves de bronze, colocadas no sentido anti-horário, envoltas por dois círculos desconcêntricos, um amarelo e outro vermelho, formados por pedras de granito provenientes do solo gaúcho. As sete chaves estão conexas a sete correntes, também de bronze, que juntas apontam para sete diferentes coordenadas geográficas, sendo que duas delas estão direcionadas para a Guaíba.

Além disso, assim como o Monumento à Oxum, a obra de arte Bará do Mercado está localizada em um ponto estratégico, no centro do mercado, ampliando e promovendo as manifestações religiosas de matriz africana em Porto Alegre. Mãe Norinha de Oxalá, acrescenta expressa o sentimento de pertença em relação ao povo que frequenta:

Os religiosos de matriz africana e frequentadores acreditam na força do axé do orixá, que garantiu a sobrevivência e a prosperidade do mercado ao longo de seus 244 anos. Os africanistas e simpatizantes, ao fazerem seus pedidos, de abertura dos caminhos na terra para a fartura de comida na mesa e de prosperidade na vida ao Bará, jogam sete moedas, como certos da sua proteção. Com o passar do tempo, somam-se os testemunhos de pessoas que agradecem

pelo pedido alcançado ao Bará do Mercado Público. O Orixá Bará é reverenciado por toda a comunidade de matriz africana no Estado¹⁴.

A Obra apresenta as cores do pan-africanismo que aparecem na Oxum, no Tambor e no Afromosaico; a circularidade, presentes no Zumbi, na Oxum, no Tambor, na Pegada e no Afromosaico; além da semelhança nos materiais empregados, como o bronze do busto de João Cândido, ou mesmo as pedras graníticas também presentes nas outras obras do Museu de Percurso do Negro.

Painel afrobrasileiro

Assim como as obras de arte Tambor, Pegada Africana e Bará do Mercado, o Painel Afrobrasileiro (sim, com o “afro” escrito junto com o *brasileiro*, para demonstrar coesão) discussão iniciada em 2009 até a conclusão no ano de 2014. No trabalho, o artista Pelópidas Thebano conseguiu sintetizar grande parte de sua produção em uma única obra, pois ela agrega os valores civilizatórios da comunidade negra, somados às cores que caracterizam a trajetória dos afrodescendentes, passando pela íntima relação com o lugar, que tem como cenário o prédio do Chalé da Praça XV, sem falar no contraste contido na composição do artista, necessário para evidenciar as tramas negras de resistência, que poderiam também estar evidenciando as desconexões do tecido urbano do próprio Centro Histórico da cidade.

¹⁴ Entrevista concedida da Mãe Norinha de Oxalá, Fundadora e Presidente da Congregação em Defesa das Religiões Afro- Brasileiras – RS.



Figura 4. Etapa IV do Museu do Percurso do Negro - Painel Afrobrasileiro. Fonte: Site Brechó de Saberes.

A obra de Thebano nasceu em um fértil período de composição de projetos para os marcos visuais a serem construídos, em que os artistas do Museu se reuniam no Castelinho Cultural do Alto de Bronze o desenho final por ele apresentado, e neles percebe-se nitidamente as influências advindas do período que o artista atuava como desenhista profissional, somados aos saberes da cultura afro-brasileira.

A autorização para a execução da obra deu-se somente em 2011, após aprovação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC, entretanto os recursos só foram disponibilizados no ano de 2012, após o projeto da etapa IV do Museu ter sido contemplada no edital intitulado Prêmio Funarte de Arte Negra. O local de instalação dessa obra se diferencia pela grande circulação diária de pessoas e por estar em um ponto que congrega dezenas de fluxos urbanos de passagens de pedestres, condicionados pela recente concentração de linhas de ônibus na região nas últimas décadas. É

um lugar em constante transformação, caracterizado como um espaço democrático e de encontro de diferentes manifestações como, por exemplo, a saída anual da Marcha da Semana da Consciência Negra.

No dia da inauguração do Painei no Largo Glênio Peres, em 20 de novembro de 2014, estavam presentes dezenas de membros de Instituições do movimento negro, artistas, imprensa, conselheiros de cultura do Estado e do Município, Grupo de Trabalho Angola Janga propositores do Museu de Percurso do Negro POA, representantes das Instituições que compuseram o projeto, jovens monitores do Quilombo do Areal, representatividade da área cultural e das políticas de proteção do patrimônio brasileiro. No cerimonial, destacou-se a representante do Ministério da Cultura – MinC; Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre e Prefeito em exercício na ocasião; de familiares de Pelópidas Thebano Secretário da Juventude do Município; Secretário Adjunto da Cultura de Porto Alegre; Presidente da CEDRAB, além de centenas de transeuntes que prestigiaram o evento com grande movimentação e alegria, que ficou “guardado” na memória da Cidade como relevância histórica material e imaterial.

Considerações Finais

Desse modo, as oito obras de arte públicas resultantes dos anseios da comunidade negra local, invariavelmente irão retroalimentar sua própria contribuição para a construção da paisagem urbana, de maneira geral, e para a construção do *lugar*, e também de novos lugares. Esse olhar crítico e pragmático é fundamental numa sociedade que está sob condições acrítica e de uma estrutura de caráter convencional em que os museus são produtos de uma racionalidade.

Assim como em outras capitais brasileiras, Porto Alegre guarda um volumoso acúmulo dos fatos que vêm marcando de maneira satisfatória sua evolução, fortalecida principalmente pela representação da arte pública em diferentes contextos, marcando a paisagem de determinados lugares da nossa cidade. Projetos como o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, o Território de Paz, ou mesmo ações inicialmente isoladas do poder público e do movimento negro, contribuem de maneira bastante significativa para que seja seguida aos cidadãos a permanência de seus referenciais básicos de continuidade de sua história, da constância de sua vida e de sua cultura.

Com as instalações desses referenciais negros pelas artes visuais, antigos lugares territorializados por negros estão sendo resgatados e, também, novos lugares estão sendo criados no campo museal concebidos na disciplina a museologia social/ ecomuseu.

Todas as lutas contemporâneas a fins de reconstrução do processo social digno por equidade tem de enfrentar o problema de como derrubar as estruturas tanto físicas como institucionais”. Cultura “fornece a matéria-prima para os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação de grupo” (HARVEY 2000, p. 244).

Com a inauguração dessas obras de arte públicas, fortalece o reconhecimento da cultura afro-brasileira na preservação e continuidade de uma memória da história que está sendo reescrita na capital gaúcha. Da mesma forma, potencializando assim a autoestima e o sentimento de pertença da comunidade negra, promovendo o desenvolvimento social através da utilização da expressão artística como meio de fruição e como instrumento criativo de reivindicação política, promovendo e dando continuidade a outras ações semelhantes em Porto Alegre, ao concretizar de fato uma estética negra no cenário da arte pública local e regional, recuperaremos nosso processo civilizatório, a invisibilidade da etnia negra na construção

de todas as regiões brasileiras, a diáspora africana e a imensa luta de nossos ancestrais, estimulando as novas gerações e também atuando como um polo irradiador dessa cultura para todo o Brasil.

“Assim, se, por um lado, marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e à afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos”.

Mário de Souza Chagas

Referências

ALVES, Vânia Maria Siqueira; SCHEINER, Tereza. Museu, Musealidade e Musealização: termos em construção e expansão. Documentos de trabalho do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012. Petrópolis, Nov/ 2012. p.99-111.

BARBOSA, Jorge Luiz. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. In: *Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano* / organizadores: BALBIM, Renato, KRAUSE, Cleandro, LINKE, Clarisse Cunha. Brasília: Ipea: ITDP, 2016.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história e cultura*. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre, Evangraf, 2010, p. 129-159.

DELOCHE, Bernard. Definição del museo. *In*: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André (orgs.). *Redefinir el museo*. 1ed., Avellaneda: Undav Ediciones, 2018. p.97-106.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Museal. *In*: _____. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.54-56-57.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HALBWACHS Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro Editora 2006.

MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Vozes 2002

MEDEIROS, Tanise Baptista de. *Territórios em disputa: a (in)visibilidade dos territórios negros na cidade de Porto Alegre*. *EBR – Educação Básica Revista*, Sorocaba, vol.2, n.1, p. 65-72, 2016.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PIMENTA, Márcio Flávio Torres. *Museus, monumentos e objetos: um legado à memória coletiva*. *In*: VIEIRA, Elisa Maria Amorim (og.). *Sobre imagens, memórias e esquecimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 37-54.

POSSAMAI, Zita (Org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SANTOS, José Antônio dos. Apresentação: histórias e culturas negras em exposições. *In*: MATTOS, Jane Rocha de. (Org) *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013,

SOARES, Bruno César Brulon. Museus, patrimônios e experiência criadora: ensaio sobre as bases da Museologia Experimental. In: MAGALHÃES, Fernand; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (orgs.). *Museologia e Patrimônio*. v.1, Portugal: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais | Politécnico de Leiria, 2019. p.199-231.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 116-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 07/07/2021.

_____. O que é esta tal de raça? In: SANTOS, Renato Emerson (Org.). *Diversidade, espaço e relações raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 43-51.

VARGAS, Rubens Nei Ferreira. *A relação Patrimonial na restauração de bens culturais: O mercado Público de Porro Alegre e os caminhos inversíveis dos Negros*. Curitiba: Appris, 2017.

VILASBOAS, Ilma Silva. Projeto museológico e museográfico. In: VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SOUZA, Vinícius Vieira de. (Orgs.) *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010, 75-103.

O QUE É A ILHOTA?

Origens desconhecidas de uma
história mal (ou não) contada

Betina da Rocha Gamalho

Corriqueiramente, ao falar sobre a região conhecida como Ilhota, é comum o olhar de estranhamento das pessoas, seguido da pergunta: o que é isso? As narrativas demonstram o quanto a Ilhota fora invisibilizada do mapa físico da cidade e do mapa mental da sociedade. Para dar conta do questionamento central do artigo, utilizou-se, como fonte primordial, a planta da Cidade de Porto Alegre de 1906, retirada do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a resignificação do mapa, de Daniele Machado Vieira. Demais fontes documentais e bibliográficas foram consultadas, de modo que servissem como subsídio à pesquisa e ao uso do mapa, o qual se fez fundamental para situar a Ilhota no espaço físico da cidade. As fontes analisadas permitiram a compreensão do que é a Ilhota a partir da análise histórica e contextual das origens desconhecidas dessa história que fora por décadas mal (ou não) contada.

Palavras-chave: História. Ilhota. Invisibilizada.

Fragmentos de uma história mal (ou não) contada

A priori, uma revisão historiográfica foi necessária por fazer um levantamento bibliográfico das pesquisas fundamentais para a compreensão contextual e temporal do objeto de estudo, apontando outras fontes e gerando questionamentos. Foi importante também, por possibilitar uma análise da historiografia, demonstrando a urgência em se trabalhar com a Ilhota, devido a falta de pesquisas específicas na área. O que há sobre a região são informações dispersas entre os diversos trabalhos até agora produzidos. Essa lacuna de falta de aprofundamento nas pesquisas sobre a antiga região conhecida como Ilhota na historiografia, evidenciou que para conhecer a Ilhota, é necessário ler informações fragmentadas nos diversos trabalhos publicados que a trazem na história de forma transversal.

Servindo como subsídio para o resgate das origens desconhecidas da Ilhota, a pesquisa bibliográfica, auxiliou na análise e também no reconhecimento dessa história mal (ou não) contada sobre a região, evidenciando fragmentos que contam a história da Ilhota, identificando e enveredando possíveis novas abordagens. A coleta e análise de informações fragmentadas, conjuntamente com o uso dos mapas e de demais fontes documentais, possibilitaram a solidificação de uma história que fora por décadas mal (ou não) contada.

Corriqueiramente, ao falar sobre a região é comum o olhar de estranhamento das pessoas ao nome, seguido da pergunta: o que é a Ilhota? No entanto, esse estranhamento não se faz presente quando pergunta-se sobre o bairro Menino Deus, por exemplo. Ao contrário, não questiona-se a localização, mas há um pré conhecimento já estabelecido coletivamente entre os porto-alegrenses sobre ser uma zona boêmia, agradável, com gente bonita e um lugar bom de morar. Há os que ousam afirmar que são bairros de “boa gente” e que não

há baderna ou incomodação. Esses olhares mascaram um discurso que tende a ser higienista do ponto vista étnico. Se não há negros circulando sob seu nariz, é lugar de gente boa, bonito e agradável. Se alguém ousasse falar que ali onde pisam, esses mesmos “baderneiros, ladrões e criminosos”, que muito foram retratados nos jornais de época, moldadores de representações produtoras da exclusão social no território urbano, que são eles que assentavam o chão em que a “gente boa” mora sobre prédios e casas de alto padrão, e que aqueles lugares são (ou deveriam ser) historicamente patrimônios da população negra, essas pessoas não acreditariam.

E para os que perguntam o que é a Ilhota, em síntese poderia-se dizer que essa era a Ilhota. Uma antiga região ilhada de Porto Alegre onde hoje aluga-se e compra-se estabelecimentos bem localizados no bairro Menino Deus e casas ou apartamentos privilegiados. Todavia, essa é uma resposta simplória demais para dar conta da dimensão histórica, social e cultural da Ilhota. Ela é mais do que um espaço no meio de uma região valorizada pelo mercado imobiliário, ela é o vestígio do passado que não se quer lembrar.

Direcionando-se para as vias de fato, o que é a Ilhota? Para dar conta desse questionamento é necessário realizar uma viagem no tempo à antiga Porto Alegre, de modo que contextualmente se compreenda as origens da antiga região ilhada da urbe.

Dos becos às cercanias. Da escravização à exclusão urbana: o passado de quem nunca teve o direito de pertencer à cidade

O centro de Porto Alegre era marcado pela presença da população negra, que desempenhava inúmeras funções, como marheiros, carregadores, lavadeiras, quituteiras, aguadeiros, ferreiros

etc., ocupando indesejavelmente o mesmo espaço que a elite, após a abolição em 1884. Conforme Bakos (1996), após a Proclamação da República em 1889 e a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense, começa-se a ter um maior interesse em transformar o centro de Porto Alegre e posteriormente seus arredores na “sala de visitas” do Estado, atendendo as exigências dos grupos emergentes. “O projeto da elite dirigente era, através da modernização da infraestrutura e o controle do meio político urbano, obter o apoio da burguesia comercial e industrial para manter sua hegemonia política (MONTEIRO, 1995, p. 142). Dessa forma, “todo um arsenal de discursos e políticas públicas de caráter moral e higienista passarão a tomar a cidade como seu objeto, colocando a questão urbana e social na ordem do dia” (KOEHLER, 2015, p. 87). Na virada para o século XX, Porto Alegre tinha como pauta a solução de alguns problemas urbanos a partir da implementação do sistema de esgotos, iluminação pública e abastecimento de água (PESAVENTO, 2002). No entanto, essa dita modernização não era para todos e nem em todos os lugares.

Ocupando o mesmo espaço que a elite, medidas urbanísticas expulsaram esses trabalhadores que habitavam os territórios centrais da cidade, vivendo em becos, vielas e cortiços, deslocando-os para as cercanias da cidade na virada do século XIX para o século XX, a partir do “discurso da burguesia e das autoridades públicas [que tentam] legitimar a adoção de medidas políticas em relação a reorganização social do espaço urbano, colocadas de forma bastante técnica e racional” (MONTEIRO, 1995, p. 138).

O processo de abolição e de remodelação urbana no centro, provocou uma intensa reorganização territorial na cidade, formando-se, conforme Sandra Pesavento (1999, p. 11), um “cinturão negro e pobre” ao redor da região central, espaço agora demarcado como centro da vida administrativa, econômica e cultural das elites dirigentes. Essas cercanias eram compostas pelo segundo e terceiro distrito

(Figura 1), locais notoriamente esquecidos pela política habitacional e pelos primeiros sinais de marginalização espacial urbana, advindas de uma urbanização que serviria como marionete para a estigmatização e segregação daqueles que não teriam o direito de pertencer à cidade. Ambos os dois últimos distritos eram conhecidos pela falta de melhorias urbanas e pelo oferecimento de moradias baratas.

O segundo distrito da cidade era formado pelas áreas do Campo da Várzea, Cidade Baixa, Azenha, Menino Deus e Praia de Belas. O Areal da Baronesa e a Ilhota localizavam-se no segundo distrito. No terceiro distrito encontrava-se a chamada Colônia Africana compondo, juntamente com o segundo distrito o “cinturão negro e pobre” (PESAVENTO, 1999, p. 11). Essas medidas iniciais geraram “[...] uma divisão espacial marcada pela diferenciação social” (PESAVENTO, 1995 apud BOHRER, 2011, p. 127) que marcaram profundamente a história urbanística e da população negra e pobre da cidade.



Figura 1. Mapa de Porto Alegre de 1916 com a delimitação dos 3 distritos. Fonte: SOUZA, Célia Ferraz (2001, p. 155).

Ocupada historicamente pela população negra e escravizada, com a abolição da escravatura a região passa a ser abrigo também dos libertos, devido ao baixo valor dos terrenos, por conta da precária condição habitacional que a área proporcionava por se localizar em uma região alagadiça e sem investimento do poder público. O interesse nessas áreas, conforme Zamboni (2009), advinham também pela proximidade com o centro da cidade, facilitando o deslocamento ao trabalho. É nessa região segregada do restante da cidade, que os antigos moradores dos becos no centro passam a morar, construindo laços de sociabilidade e formando um território do ponto de vista geográfico e cultural composto majoritariamente pela população afrodescendente que historicamente já ocupava esses espaços.

Seria impossível responder o questionamento inicial sobre “o que é a Ilhota”, sem realizar um percalço histórico das movimentações e deslocamentos que formaram os arrabaldes do moderno e urbanizado centro de Porto Alegre. É nesse contexto e nessa região, onde a Ilhota formou-se como um dos Territórios Negros urbanos da cidade. A sua demarcação espacial é resultado da intencionalidade produzida pelos detentores do poder, de empurrar para as margens da sociedade os considerados “enclaves” para a modernidade. Seus moradores estavam longe de pertencerem à cidade, logo, seus cotidianos seriam interrompidos novamente pelo fantasma do discurso higienista da urbanização urbana.

Isolada. Ilhada. Ilhota

Localizada nesse espaço inicialmente periférico e invisibilizado, gradativamente a Ilhota passou a ser um lugar de interesse público e imobiliário, sujeita a experimentar os efeitos que a moderni-

zação urbana e as políticas higienistas acarretariam na vida de seus moradores. Um dos grandes enclaves geográficos de acordo com Burin (2008), já identificados com a instauração da República, era a canalização do chamado “Riachinho”, (hoje conhecido como Arroio Dilúvio) que se unia com os arroios Azenha, Dilúvio e Cascata. A grande problemática era em torno das inúmeras enchentes que assolavam a região pela qual o percurso das águas do Riachinho passava (Figura 2 e 3), colocando em xeque a urgente busca pela higienização, modernização e urbanização da cidade.

Durante a administração do intendente José Montaury¹ (1858-1939), as primeiras medidas para conter o problema das enchentes fora colocado em prática com a obra da Intendência Municipal de Porto Alegre, no final do ano de 1904 e início de 1905. Seu objetivo era intervir no fluxo do Riachinho para dar maior vazão ao deslocamento natural da água, ligando uma das pontas do meandro para evitar o transbordamento nos dois pontos. A localização da Ilhota, local onde fora implantada essa medida de reconfiguração do espaço urbano, ocupava o terreno que hoje corresponde a área limítrofe entre os bairros Menino Deus e Cidade Baixa, indo da Praça Garibaldi, na esquina das avenidas Venâncio Aires e Érico Veríssimo, até a Av. Ipiranga, abrangendo também a área entre a Av. General Lima e Silva, e a Av. Getúlio Vargas.

No Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão, na Sessão Ordinária de 1904 para o exercício de 1905, a obra é brevemente citada, quando o intendente presta contas sobre a construção da Ponte do Menino Deus:

¹ José Montaury seguiu os preceitos positivistas na política, influenciados por Júlio de Castilhos, tornando-se intendente de Porto Alegre em 1897, permanecendo 27 anos na função. Foi sucedido por Otávio Rocha e Alberto Bins, que em linhas gerais, mantiveram a mesma orientação. Para mais detalhes, ver BAKOS (1998).

“Com este melhoramento, que veio augmentar a secção de vasão do arroio do Riacho neste ponto, e com a abertura de um canal, cujo serviço já se acha iniciado evitando uma grande volta desse curso d’agua, se conseguirá, penso, remover a represa por elle formada pelo encontro da sua correnteza quasi perpendicular a do Cascata, causa principal das enchentes, que se notam no arrabalde deste nome depois das chuvas torrençiaes prolongadas” (INTENDENCIA MUNICIPAL, 1904, p. 15).

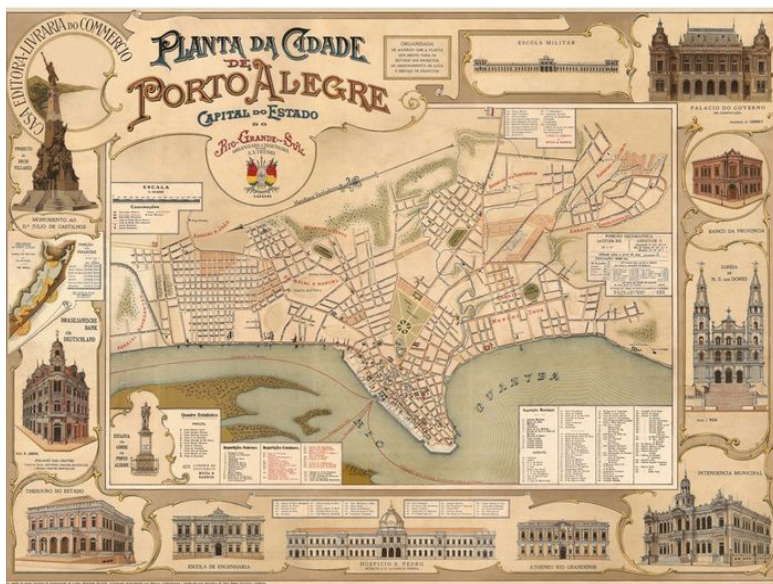


Figura 2. Planta da Cidade de Porto Alegre de 1906. Fonte. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROOM.

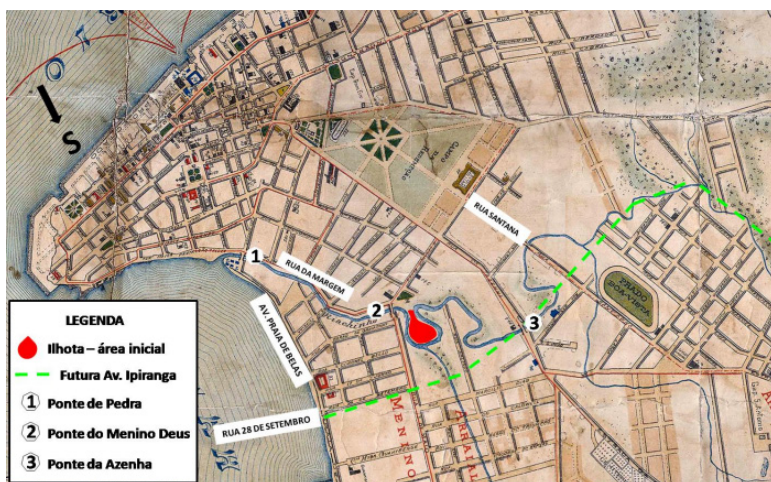


Figura 3. Mapa da configuração da Ilhota ainda não modificada com a intervenção urbana de 1905. Fonte. Elaboração de Daniele Machado Vicira sobre Mapa de Porto Alegre – 1906 (IHGRGS, 2005).

Essa intervenção urbana, formou um território ainda mais segregado dentro de um espaço que já sofria com o estigma da exclusão social, marcando o surgimento nominal do território Ilhota. Como consequência, as obras resultaram na criação de uma região ilhada (Figura 4 e 5), sem circulação de água e sujeita a inundações. Além do sentido literal que o termo “Ilhota” é referenciado (como uma região ilhada, cercada de água,), são as nuances interpretativas do sentido figurado que o termo oferece que é necessário desnaturalizar, como bem salientou Sandra Pesavento ao evidenciar que:

Na verdade, a situação de ‘ilha’ se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, ‘ilhada’ do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão (PESAVENTO, 1999, p. 11).

Isolada, ilhada e segregada do resto da cidade, a Ilhota atraía pessoas que, sem condições de usufruir da nova cidade moderna que se transformava na área central (detentora da atração dos órgãos governamentais e da elite dirigente), passaram a morar nesse espaço que historicamente era abrigo da gente de menor importância e fugitivos² (ocupação pela população negra escravizada e liberta), dos enclaves³ (antigos moradores dos becos da área central) e dos excluídos⁴ (pessoas que viam na Ilhota a oportunidade de morar perto de seu local de trabalho e de adquirir um terreno à preço baixo).

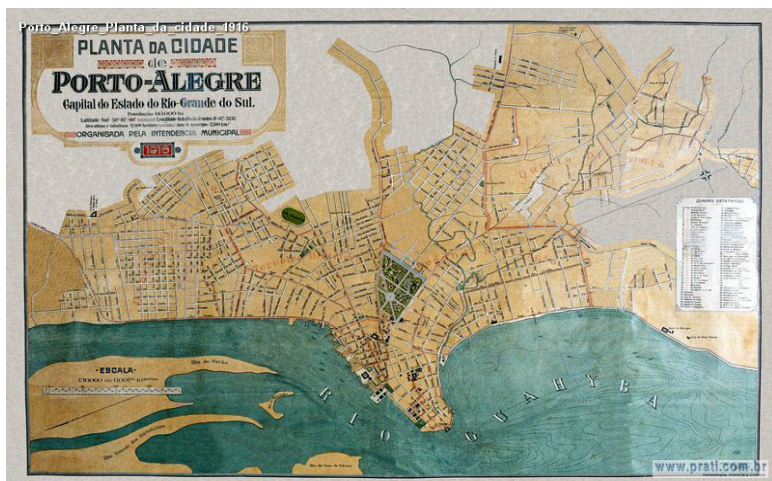


Figura 4. Planta da Cidade de Porto Alegre de 1906. Fonte. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROOM.

² Ver PESAVENTO (2002) O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano.

³ Ver PESAVENTO (1999) Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX).

⁴ Ver ZAMBONI, Vanessa (2009) A construção social do espaço, identidades e territórios em processos de remoção: o caso do bairro Restinga – Porto Alegre/RS.



Figura 5. Mapa da configuração da Ilhota já modificada com a intervenção urbana de 1905. Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre – 1916 (IHGRGS, 2005).

Durante décadas, enquanto a cidade moderna e urbanizada crescia, a Ilhota permanecia estigmatizada e abandonada pelo poder público. No entanto, de acordo com Burin (2008), esse abandono e desinteresse pela região, a partir da década de 1940 tomaria outros rumos no avanço da higienização da cidade. Na medida em que o centro de Porto Alegre passara por diversas melhorias urbanas, a tendência era alargar a área de investimento urbano nas proximidades do centro. Assim, a Ilhota passara a despertar interesse nos órgãos públicos em sanear, lotear e urbanizar o local, todavia, “o que emperava o desenvolvimento desta região era o problema do Riacho, que aliado às cheias, era o cerne de toda a desvalorização deste território” (BURIN, 2008, p. 43). Para além do problema do riacho, havia um problema com raízes históricas, que há décadas se combatia e procurava-se esconder da nova cidade moderna que vinha surgindo: os pobres e os negros.

Do caos ao renascimento: a Ilhota como história de gente

Mas de fato, o que é a Ilhota? É apenas um traçado, marcado pela movimentação das águas do riacho que sofria com enchentes? A história da Ilhota, não é apenas a história do seu espaço físico e das intervenções urbanísticas. A Ilhota é história de gente! De gente que carrega em si as memórias do que um dia fora a Ilhota das enchentes, das lavadeiras, do futebol, da cultura, da religiosidade, da solidariedade, do samba, do carnaval e de tantos outros sujeitos que mostram que a Ilhota é memória, é cultura e resistência dos que verdadeiramente construíram essa história.

“Entre “casebres de madeira e arrabalde de enchente” (RODRIGUES, 1937), vivia essa gente que ocupava espaços de menor valor e importância” (ARAUJO, 2019, p. 16). Se o espaço físico era de menor valor e importância, o mesmo não se pode dizer sobre as formas de sociabilidade, de cultura e de adentrar na antiga Porto Alegre. Nessa história de gente, poderia-se reproduzir o que se escuta falar sobre a antiga Ilhota, como o lugar da bandidagem, da desordem, do crime e da vadiagem, no entanto, em que lugar pretende-se chegar ao utilizar do mesmo discurso dos produtores dessa exclusão social que gerou a desigualdade e a criminalidade na região? Serão fundamentalmente as memórias sobre as sociabilidades que formaram a comunidade como um espaço de cultura e resistência, que deve-se visibilizar para tratar dessas histórias mal (ou não) contadas da Ilhota.

Na música “Ilhota”, Lupicínio remete-se à região como um “arrabalde de enchente”, um “banhado”, os quais estão intimamente interligados com o modo de vida dos seus moradores. Para Oliveira (1995) o movimento das águas do Riacho, ajudou a construir a pró-

pria identidade dos que ali viviam, “era como se a identidade desta comunidade viesse da proximidade com as águas, do desconforto ou do sustento que poderiam trazer-lhe” (OLIVEIRA, 1995, p. 35). O desconforto advinha das enchentes e das inúmeras perdas de bens materiais, levando as famílias a se reconstruírem a cada nova chuva forte que assolava a cidade, e da difícil vida que levavam na região que contava com o descasso público. Já o sustento, vinha por exemplo, da possibilidade das lavadeiras exercerem seu ofício perto de suas casas, graças às águas do Riacho. Apesar da vida precária na região, seus moradores tinham na Ilhota o seu lugar de pertença. É nesse sentido, que a Ilhota além de ser uma região que marcava a estigmatização do espaço urbano da pobreza, da enchente e da desigualdade, ela estava dentro de uma lógica espacial política e econômica, visto que Porto Alegre era “uma cidade onde havia não só espaço físico para pessoas negras, mas espaço para que estas pessoas de cor praticassem suas crenças, seus costumes que puderam, assim, preservar” (PICCOLO, 1991, p. 46). Era nesse espaço onde seus moradores majoritariamente negros e pobres poderiam ter um lugar para morar perto do centro da cidade ao mesmo tempo em que desenvolveriam seus próprios laços socioculturais.

Se das enchentes veio o caos, da enchente veio também a vida. Era 16 de setembro de 1914, quando Lupicínio veio ao mundo, no meio do caos causado pelas enchentes e pela chuva que perdurava há duas semanas em Porto Alegre. O conhecido problema que assolava a Ilhota eternizou-se na história do nascimento do cantor. Segundo Oliveira (1995), o nascimento de Lupicínio Rodrigues estabelece um profundo elo entre a Ilhota e o meio que lhe possibilitou a existência. O relato a seguir, faz parte da biografia do artista que contribuiu para a contextualização do período, do espaço físico da Ilhota e das práticas sociais existentes nela.

Fazia já duas semanas que chovia incessantemente sobre Porto Alegre. A Ilhota tinha sido destituída de sua condição de ilha porque as transbordantes águas do arroio Dilúvio haviam transformado suas ruas num lago de águas turvas, onde as canoas e os caiques cruzavam. No interior da casa n. 97 da Travessa Batista a apreensão era geral. E todos que lá estavam nem sequer notaram que as águas, subindo sempre, já começavam a lambem ameaçadoramente os degraus da porta da frente. O motivo da apreensão no 97 não era absolutamente a enchente tradicional. E pelo menos umas dez vezes o dono da casa - Francisco Rodrigues - caminhando no corredor repetiu nervoso a pergunta: - Como é? Mas afinal, a dona Júlia vem ou não vem? (...) Dona Júlia Garcia - era assim que se chamava a senhora que vinha no caique - entrou no 97 e 45 minutos após seu Francisco Rodrigues começou a receber os abraços de felicitações. Era então pai pela quarta vez (OLIVEIRA, 2007, p. 25).

Frydberg (2007) identifica o momento do nascimento do artista como num cenário “de muita chuva e dificuldade de locomoção, mas, ao mesmo tempo, poético: a grande chuva que lava a terra para o renascimento” (FRYDBERG, 2007, p. 97). Essa é a grande poética que marca o dualismo existente sobre as águas do Riacho. A mesma água que destrói também renasce. Renasce laços e práticas sociais. Renasce a sociabilidade que configurou a Ilhota num espaço plural de histórias e memórias. As vidas e os modos de viver dos que ali viveram foram moldados também pela água e por essa ilha,ilhada e Ilhota, seja através do caos, ou através do renascimento.

Conclusão

Numa tentativa de sinteticamente analisar as origens desconhecidas da Ilhota, a presente pesquisa procurou evidenciar alguns dos fragmentos (fontes bibliográficas e documentais) que se tem sobre a região, de modo que desse conta da história mal (ou não) contada da Ilhota. Mas por que mal (ou não) contada? Verificou-se o quanto a população desconhece a história do local onde pisam e do quanto a própria historiografia não conta essa história. Quando alguém que porventura reconhece o nome “Ilhota”, essa pessoa tende a relembrar aquilo que muito a imprensa produziu na época: um discurso estigmatizante e excludente da região definida como violenta, como local de bandidagem, desordem, de crime e de vadiagem. Portanto, identificou-se o quanto a história da Ilhota fora por décadas não contada e também mal contada. Neste sentido, procurou-se a partir dos fragmentos, solidificar a história de uma origem tão desconhecida, mal contada e não contada da Ilhota, colocando em perspectiva sua origem física, mas mais que isso, sua origem em relação aos sujeitos que ali viviam e que ali desenvolveram seus laços de sociabilidade em relação com as águas, afinal, a Ilhota é acima de tudo, história de gente. De gente que não teve suas memórias visibilizadas e contadas.

O resultado da presente pesquisa é parcial, visto que, de forma sintética abordou-se as origens desconhecidas da Ilhota, onde pincelou-se sobre as memórias de sociabilidade na região. A história da Ilhota é longa, complexa, múltipla e única. As páginas aqui desenvolvidas apenas introduziram e começaram a contar a história da uma região que deve ser conhecida.

Referências

ARAUJO, Neila Prestes. *Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Eternos Intendentes de Porto Alegre*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 213 – 226, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SkYR6x57T-DXGZZN6LgX57sM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/25348>. Acesso em: 17 set. 2020.

BURIN, Carolina Wolff. *Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado x ambiente construído*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FRYDBERG, Marina Bay. *Lupi, Se Acaso Você Chegasse: Um Estudo Antropológico das Narrativas sobre Lupicínio Rodrigues*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1995.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de. *Lupicínio Rodrigues: A cidade, a música, os amigos*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

PESAVENTO, Sandra. *Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95330>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PESAVENTO, Sandra. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Porto Alegre – meados do século XIX: a cidade negra*. In: X REUNIÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 10., 1990, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: SBPH, 1991.

ZAMBONI, Vanessa. *Construção social do espaço, identidades e territórios em processos de remoção: o caso do bairro Restinga*. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Fontes

Mapas

SOUZA, Célia Ferraz. O sentido das palavras nas ruas da cidade – entre a prática das palavras e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *As Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. p. 137-156.

VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Composição de música

RODRIGUES, Lupicínio. *Ilhota*. Porto Alegre, 1937. Disponível em: <https://aurbeurge.wordpress.com/2012/11/24/poetica-da-maloca-a-ilhota-pelos-universos-de-lupicinio-rodrigues/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Plantas Urbanas de Porto Alegre

IHGRGS. Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre: século XIX e início do XX. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal

INTENDENCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão na Sessão Ordinária de 1904 para o exercício de 1905. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1904, p. 15. (AHPAMV).

**UM ESTUDO TOPONÍMICO DOS NOMES
DAS RUAS DO BAIRRO CENTRO DA
CIDADE DE SANTA MARIA/RS**

Tatiana Keller

A Toponímia, conforme Dick (1990), é uma das atividades humanas mais significativas, principalmente porque reflete a compreensão do homem acerca de sua realidade. Em virtude disso, por meio dos estudos toponímicos, é possível verificar a maneira como o homem usa a linguagem para atribuir significados aos lugares que ocupa. Neste trabalho, tem-se por objetivo fazer um levantamento toponímico das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS e observar, com base em Dick (1992), a motivação para a designação de tais lugares. O *corpus* é constituído por 57 logradouros e foi selecionado com base na Lei nº 5608, de 5 de janeiro de 2012 (SANTA MARIA, 2012) que rege a designação de espaços públicos da cidade. Verifica-se, de modo geral, predominância de antropotopônimos e axiotopônimos, os quais homenageiam, em grande parte, pessoas ilustres da cidade, o que demonstra a intenção de manter viva a memória desses indivíduos.

Palavras-chave: Topônimos. Nomes de ruas. Centro de Santa Maria/RS. Lexicologia. Onomástica.

Introdução

A rua é um espaço urbano que permite a circulação de pessoas e veículos, dá acesso a moradias, ao comércio e aos locais de trabalho. Ela é, como nos informa Dick (1996),

um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia-a-dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes e festivas. As religiões usaram-nas para levar ao povo a materialização da fé [...] (DICK, 1996, p. 133).

Dessa forma, podemos considerar que a rua guarda a memória de acontecimentos cotidianos e, também, marcantes da história das cidades. O estudo da forma como esse espaço público é nomeado pode auxiliar no resgate dessa história, bem como trazer à tona, as memórias da cidade. Nesse sentido, neste trabalho, fazemos o levantamento das toponímias de 57 ruas pertencentes ao bairro Centro de Santa Maria, conforme a Lei nº 5608, de 5 de janeiro de 2012, a fim de compreender a motivação para sua nomeação. Dessa forma, pretende-se contribuir para a descrição e para a preservação da memória da cidade.

Aspectos teóricos: Toponímia

No âmbito das ciências do léxico, a Lexicologia é a área que trata da unidade lexical em seus aspectos formais e significativos e dentro da qual localiza-se a Onomástica, que se encarrega do exame dos nomes próprios. A Onomástica desdobra-se em: Antroponímia,

cujo objeto de análise são os nomes próprios de pessoas, e Toponímia, que se dedica aos nomes próprios de lugares. É nesta última subárea que se enquadra o presente estudo.

No âmbito da Geografia Humana, a noção de *lugar* está, muitas vezes, ligada à relação que o indivíduo estabelece com ele. Dessa forma, torna-se relevante o estudo da motivação dos topônimos, visto que essa motivação origina-se nessa relação que o homem constitui com o meio físico, social e cultural. Com base em Dick (1987), observa-se, nos estudos toponímicos, como os ambientes em que o homem está inserido e como sua maneira de ver o mundo são fatores presentes na concepção dos espaços e, conseqüentemente, na sua nomeação.

A Toponímia, além de enquadrar-se no âmbito dos estudos linguísticos, mantém forte caráter multidisciplinar, conforme menciona Dick (1998): “ela [a Toponímia] caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso [...]” (DICK, 1998, p. 12).

O lugar mantém também relação com a memória. Para Nora (1993, p. 13), “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há uma memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações (...) pois sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”. Portanto, podemos pensar que a designação de espaços públicos com nomes de pessoas relevantes para a história de uma determinada localidade (bairro, cidade, estado, país), além de uma forma de reconhecer a importância dessas pessoas, é uma maneira de manter viva sua memória.

Faggion, Dal Corno e Frosi (2008) também comentam a relação dos topônimos com aspectos históricos e culturais de um povo.

As autoras explicam que

os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores (FAGGION; DAL CORNO; FROSI, 2008, p. 278).

Aspectos metodológicos: descrição do *corpus* - as ruas do bairro Centro de Santa Maria/RS

O município de Santa Maria, localiza-se na parte central do estado do Rio Grande do Sul e tem extensão territorial de 1.781,566 km² e população de 262 mil habitantes (IBGE, 2010). Conforme Scalabrin (2011), os índios minuanos e tapes foram os primeiros habitantes conhecidos da região. De acordo com Belém (2000), o surgimento da povoação iniciou-se em 1787 com a passagem da *Comissão Mista* por Santa Maria, que tinha por objetivo demarcar as terras pertencentes a Portugal e as terras pertencentes a Espanha. Em 1801, Santa Maria passa a ser *povoado*; em 1819, *distrito* (da Vila Nova de São João da Cachoeira, atual Cachoeira do Sul); em 1837, *freguesia*; em 1857, *vila*; em 1858, *município*; e, finalmente, em 1876, *cidade*, com o nome oficial de *Santa Maria da Boca do Monte* (RECHIA, 1999). Scalabrin (2011) relata que o processo de ex-

pansão urbana de Santa Maria foi marcado pela chegada dos trilhos da Viação Férrea, em 1885. Entre 1885 e 1905, a população aumentou de forma considerável: de 3.000 passou para 15.000 habitantes; da mesma forma o número de prédios cresceu: de 400 para 1500.

Belém (2000) descreve que as primeiras ruas

delineadas em razão do trânsito mais forçado pelo labor diário dos habitantes, tomaram os nomes: de Rua Pacífica, a que descia a colina em direção ao Passo da Areia, e que hoje, é a Dr. Bozano, tendo sido, por muitíssimos anos, do Comércio; e de rua São Paulo, aquela em que estavam localizados o quartel, o escritório da comissão técnica e alguns ranchos confortáveis de moradia de famílias de oficiais. A essa, logo após a retirada da Partida de Demarcação, foi dado o nome de rua do Acampamento para representar-se a lembrança daqueles que, em última análise, foram os fundadores de Santa Maria (BELÉM, 2000, p. 41).

Tais ruas deram origem ao primeiro bairro da cidade denominado de *Centro*. Ele é o mais antigo dentre os 41 bairros da cidade e, atualmente, é o segundo mais populoso com cerca de 18 mil habitantes (*Santa Maria em Dados*¹). Muitas das primeiras ruas da cidade localizam-se neste bairro, que conta também com importante patrimônio arquitetônico, composto, por exemplo, pelos prédios do Banco Nacional do Comércio (hoje Caixa Econômica Federal), do Clube Caixeiral, da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, da Câmara Municipal de Vereadores, da Catedral Diocesana, da Sinagoga, entre outros. Na Figura 1, temos uma vista panorâmica do bairro.

¹ *Santa Maria em Dados* é um projeto da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM) que traz informações e dados do município organizados em um único sistema disponível para acesso de toda a população. Disponível em: <http://santamariaemdados.com.br/>. Acesso em: 31/03/2020.



Figura 1. Vista aérea parcial do Centro de Santa Maria. Fonte. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (acervo digital).

Em relação à legislação que rege a designação de espaços públicos na cidade de Santa Maria, observa-se o seguinte. Conforme a Lei Orgânica do município de Santa Maria (1990, atualizada até 2004), a seção II, *Das atribuições da Câmara Municipal*, no artigo 66, prevê que compete à Câmara de Vereadores, no inciso XVII, “legislar sobre denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos nos termos da lei”. Há também a Lei nº 5608, de 5 de janeiro de 2012, que unifica a legislação e disciplina a denominação de logradouros. De acordo com essa Lei, o bairro Centro abrange 57 logradouros os quais estão listados na Tabela 1.

(do) Acampamento, rua	José do Patrocínio, rua
(dos) Andradas, rua	Leopoldo Froes, travessa
André Marques, rua	Luiz Antonio Maffini, rua
Ângelo Uglione, rua	Manoel Ribas, rua
Appel, rua	Marechal Floriano Peixoto, rua
Araújo Viana, rua	Minas Gerais, rua
Benjamim Constant, rua	Monteiro Lobato, travessa
Borges de Medeiros, avenida	Nossa Senhora Medianeira, avenida
Comissário Justo, rua	Olavo Bilac, rua
Coronel Antero Correa de Barros, rua	Otávio Binato, rua
Coronel Ernesto Marques da Rocha, rua	Paul Harris, rua
Coronel Niederauer, rua	Pinheiro Machado, rua
Daudt, rua	Presidente Vargas, avenida
Domingos Trevisan, travessa	Professor João Belém, rua
Doutor Alberto Pasqualini, rua	Professor Braga, rua
Doutor Astrogildo de Azevedo, rua	Riachuelo, rua
Doutor Bozano, rua	Rio Branco (Barão do), avenida
Doutor Pantaleão, rua	Risiéri Mafacioli, rua
Doutor Turi, rua	Roque Calage, rua
Duque Caxias, avenida	Serafim Valandro, rua
Dutra Villa, rua	Sete de Setembro, rua
Ernesto Beck, rua	Tenente Natálio Sanches Fernandes, rua
Felipe de Oliveira, rua	Tiradentes, rua
Francisco Mariano da Rocha, rua	Treze de Maio, rua
Gaspar Martins, rua	Tuiuti, rua
General Neto, rua	Vale Machado, rua
Henrique Dias, rua	Venâncio Aires, rua
Itaimbé, avenida	Vinte de Setembro, rua
José Bonifácio, rua	

Tabela 1. Nomes dos logradouros do bairro Centro. Fonte. Elaborado pela autora.

Análise dos dados

Nesta seção, apresentamos a classificação toponímica das ruas do bairro Centro de Santa Maria, conforme Dick (1992), e analisamos a motivação dos antropotopônimos e axiotopônimos presentes no *corpus*, uma vez que tais tipos de topônimos aludem especificamente a nomes de pessoas. Buscou-se, primeiramente, listar e classificar todos os topônimos e, depois, fazer um levantamento biográfico dos vultos locais homenageados a fim de resgatar parte da história e da memória da cidade.

Classificação toponímica das ruas

Dos 57 topônimos analisados neste trabalho, observa-se predominância dos topônimos de natureza antropocultural (aqueles que se referem ao homem e suas atividades), 56, os quais correspondem a 98,2% do *corpus*; há apenas 1 topônimo de natureza física (que faz referência ao ambiente físico), que perfaz 1,8% dos dados. Tal resultado está em consonância com outros trabalhos. Cioato (2012), por exemplo, em sua análise de topônimos (linhas, comunidades, bairros e ruas) da cidade de São Marcos (RS), observou que 92% deles são de natureza antropocultural e apenas 8% são de natureza física. Santos (2016), em sua pesquisa sobre a toponímia das ruas centrais da cidade de São Luís (MA), também verificou comportamento semelhante: 85% são topônimos de natureza antropocultural e 15% de natureza física. Cioato (2012) comenta que esse resultado

é uma tendência geral da toponímia urbana, pois aí há aglomerações de pessoas que buscam motivação nos fatos relacionados à cultura e à história local ou

nacional ao denominar um acidente humano, buscando, geralmente, homenagear pessoas com significativo valor sócio-histórico para a região (CIOATO, 2012, p. 46).

No Quadro 1, descrevemos a distribuição dos topônimos conforme sua subclassificação dentro das categorias natureza física e natureza antropocultural, propostas por Dick (1992). Há apenas um topônimo de natureza física classificado como *litotopônimo*. Os 56 topônimos de natureza antropocultural estão subdivididos assim: 29 são classificados como *antropotopônimos* (referente aos nomes próprios e individuais), 17 como *axiotopônimos* (referente aos títulos e dignidades), 8 como *historiotopônimos* (referente aos movimentos histórico-sociais e aos seus membros), 1 como *corotopônimo* (referente aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes) e 1 como *hagiotopônimo* (referente aos santos e santas do hagiológico romano).

TAXIONOMIA (DICK, 1992)	TOPÔNIMOS		Nº DE TOPÔNIMOS
Litotopônimo	Itaimbé ² , avenida		1
Antropotopônimos	André Marques, rua Ângelo Uglione, rua Appel, rua Araújo Viana, rua Benjamim Constant, rua Borges de Medeiros, avenida Daudt, rua Domingos Trevisan, travessa Dutra Villa, rua Ernesto Beck, rua Serafim Valandro, rua Vale Machado, rua Venâncio Aires, rua Felipe de Oliveira, rua	Francisco Mariano da Rocha, rua Gaspar Martins, rua Henrique Dias, rua José Bonifácio, rua José do Patrocínio, rua Leopoldo Froes, travessa Luiz Antonio Maffini, rua Manoel Ribas, rua Monteiro Lobato, travessa Olavo Bilac, rua Otávio Binato, rua Paul Harris, rua Pinheiro Machado, rua Risiéri Mafacioli, rua Roque Calage, rua	29
Axiotopônimos	Comissário Justo, rua Coronel Antero Correa de Barros, rua Coronel Ernesto Marques da Rocha, rua Coronel Niederauer, rua Doutor Alberto Pasqualini, rua Doutor Astrogildode Azevedo, rua Doutor Bozano, rua Doutor Pantaleão, rua	Doutor Turi, rua Duque Caxias, avenida General Neto, rua Marechal Floriano Peixoto, rua Presidente Vargas, avenida Professor João Belém, rua Professor Braga, rua Rio Branco (Barão do), avenida Tenente Natálio Sanches Fernandes, rua	17
Historiotopônimos	Acampamento, rua do Andradas, rua dos Riachuelo, rua Sete de Setembro, rua	Tuiuti, rua Tiradentes, rua Treze de Maio, rua Vinte de Setembro, rua	8
Corotopônimo	Minas Gerais, rua		1
Hagiotopônimo	Nossa Senhora Medianeira, avenida		1
TOTAL			57

Quadro 1. taxionomias toponímicas presentes no *corpus*. Fonte. elaborado pela autora.

² Itaimbé: em tupi-guarani significa “pedra afiada”.

Dos 56 topônimos de natureza antropocultural, 46 correspondem a nomes de logradouros que prestam homenagem a personalidades (antropotopônimos e axiotopônimos), os quais são analisados adiante. Oito ruas têm sua motivação advinda de eventos e datas comemorativas cívicas (historiotopônimos): *Acampamento* (referência ao local onde os primeiros ocupantes de Santa Maria instalaram-se), *Andradas* (referência aos irmãos Andrada, vultos da Independência do Brasil), *Riachuelo e Tuiuti* (nomes de batalhas da Guerra do Paraguai), *Sete de Setembro* (data alusiva à Independência do Brasil), *Tiradentes* (mártir da Inconfidência Mineira), *Treze de Maio* (data alusiva à Abolição da Escravatura), *Vinte de Setembro* (data alusiva à Revolução Farroupilha). Além disso, há um logradouro cujo nome refere-se a um estado brasileiro (corotopônimo), *Minas Gerais*, e um alude a uma santa da Igreja Católica (hagiotopônimo), *Nossa Senhora Medianeira*.

No Gráfico 1, observamos a distribuição dos 56 topônimos de natureza antropocultural do bairro: 52% são compostos por antropotopônimos, 30,4% por axiotopônimos, 14% por historiotopônimos, 1,8% por corotopônimos, 1,8% por hagiotopônimos.

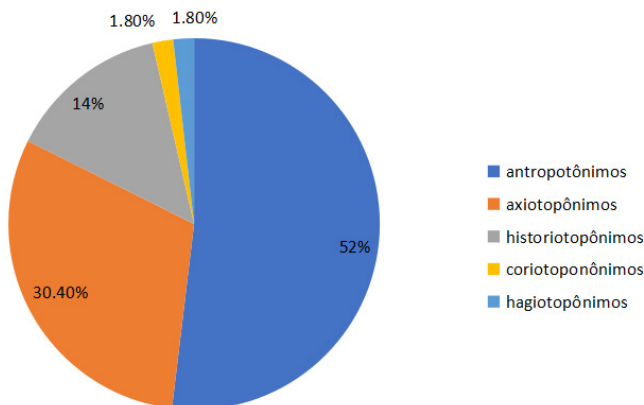


Gráfico 1. distribuição dos topônimos. Fonte. Elaborado pela autora.

Como se vê no Gráfico 1, há predominio de designação a partir de nomes próprios e de títulos (82,4%), ou seja, de antropotopônimos e de axiotopônimos. Em nosso *corpus*, há 46 logradouros denominados por nomes próprios: 29 antropotopônimos e 17 axiotopônimos, os quais fazem referência a importantes figuras históricas. A motivação para a escolha desses nomes é a de homenagear vultos que se destacaram em âmbito local (26 topônimos), estadual (7 topônimos) e nacional (13 topônimos), como podemos ver no Quadro 2.

MOTIVAÇÃO	TOPÔNIMOS		Nº DE TOPÔNIMOS
Vultos locais	André Marques, rua Ângelo Uglione, rua Appel, rua Comissário Justo, rua Coronel Antero Correa de Barros, rua Coronel Ernesto Marques da Rocha, rua Coronel Niederauer, rua Daudt, rua Domingos Trevisan, travessa Doutor Astrogildo de Azevedo, rua Doutor Bozano, rua Doutor Pantaleão, rua Doutor Turi, rua	Dutra Villa, rua Ernesto Beck, rua Felipe de Oliveira, rua Francisco Mariano da Rocha, rua Luiz Antonio Maffini, rua Manoel Ribas, rua Otávio Binato, rua Professor Braga, rua Professor João Belém, rua Risiéri Mafacioli, rua Roque Calage, rua Serafim Valandro, rua Vale Machado, rua	26
Vultos estaduais	Araújo Vianna, rua Borges de Medeiros, avenida Doutor Alberto Pasqualini, rua General Neto, rua	Gaspar Martins, rua Pinheiro Machado, rua Tenente Natálio Sanches Fernandes, rua	7
Vultos nacionais	Benjamim Constant, rua Duque Caxias, avenida José Bonifácio, rua José do Patrocínio, rua Henrique Dias, rua Leopoldo Froes, travessa Marechal Floriano Peixoto, rua	Monteiro Lobato, travessa Olavo Bilac, rua Paul Harris, rua Presidente Vargas, avenida Rio Branco, avenida Venâncio Aires, rua	13
Total			46

Quadro 2. Motivação para a nomeação dos topônimos. Fonte. Elaborado pela autora.

No Gráfico 2, observa-se a distribuição dos topônimos conforme a motivação para a escolha dos homenageados: 56,5% das ocorrências fazem referência a vultos locais, 28,3% dizem respeito a vultos nacionais e 15,2% fazem menção a vultos estaduais.

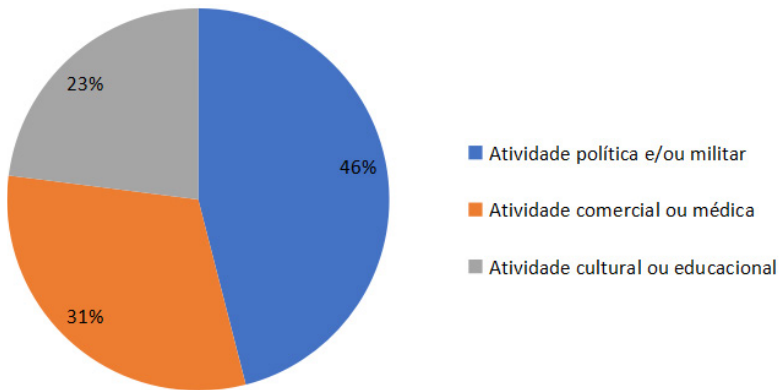


Gráfico 2. motivação para a homenagem. Fonte. Elaborado pela autora.

Em nossos dados, encontramos prevalência de nomes de ruas que remetem a figuras proeminentes da cidade de Santa Maria (56,5%), o que indica valorização da história e da cultura locais, além da intenção de preservar a memória desses indivíduos. Resultado semelhante já havia sido encontrado por Cioato (2012) em seu estudo sobre os topônimos do município de São Marcos/RS, o que segundo a autora

evidencia o desejo de conservar parte da história regional para transmiti-la às próximas gerações, além de demonstrar o respeito com as pessoas que contribuíram diretamente ao desenvolvimento político e socioeconômico do município e, especialmente, com as pessoas comuns que simplesmente por fazerem parte da história do município merecem ser lembradas (CIOATO, 2012, p. 67).

Há também um número significativo (28,3%) de topônimos cuja motivação é a de homenagear vultos nacionais. Dick (1996, p. 64), comenta que “designar ruas com nomes de vultos nacionais é uma prática comum em todas as cidades do país, o que reforça a característica da Toponímia de homenagear personalidades públicas formadoras do pensamento positivo e cultural do país. Além disso, observa-se um número um pouco menor de topônimos, 15,2%, que trazem à lembrança pessoas que se destacaram no estado do Rio Grande do Sul.

A fim de compreendermos o papel desempenhado pelos vultos locais homenageados pela sociedade santa-mariense, apresentamos, com base em Vilarino (2004), alguns dados biográficos dessas pessoas:

1. André Marques – André Marques Oestreich (1828-1911): veterano da Guerra do Paraguai, ocupou também diversos cargos políticos na cidade. A área doada por ele para a abertura de uma rua recebeu seu nome.
2. Ângelo Uglione (1896-1981): cidadão notório, dono de uma revendedora de automóveis.
3. Appel – João Appel (1800-1864): foi um dos primeiros imigrantes alemães a se fixar em Santa Maria, onde trabalhou como alfaiate e comerciante.
4. Comissário Justo – Antonio Valdívia Justo (? -1970): foi Comissário de Menores de Santa Maria.
5. Coronel Antero Correa de Barros (? -1910): fazendeiro, político e proprietário do jornal “O Estado”, eleito conselheiro municipal em 1900. Benemérito, participou da construção da nova Igreja da Matriz, atual Catedral Diocesana.
6. Coronel Ernesto Marques da Rocha (1878 - ?): desempenhou vários cargos políticos, dentre eles o de intendente municipal, que ocupou de 1920 a 1924.

7. Coronel Niederauer – João Niederauer Sobrinho (1827- 1878): militar de destaque na Guerra do Paraguai, foi vereador em 1864.
8. Daudt – João Daudt Filho (1858-1948): farmacêutico e filantropo. Promoveu em 1889 a construção do único teatro da cidade, o Treze de Maio.
9. Domingos Trevisan (1877-1941): comerciante, dedicou-se a serviços comunitários nas cidades de Silveira Martins e Santa Maria.
10. Doutor Astrogildo de Azevedo – Astrogildo Cézár de Azevedo (1867-1946): médico, fundou o primeiro hospital da cidade (atualmente, denominado de Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo), em 1903. De 1916 a 1918 foi intendente municipal.
11. Doutor Bozano – Julio Rafael de Aragão Bozano (1898-1924): advogado, fundou diversos jornais, nos quais atuou como redator. Participou da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. Em agosto de 1924, foi eleito intendente municipal, mas foi morto em confronto com a coluna Prestes em dezembro do mesmo ano.
12. Doutor Pantaleão – Pantaleão José Pinto (1841-1906): foi o primeiro santa-mariense a obter um diploma de ensino superior (Medicina) em 1872. Prestou serviços como médico ao Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai. Teve destaque também na política municipal.
13. Doutor Turi – Nicola Turi (1873-1949): médico italiano radicado em Santa Maria.
14. Dutra Villa – Manoel José Dutra Villa (?-?): foi intendente municipal no período de 1904 a 1908.
15. Ernesto Beck (?-?): destacou-se como militar. Após troca de terrenos entre Beck e João Daudt Filho, foi aberta, nas antigas terras de Beck, uma rua que servia

de ligação entre a Estação Férrea e o Centro da cidade.

16. Felipe de Oliveira – Felipe Daudt de Oliveira (1891-1933): renomado poeta, recebeu do governo português a insígnia de Cavaleiro da Ordem de São Thiago. Morreu precocemente em um acidente automobilístico em 1933 em Paris.
17. Francisco Mariano da Rocha (1887-1945): médico; em 1933, fundou a Faculdade de Farmácia, embrião da Universidade Federal de Santa Maria.
18. Luiz Antonio Maffini (?-?): notório comerciante.
19. Manoel Ribas - Manoel de Andrade Ribas (1867-1946): comerciante, foi funcionário da Cooperativa de Consumo da Viação Férrea, foi intendente municipal de 1928 a 1930. Dá nome também a uma das mais importantes escolas da cidade.
20. Otavio Binato (1894-1943): comerciante, benemérito; foi vereador, fundou o Clube Comercial de Santa Maria.
21. Professor Braga – João da Maia Braga (1811-?): foi o primeiro professor nomeado para a primeira escola pública de Santa Maria.
22. Professor João Belém – João da Silva Belém (1874-1935): foi professor de português, pesquisador, historiador (autor de *História do município de Santa Maria 1797-1933*), poeta, teatrólogo, funcionário público e jornalista.
23. Risiéri Mafacioli (1907-1971): trabalhou na construção da estrada de ferro, atuou como professor na Escola Profissional Ferroviária e foi presidente por diversas gestões da Sociedade Recreativa 21 de Abril.
24. Roque Callage (1886- 1931): jornalista e poeta, fundou diversos jornais e atuou como repórter em vários jornais no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

25. Serafim Valandro (1873-1933): notório comerciante.
26. Vale Machado – Francisco de Abreu Vale Machado (1838-1911): membro da 1ª Junta Intendencial e Delegado de Polícia; foi o 1º intendente municipal, em 1892, tendo sido reeleito em 1896.

Dentre os 26 vultos locais cujos nomes designam os logradouros do Centro da cidade: doze exerceram algum tipo de cargo político e/ou participaram de alguma atividade militar: André Marques, Doutor Astrogildo de Azevedo, Comissário Justo, Coronel Antero Correa de Barros, Coronel Ernesto Marques da Rocha, Coronel Niederauer, Doutor Bozano, Doutor Pantaleão, Dutra Villa, Ernesto Beck, Manoel Ribas e Vale Machado (o que corresponde a 46% dos dados). Oito tiveram projeção no setor comercial ou médico: Ângelo Uglione, Appel, Daudt, Domingos Trevisan, Doutor Turi, Luiz Antonio Mafini, Otávio Binatto e Serafim Valandro (31% dos dados); e, por fim, seis destacaram-se na área cultural (literatura e jornalismo) ou educacional: Felipe de Oliveira, Francisco Mariano da Rocha, Roque Callage, Professor Braga, Professor João Belém e Risiéri Mafacioli (23% dos dados). No Gráfico 3, podemos observar as áreas em que os vultos locais tiveram destaque.

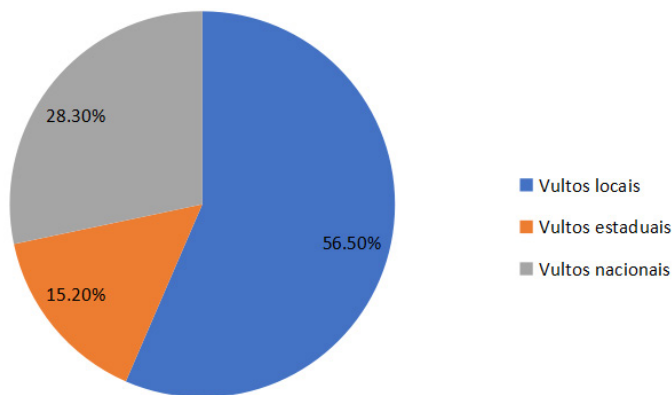


Gráfico 3. áreas de destaque dos homenageados locais. Fonte. elaborado pela autora.

Os resultados do Gráfico 3 indicam preferência, de nomeação das ruas, por nomes ligados a atividades políticas e/ ou militares. Isso pode ser explicado por disputas bélicas pelas quais o Brasil (Guerra do Paraguai, por exemplo) e o Estado (Revolução Farroupilha e Revolução Federalista, por exemplo) passaram e por disputas políticas ocorridas na passagem do período imperial para o republicano, as quais coincidem com o período de formação de Santa Maria. Além disso, vê-se ainda que há um número considerável de topônimos que fazem referência a figuras de destaque no setor de serviços (atividade comercial ou médica), o que corrobora a importância desse setor, até os dias de hoje, para a economia da cidade. Por tratar-se do bairro mais antigo de Santa Maria, é possível, que as atividades relacionadas à cultura e à educação ainda não estivessem tão consolidadas como na atualidade, o que poderia explicar o número um pouco menor de topônimos que fazem menção a pessoas ligadas a essas áreas. Por fim, é importante ressaltar que, dentre os homenageados não há nenhuma figura feminina, o que pode, de algum modo, mostrar a pouca relevância atribuída às mulheres no século XIX e início do século XX.

Considerações Finais

Neste estudo, buscou-se, inicialmente, listar e classificar todos os topônimos do bairro Centro de Santa Maria, conforme a motivação para sua denominação, e, depois, fazer um levantamento biográfico dos vultos locais homenageados a fim de resgatar parte da história e da memória da cidade. Dessa forma, contribuimos para que se conheça a relação entre o ser humano e o espaço em que ele vive. Esse objetivo coaduna-se ao pensamento de Oliveira e Isquerdo (2001, p. 91), uma vez que para as autoras, elementos significativos ligados “à

história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo” podem ser retirados de dados que o estudo do léxico de uma determinada localidade pode nos oferecer.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Disponível em: <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BELÉM, João. História do Município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

CIOATO, Fernanda Bassanesi. *Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*. Dissertação. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2012.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Linguística* - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Linguística). São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. *Métis*. Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 277-298, jan./jun. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Disponível em: [<https://censo2010.ibge.gov.br>]. Acesso em: 07 ago. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-27. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 27 abr. 2020.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. v.2. Campo Grande: UFMS, 2001.

RECHIA, Aristida. *Santa Maria: Panorama Histórico-Cultural*. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 1999.

SANTA MARIA (Município). Lei Orgânica do Município, de 03 de abril de 1990 (atualizada até 2004). Disponível em: http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/leis/lom/Lei_Organica_do_municipio.pdf. Acesso em: 01 mai. 2020.

_____. Lei n°. 5608, de 05 de janeiro de 2012. Unifica a legislação e disciplina a denominação de logradouros públicos no município de Santa Maria, revogando a lei municipal n°. 5283/10, de 12/01/2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/2012/560/5608/lei-ordinaria-n-5608-2012-unifica-a-legislacao-e-disciplina-a-denominacao-de-logradouros-publicos-no-municipio-de-santa-maria-revogando-a-lei-municipal-n-5283-10-de-12-012010>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 171-195, 2016.

SCALABRIN, Vladimir. *O desenvolvimento urbano de Santa Maria, RS*. 2011. 37 f. Monografia (Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1151/Monografia%20-%20Vladimir-2011.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 set. 2019.

VILARINO, Leoniza Mac Ginty. *Nossas ruas...nossa história*. Santa Maria: Palotti, 2004.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Alex Antônio Vanin

Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre (2020) e licenciado (2018) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e Editor-chefe da Acervus Editora.

E-mail: alexvanin@hotmail.com.

Betina da Rocha Gamalho

Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo. Atua como bolsista Capes com dedicação exclusiva e vinculada ao Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (Nemec) sob a orientação da Profa. Dra. Jacqueline Ahlert, analisando a Ilhota como lugar de memória e resistência a partir da visibilidade espacial e da história da região através da pesquisa documental, bibliográfica e da história oral. Licenciada e laureada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2021. Membro do Conselho Editorial da Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF (Semina).

E-mail: 191480@upf.br.

Carlos Perrone Jobim Junior

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), atuando principalmente nos seguintes temas: Guerra de Canudos, Revolução Federalista de 1893, Revolta da Vacina, Nova História Cultural e escrita-de-si.

E-mail: jobim@tjrs.jus.br.

Djiovan Vinícius Carvalho

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre (2020) e licenciado (2017) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente, é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), ocupando o cargo de vice-presidente, bem como é membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

E-mail: djiovanc@gmail.com.

Elza Vieira da Rosa

Doutoranda em Educação UFRGS. Ativista e militante do movimento Negro/RS “Grupo de Trabalho Angola Janga”. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Porto-Alegrense (1985), graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007) e mestrado em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019). Atualmente é professora do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em projetos educacionais afro-brasileiros.

E-mail: elzavrosa@hotmail.com.

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo, orientada pela Prof. Dra Gizele Zanott, sendo bolsista FUPF; Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2019); Possui Especialização Lato Sensu em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) e em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa, pela Dom Alberto; Licenciada em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2012). Tem estudo focado na análise de representações na Literatura pós-moderna, estudos entre Literatura e História. Atua como professora de Língua Inglesa e Literatura e na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. João Caruso em Erechim desde 2012.

E-mail: glauciaelisazinani@gmail.com.

Henrique Perin

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2022); Mestre em História pela mesma IES (2017); Bacharel em Jornalismo (2008) e em História (2015) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estuda História Urbana, História da Literatura e História da Imprensa do Brasil, com pesquisas sobre a cidade de Porto Alegre, imprensa porto-alegrense e sul-rio-grandense, História Cultural, História e Memória e Literatura Comparada.

E-mail: perin82@hotmail.com.

Milena Moretto

Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui especialização em Teorias e Metodologias da Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Secretária do GT História Rural ANPUH seção Rio Grande do Sul. Membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR). Licenciada em História pela Universidade de Passo Fundo, onde atuou como bolsista de Iniciação Científica, sob a orientação da Professora Dra. Ironita Policarpo Machado, no Projeto de Pesquisa Práticas político-jurídicas e econômicas no processo de ocupação do espaço e da constituição da sociedade sul brasileira entre 1930 e 1990.

E-mail: milenamoretto@hotmail.com.

Tatiana Keller

Doutora em Linguística Aplicada pela PUCRS (2010), com pós-doutoramento no Programa Língua e Cultura, da UFBA, na linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (2020). Mestre em Teoria e Análise Linguística pela UFRGS (2004) e Licenciada em Letras Português e Inglês pela UFRGS (2001). Professora Associada II do Departamento de Letras Vernáculas da UFSM, na área de Língua Portuguesa. Membro do GT Sociolinguística da ANPOLL. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras na linha de pesquisa Estudos do texto e práticas linguísticas. Coordena o projeto Sócio-história linguística do Rio Grande do Sul: manuscritos oitocentistas e novecentistas. Participa do projeto PHPB no Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Teoria e Análise Linguística, Filologia e Fonologia do Português e Português

Histórico e atua principalmente nos seguintes temas: variação e mudança linguística, edição e análise de manuscritos, história linguística e social do português brasileiro.

E-mail: tatianakeller.ufsm@gmail.com.



EM 2022, A CIDADE DE PORTO ALEGRE COMPLETOU 250 ANOS DE SUA ELEVAÇÃO À CONDIÇÃO DE FREGUESIA. A DATA EM QUESTÃO, EVENTO FUNDADOR DE PORTO ALEGRE, FOI ESCOLHIDA POR MEIO DE UMA PESQUISA HISTÓRICA PROMOVIDA PELOS MEMBROS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). ASSIM, A ATUAÇÃO DO IHGRGS NESTA QUESTÃO TORNA-O PARTE INTEGRANTE DAS COMEMORAÇÕES DESSA TRAJETÓRIA. SOMANDO-SE AOS DEMAIS EVENTOS QUE CELEBRARAM A DATA, O IHGRGS REALIZOU, ENTRE OS DIAS 5 E 6 DE MAIO DE 2022, O 2º COLÓQUIO DE PESQUISA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, EVENTO QUE TEM POR FINALIDADE PROPORCIONAR UM ESPAÇO PARA DISCUSSÃO E DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ALÉM DE PROMOVER O DIÁLOGO ENTRE PESQUISADORES DE DIFERENTES CAMPOS DO CONHECIMENTO. A PRESENTE OBRA É FRUTO DESSA ATIVIDADE, JÁ QUE REÚNE, EM SUA MAIORIA, TEXTOS APRESENTADOS DURANTE O COLÓQUIO, QUE TEVE COMO TEMÁTICA CIDADES: TRAJETÓRIAS, NARRATIVAS E PATRIMÔNIOS.

ISBN 978-658126647-9



9

786581

266479